

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

ANDERSON NOGUEIRA SOUSA

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PADRÃO NA CHINA MAOÍSTA E O
ENSINO DE HISTÓRIA**

**CAXIAS DO SUL
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

S725i Sousa, Anderson Nogueira

A institucionalização da língua padrão na China maoísta e o ensino de história [recurso eletrônico] / Anderson Nogueira Sousa. – 2026.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

Orientação: Cristine Fortes Lia.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. História - Estudo e ensino. 2. Política linguística. 3. China - História.
4. Língua chinesa - Escrita. 5. Estado. I. Lia, Cristine Fortes, orient. II.
Título.

CDU 2. ed.: 37.016:94

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PADRÃO NA CHINA MAOÍSTA E O ENSINO DE HISTÓRIA

Anderson Nogueira Sousa

Trabalho de Conclusão de Mestrado
submetido à Banca Examinadora designada
pelo Colegiado do Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade de
Caxias do Sul, como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do título de
Mestre em História, Área de Concentração:
Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha
de Pesquisa: Fontes e Acervos na Pesquisa e
Docência em História

Caxias do Sul, 26 de junho de 2026

Banca Examinadora:

Dra. Cristine Fortes Lia
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Eliana Gasparini Xerri
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Rosane Márcia Neumann
Universidade Federal do Rio Grande

名不正，则言不顺；言不顺，则
事不成。 —孔子，《论语·子
路》

*Se os nomes não são corretos,
a linguagem não está em
conformidade; se a linguagem
não está em conformidade, as
coisas não se realizam.*

Confúcio (Analectos, 13.3).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Cristine Fortes Lia, pela orientação atenta, e pelas contribuições fundamentais para o amadurecimento deste trabalho.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação, agradeço pelas trocas, pelos diálogos e pela convivência acadêmica ao longo do mestrado.

À Universidade de Caxias do Sul, deixo igualmente meu reconhecimento pela formação e pelo suporte institucional oferecido durante este percurso.

À minha família, expresso minha gratidão pelo apoio, pela compreensão e carinho.

De modo muito especial, agradeço à minha avó, Maria Susete Gomes Sousa, professora, cuja presença marcou profundamente minha trajetória. Foi ela quem, desde muito cedo, acreditou em mim, me apoiou e me incentivou a não desistir dos meus sonhos e a seguir estudando, mesmo quando os caminhos pareciam distantes.

RESUMO

Este trabalho investiga a institucionalização da língua padrão na China maoísta, compreendendo esse processo como parte da construção do Estado, da reorganização educacional e da centralização política promovidas pela República Popular da China entre 1949 e 1976. O estudo parte da compreensão de que a padronização linguística não se limitou a uma medida técnica ou administrativa, mas integrou um projeto mais amplo de unificação nacional, alfabetização e mobilização social. Para desenvolver essa análise, a pesquisa retoma antecedentes históricos da relação entre escrita, poder e unidade na China, abordando o papel da tradição letrada, dos exames imperiais e da chamada fala dos oficiais na formação de uma longa experiência de centralização cultural e política. Em seguida, examina, no contexto maoísta, a promoção do Putonghua como língua comum, a simplificação dos caracteres, a criação do hanyu pinyin e a inserção da linguagem nas campanhas políticas do período, evidenciando como a língua se articulou aos esforços de reorganização institucional e de difusão ideológica do novo regime. A pesquisa adota abordagem histórico-interpretativa de base bibliográfica e dialoga com autores que discutem a história da língua chinesa, a política linguística e os processos de construção nacional. Como desdobramento prático, e em consonância com a proposta do mestrado profissional, o trabalho apresenta também um produto educacional: um manual do professor, em formato de e-book, voltado ao ensino de História da China na educação básica. Ao articular língua, escrita, poder, Estado e ensino, a dissertação busca contribuir tanto para a compreensão histórica da experiência chinesa quanto para a ampliação das possibilidades didáticas de abordagem da China moderna no ensino de História.

Palavras-chave: Ensino de História; China maoísta; Putonghua; política linguística; ensino de História; Estado.

ABSTRACT

This study investigates the institutionalization of the standard language in Maoist China, understanding this process as part of the broader dynamics of state-building, educational reorganization, and political centralization promoted by the People's Republic of China between 1949 and 1976. The research is based on the assumption that language standardization was not merely a technical or administrative measure, but rather an integral component of a wider project of national unification, mass literacy, and social mobilization. To develop this analysis, the study revisits historical precedents concerning the relationship between writing, power, and unity in China, examining the role of the literati tradition, imperial examinations, and the so-called officials' speech in shaping long-term processes of cultural and political centralization. It then analyzes, within the Maoist context, the promotion of Putonghua as a common language, the simplification of Chinese characters, the creation of Hanyu Pinyin, and the integration of language into the political campaigns of the period, highlighting how linguistic policy was closely linked to institutional reorganization and ideological dissemination. Methodologically, the research adopts a historical-interpretative approach based on bibliographic analysis and engages with authors who discuss Chinese language history, language policy, and nation-building processes. As a practical outcome, and in accordance with the professional master's framework, the study also presents an educational product: a teacher's manual in e-book format aimed at supporting the teaching of Chinese history in basic education. By articulating language, writing, power, state, and teaching, this dissertation seeks to contribute both to the historical understanding of the Chinese experience and to the expansion of didactic possibilities for approaching modern China in history education.

Keywords: History Teaching; Maoist China; Putonghua; language policy; History education; State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Território associado à dinastia Shang (c. 1600–1046 a.C.).....	23
Figura 2 – Osso oracular (Tun 2707) com inscrição registrando práticas de adivinhação durante a dinastia Shang tardia (séculos XIV–XI a.C.).	24
Figura 3 – Exemplos de caracteres de inscrições em ossos oraculares da dinastia Shang cujas origens pictográficas não são diretas ou prontamente identificáveis, mesmo quando a palavra escrita pelo caractere é conhecida	25
Figura 4 – Escrita chinesa	26
Figura 5 – Tiras de bambu da Dinastia Qin (século III a.C.) descobertas em Hubei.	29
Figura 6 – Placa comemorativa afixada em residências de candidatos aprovados nos exames imperiais (kējǔ)	35
Figura 7 – Principais grupos linguísticos do chinês.....	38
Figura 8 – Cena dos exames imperiais chineses (kējǔ).....	41
Figura 9 - Exemplar de 《全體新論》 [Novo tratado sobre o corpo humano], publicado em 1844	44
Figura 10 – Exemplar de 《格致彙編》 [Compilação de investigação das coisas e extensão do conhecimento].....	48
Figura 11 – Reportagem publicada no jornal 《民国日报》 (Republican Daily News), em 6 de maio de 1919,.....	49
Figura 12 – Exemplar de 《澄衷蒙学堂字课图说》, manual escolar ilustrado publicado em 1901, apresentado no acervo do Museu de História de Xangai, como obra didática de ampla circulação no início do século XX	50
Figura 13 – Mao Zedong proclama a fundação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, na Praça Tiananmen, em Pequim	52
Figura 14 – Edição especial do periódico 《向导》 (O Guia), publicada em 1925....	55
Figura 15 – Mao Zedong escrevendo durante o período revolucionário chinês	57
Figura 16 – Cartaz de campanha de combate ao analfabetismo na China maoísta, 1954	59

Figura 17 – Distribuição percentual das principais divisões linguísticas reconhecidas na Conferência de 1955, com destaque para o grupo “Norte (Putonghua/Mandarin)”	61
Figura 18 – Carta-resposta de Mao Zedong a Jiang Zhuru, antigo colega de formação e interlocutor no debate sobre língua e escrita, datada de 1º de maio de 1955.....	66
Figura 19 – Página de índice do Boletim do Conselho de Estado da República Popular da China, de 13 de janeiro de 1958	68
Figura 20 – Página de abertura de “As tarefas atuais da reforma da escrita”	69
Figura 21 – Instituições de criação e promoção de sistemas de escrita na década de 1950	70
Figura 22 – Reprodução contemporânea do esquema oficial de 1958: Iniciais e finais do Hanyu Pinyin	73
Figura 23 – Cartazes murais de grandes caracteres na Universidade de Pequim durante a Campanha das Cem Flores, em 1957.....	76
Figura 24 – Cartazes murais com críticas aos “direitistas” na Universidade de Pequim, em 1957	77
Figura 25 – Cartaz de propaganda do Grande Salto Adiante sobre o desenvolvimento simultâneo da produção industrial e agrícola (1960).....	80
Figura 26 – Cartaz de propaganda do Grande Salto Adiante sobre coordenação do trabalho e formação de ativistas nas comunas populares (1960)	81
Figura 27 – Cartaz de propaganda do Grande Salto Adiante sobre a militarização da organização, da ação e da vida coletiva (1958)	82
Figura 28 – Sessão pública de crítica durante a Revolução Cultural,	91
Figura 29 – Exemplar de 《毛主席诗词》 [Máo Zhǔxí Shīcí], “Poemas do Presidente Mao” (tradução do autor).....	93
Figura 30 – Cartaz de propaganda da Revolução Cultural com o slogan: “A luz solar do pensamento de Mao Zedong ilumina o caminho da Grande Revolução Cultural Proletária”).....	94
Figura 31 – Cartaz de propaganda da Revolução Cultural com o slogan: “Viva o Presidente Mao, o sol vermelho no coração dos povos revolucionários do mundo!”	95
Figura 32 – Capa do e-book Manual do Professor.....	102
Figura 33 – Notas para o uso desse material.....	103
Figura 34 – Panorama histórico da China entre 1911 e 1976 no e-book	104

Figura 35 – O mandarim e a unificação linguística como chave de leitura histórica no e-book	105
Figura 36 – Como aplicar o tema em sala.....	106
Figura 37 – Sugestões de encaminhamento didático.....	107
Figura 38 – Sugestão de atividade.....	108
Figura 39 – Sugestão de encaminhamento e possibilidades de abordagem	109
Figura 40 – Sugestão de atividade.....	110
Figura 41 – Sugestão de encaminhamento.....	111
Figura 42 – Sugestão de encaminhamento e atividade	112
Figura 43 – Sugestão de encaminhamento e atividade	113
Figura 44 – Quadro de sistematização dos conteúdos e possibilidades de abordagem didática	115
Figura 45 – Materiais de apoio: sugestões de visuais para utilização em aula	116
Figura 46 – Materiais de apoio: sugestões de visuais para utilização em aula	117
Figura 47 – Materiais de apoio: sugestões de visuais para utilização em aula	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tradução da Figura 25	80
Quadro 2 – Slogan, Hanyu Pinyin e tradução da Figura 26	82
Quadro 3 – Slogan, Hanyu Pinyin e tradução da Figura 27	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ESCRITA E PODER: AS ORIGENS DA PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NA CHINA.....	22
2.1 A ESCRITA COMO PILAR DA UNIDADE CIVILIZACIONAL CHINESA	22
2.2 A TRADIÇÃO LETRADA E OS EXAMES IMPERIAIS: LETRAMENTO COMO PODER	30
2.3 GUANHUA, CENTRALIZAÇÃO IMPERIAL E O RÓTULO EUROPEU “MANDARIM”	37
2.4 DA CRISE IMPERIAL ÀS REFORMAS LINGUÍSTICAS DA REPÚBLICA DA CHINA (1912–1949).....	43
3 A ERA MAO: LÍNGUA, REVOLUÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	52
3.1 A TRANSFORMAÇÃO DA LÍNGUA COMUM EM POLÍTICA DE ESTADO (1949 – 1955).....	53
3.2 INTERVENÇÕES TÉCNICAS NA ESTRUTURA LINGUÍSTICA: SIMPLIFICAÇÃO E Pinyin (1956 – 1958).....	64
3.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO E OS LIMITES DA EXPRESSÃO: A CAMPANHA DAS CEM FLORES (1956 – 1957).....	74
3.4 A EXPANSÃO DO USO POLÍTICO DA NORMA: O GRANDE SALTO ADIANTE (1958-1962).....	78
3.5 RADICALIZAÇÃO SIMBÓLICA E ORTODOXIA DISCURSIVA: A REVOLUÇÃO CULTURAL (1966-1976).....	85
3.6 A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA: O MANUAL DO PROFESSOR COMO DESDOBRAMENTO DA PESQUISA	96
3.6.1 Ensino de História, BNCC e legitimidade da abordagem	97
3.6.2 A centralidade da Ásia e da China na formação histórica contemporânea	98
3.6.3 O produto educacional: o manual do professor como instrumento de mediação didática	100
3.6.4 Estrutura do manual e modo de utilização em sala de aula	102

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS.....	122

1 INTRODUÇÃO

Acredito que a curiosidade pode nos levar muito longe; às vezes, até literalmente. Desde cedo, fui imerso em um ambiente que despertava a paixão pelas línguas, pela história e pelo ensino. Cresci em uma família numerosa em Fortaleza, Ceará, onde a influência marcante da minha avó, professora alfabetizadora e entusiasta de idiomas estrangeiros, introduziu-me ao universo das línguas para além do português. Inicialmente, como um estudante comum no Brasil, o inglês foi meu primeiro contato com outra língua; entretanto, ao longo do meu crescimento e da adolescência, esse interesse levou-me a explorar línguas não latinas e sistemas de escrita não alfabéticos, cuja lógica interna e estrutura gráfica despertavam em mim o desejo de compreender novas formas de organização da comunicação.

Durante minha graduação em História, a aproximação entre cultura, linguagem e processos históricos levou-me a direcionar minhas pesquisas para a China. Meu contato com a língua chinesa começou em 2008 e foi aprofundado em experiências de viagem e estudo, especialmente na cidade de Quanzhou¹, em 2017. Nessa ocasião, um motorista de táxi destacou a importância de recorrer à “língua comum”² diante da persistência das variedades locais. Essa experiência transformou uma curiosidade pessoal em problema de pesquisa. Mais recentemente, em 2025, retornei à China com o objetivo de aprofundar essa investigação, reafirmando meu compromisso com a articulação entre História, língua chinesa e ensino. Nessa ocasião, com carta de recomendação da Universidade de Caxias do Sul, desenvolvi atividades de pesquisa com consultas na Biblioteca de Xangai e visitas a instituições de memória relacionadas à história política da China moderna, entre elas o Museu da Antiga Residência de Sun Yat-sen³ em Xangai e o Memorial do Primeiro Congresso Nacional do Partido Comunista da China.

Foi dessa convergência entre trajetória pessoal, formação acadêmica e experiência concreta na China que surgiu a questão central desta pesquisa:

¹ Quanzhou (泉州), é uma cidade localizada na província de Fujian, no sudeste da China (Disponível em: https://www.fujian.gov.cn/english/thisisfujian/regions/202605/t20260511_7146627.htm. Acesso em: 19 maio 2026..

² Língua comum” é a tradução de putonghua (普通话), termo promovido oficialmente na China para se referir à fala comum em âmbito nacional (Simões,2010).

³ Sun Yat-sen (孙中山, 1866–1925) foi um líder revolucionário chinês e o primeiro presidente provisório da República da China. Disponível em: <https://english.shanghai.gov.cn/en-MuseumsGalleries/20240717/c12d1b709741429ebcada33563c3623f.html>. Acesso em: 16 maio 2026.

compreender de que modo a institucionalização de uma língua padrão participou da construção do Estado na China maoísta e como esse processo pode ser historicizado e didatizado no ensino de História.

Mais do que descrever uma política linguística, este trabalho investiga a institucionalização da língua padrão na China como parte de um processo histórico de centralização administrativa, reorganização educacional e produção de legitimidade estatal. Parte-se da hipótese de que, na era maoísta, o Putonghua⁴ deixou de ser apenas um ideal de unificação para tornar-se instrumento concreto de governo, comunicação pública e mobilização social.

A longa experiência imperial chinesa consolidou práticas administrativas e simbólicas relativamente estáveis, entre elas a centralidade da escrita e a formação de uma elite letrada. Norman (1988). Essa herança constitui o pano de fundo a partir do qual, no século XX, a ausência de uma língua falada comum tornou-se questão central dos projetos de modernização e unificação nacional.

A complexidade desse processo torna-se ainda mais evidente quando se examina a trajetória histórica da diversidade linguística na China. Ao longo de séculos, o vasto território chinês abrigou uma expressiva diversidade linguística, resultado tanto de sua extensão geográfica quanto de sua pluralidade cultural. Nesse contexto, a escrita chinesa, estruturada de forma logográfica⁵, atuou como importante elemento de unificação cultural; no plano da oralidade, contudo, as diferenças sempre foram profundas. Diversas regiões do país conservaram formas próprias de fala, muitas vezes não compreensíveis entre si, mesmo entre comunidades vizinhas. Como observa DeFrancis (1984, p. 54, tradução do autor)⁶, “entre esses grupos existem diferenças tão profundas que impedem a compreensão mútua”.

A política linguística integrou-se às estratégias de consolidação do poder central por meio de iniciativas de reorganização educacional e administrativa anteriores à fundação da República Popular da China. Como observa DeFrancis

⁴ Putonghua (普通话, *Pǔtōnghuà*), literalmente “fala comum”, é o nome oficial da língua padrão da República Popular da China na atualidade. Mais do que uma simples designação linguística, o termo expressa um projeto histórico e político de unificação comunicativa, distinguindo-se de Guoyu (“língua nacional”), denominação associada ao período republicano (DeFrancis, 1984).

⁵ Por escrita logográfica entende-se um sistema gráfico em que os caracteres tendem a representar unidades de significado, ou morfemas, e não simplesmente a transcrição direta dos sons da fala (DeFrancis, 1984).

⁶ Do original: “between groups there are major differences of such magnitude that they produce mutual unintelligibility” (DeFrancis, 1984, p. 54).

(1984, p. 224), a derrubada do sistema imperial e a criação de um governo republicano após 1911 deram início à ampliação do alcance da língua padrão. Foi nessa linha que a antiga fala dos oficiais, o guānhuà (官话)⁷, foi redefinida como Guóyǔ (国语)⁸, concebida como língua nacional no projeto republicano conduzido pelo Guomindang⁹. Após 1949, essa denominação permaneceu em Taiwan, onde a escola e a padronização linguística continuaram a ocupar papel central na formação de uma cidadania moderna.

De modo complementar, Ramsey (1987) argumenta que, embora as variedades regionais do chinês apresentassem níveis de compreensão comparáveis aos das línguas românicas, a sociedade chinesa manteve uma concepção de unidade linguística sustentada por práticas sociopolíticas e pelo uso compartilhado da escrita. Essa coesão simbólica explicaria de que forma, mesmo em meio a tamanha diversidade linguística, o império conseguiu conservar a ideia de uma “língua chinesa” comum, uma vez que, como afirma Ramsey (1987, p. 17, tradução do autor)¹⁰, “se os chineses se percebem como uma comunidade linguística, e, em certos aspectos, como uma comunidade de fala, isso ocorre porque, em dimensões significativas, eles de fato o são”.

Com a fundação da República Popular da China, em 1949, a política linguística ganhou um novo impulso, passando a desempenhar papel estratégico na construção do Estado socialista. Esse movimento deve ser compreendido à luz do contexto histórico do pós-guerra, marcado pela vitória chinesa sobre o Império do Japão na Segunda Guerra Mundial (1937–1945)¹¹ e, em seguida, pela vitória comunista na guerra civil chinesa contra o Guomindang, então força dirigente da República da China. Nesse cenário, a unificação política do território passou a exigir

⁷ Guānhuà (官话), “fala dos oficiais”, designava a variedade linguística empregada como meio de comunicação entre os funcionários da administração imperial chinesa (DeFrancis, 1984).

⁸ Guóyǔ (国语), literalmente “língua nacional”, foi a denominação adotada no período republicano chinês (1912–1949) para designar a língua padrão vinculada ao projeto de construção nacional (DeFrancis, 1984).

⁹ Guomindang (国民党), ou Partido Nacionalista Chinês, foi uma das principais forças políticas do período republicano (1912–1949), exercendo papel central nos projetos de unificação nacional e construção do Estado moderno na China (DeFrancis, 1984).

¹⁰ Do original: “if the Chinese believe themselves to be a linguistic community, indeed in certain respects a speech community, it is because in significant ways they are” (Ramsey, 1987).

¹¹ No caso chinês, o recorte cronológico da Segunda Guerra Mundial costuma ser situado entre 1937 e 1945, tendo como marco inicial a eclosão da guerra sino-japonesa em larga escala após o Incidente da Ponte Marco Polo. Assim, embora na periodização europeia o conflito mundial seja geralmente datado a partir de 1939, no contexto da história da China o ano de 1937 é amplamente utilizado como referência inicial da guerra (Hobsbawm, 1995).

também mecanismos eficazes de integração cultural e administrativa (DeFrancis, 1984; Simões, 2010). A consolidação de uma língua comum, nesse sentido, inscreveu-se em um conjunto mais amplo de ações estatais voltadas à reorganização da sociedade chinesa e à superação das marcas de fragmentação herdadas do período imperial, bem como das instabilidades políticas do período republicano, em consonância com projetos históricos de centralização e construção nacional. Zhou (2003).

Num país marcado por ampla diversidade oral, a inexistência de uma língua falada compartilhada em escala nacional dificultava não apenas a comunicação entre regiões, mas também a circulação de ordens, a integração administrativa e a mobilização política pretendida pelo novo regime. Após 1949, essa heterogeneidade passou a ser tratada pelo Estado não como simples traço histórico da formação chinesa, mas como uma questão concreta para a construção da unidade nacional. Nesse sentido, como sintetiza Simões (2010, p. 26), com o estabelecimento da República Popular da China o regime comunista concentrou-se na promoção de uma língua oral comum para a população Han, distinguindo-se da política anterior no que se referia às línguas das minorias étnicas.

Assim, em 1955, o termo Putonghua (普通话), literalmente “língua comum”, foi oficialmente adotado para designar a variedade padrão da língua chinesa na China continental, substituindo o Guóyǔ como referência normativa estatal, anteriormente formulado no período republicano sob o governo do Guomindang. Ao longo deste trabalho, os termos Putonghua e língua padrão referem-se à norma oficial instituída pelo Estado da República Popular da China, enquanto “mandarim” é empregado apenas como designação ampla de uso corrente. Fundamentado nos dialetos do norte, tendo o de Pequim como principal referência, o Putonghua passou a integrar de modo sistemático as políticas educacionais, administrativas e comunicacionais do governo revolucionário (2004).

Embora a pesquisa reconheça antecedentes imperiais e republicanos indispensáveis à compreensão do problema, seu recorte principal concentra-se no período de 1949 a 1976, quando a língua padrão foi incorporada de modo sistemático ao aparato estatal da República Popular da China, articulando-se à escola, à administração, às reformas da escrita e às campanhas políticas do período maoísta.

Comprometido com a superação do analfabetismo e com a unificação ideológica do país, o governo da República Popular da China lançou campanhas de

alfabetização e padronização linguística que visavam integrar o ensino, a administração e os meios de comunicação sob uma mesma norma nacional. Chen, (1999).

Nas décadas seguintes, o ensino do *Putonghua* passou a ser componente obrigatório no sistema educacional, e seu uso foi sistematicamente incentivado por meio dos veículos de comunicação e das instituições estatais. Simões (2010). Ainda assim, a difusão da língua padrão não ocorreu sem resistências. Em muitas regiões, as variedades locais, como o cantonês em GuangZhou, o *minnan* em Xiamen e o tibetano em Lhasa, continuaram a exercer papel central na vida social e cultural da China, preservando-se como símbolos de uma identidade comunitária. Ramsey (1987)

Dessa maneira, a padronização linguística promovida pela República Popular da China insere-se em um campo de tensões entre a centralização estatal e a pluralidade cultural do território chinês. A promoção do Putonghua ocorreu de forma articulada a políticas educacionais, administrativas e midiáticas, produzindo efeitos concretos sobre as hierarquias linguísticas e as práticas culturais regionais. Simões (2010).

A relevância do tema para o ensino de História reside na possibilidade de historicizar a língua como dimensão constitutiva dos processos de modernização, centralização estatal e construção de identidades nacionais. A experiência chinesa permite evidenciar que políticas aparentemente técnicas produzem efeitos sociais, culturais e políticos duradouros. Essa relevância torna-se ainda mais evidente quando se considera a presença ainda limitada da História da China nos materiais didáticos escolares, especialmente no que diz respeito à relação entre língua, escrita, Estado e poder. Em geral, quando a China moderna aparece nesses materiais, sua abordagem tende a concentrar-se em eventos políticos mais amplos, como a Revolução Chinesa ou a Revolução Cultural, sem explorar de forma sistemática o papel da política linguística na construção do Estado e na mobilização social. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna, oferecendo subsídios teóricos e didáticos para que o tema possa ser trabalhado de maneira mais crítica e contextualizada no ensino de História.

No âmbito do mestrado profissional, essa discussão projeta-se também como mediação didática. Nesta pesquisa, a língua não é tomada como objeto linguístico autônomo, mas como fenômeno histórico vinculado à formação do Estado, à

construção de identidades nacionais, à escolarização, à propaganda política e às disputas por legitimidade. Essa abordagem permite trabalhar, na educação básica, temas próprios do ensino de História e dialoga com a Base Nacional Comum Curricular, que orienta a análise de diferentes experiências históricas, relações de poder, formas de organização social e uso de fontes variadas no processo de aprendizagem histórica (Brasil, 2017). Embora o aprofundamento conceitual do tema encontre maior espaço no Ensino Médio, sua abordagem também pode ser adaptada aos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente em conteúdos relacionados à China contemporânea, às revoluções do século XX e aos processos de construção dos Estados nacionais.

Ao citar o caso da França, Hobsbawm (1992, p. 21) observa que não era o uso nativo da língua francesa que tornava alguém francês, mas a disposição de adquiri-la como parte do projeto político nacional, evidenciando a centralidade da língua na construção de identidades estatais modernas.

De modo semelhante, também na República da Turquia, Lewis (1999) e Cooper (1989) analisam a reforma linguística promovida pelo Presidente Atatürk, como um importante exemplo de planejamento linguístico associado ao projeto de modernização do Estado republicano. Assim como na China, esses processos ilustram o uso estratégico da língua como instrumento de construção estatal e de homogeneização cultural.

Nesse processo, a escrita chinesa preservou elevado prestígio simbólico e foi incorporada pelo Estado moderno como elemento de continuidade civilizacional, ao mesmo tempo em que a promoção do Putonghua redefiniu hierarquias linguísticas e restringiu espaços institucionais de variedades regionais e minoritárias. No entanto, tudo isso não se deu de forma linear ou homogênea, mas por meio de tensões entre projetos de unificação estatal e a persistência da pluralidade linguística.

No contexto da República Popular da China, a promoção da língua padrão não se desenvolveu sobre um terreno linguístico homogêneo, mas em meio a realidades locais bastante diversas. Por isso, esse processo também produziu tensões, sobretudo entre comunidades minoritárias, quando a difusão do Putonghua avançou sem que as línguas nativas tivessem, na prática, condições equivalentes de

uso e preservação. Como observa Zhou Minglang (2004, p. 90, tradução do autor)¹², “sem essa igualdade, mesmo as línguas minoritárias reconhecidas oficialmente dispõem de pouco espaço para uso e desenvolvimento [...], o que pode gerar alienação e, por vezes, resistência ao aprendizado do chinês.

A análise da padronização linguística na China Moderna exige um diálogo atento com a historiografia e com os estudos sobre políticas de linguagem, sobretudo aqueles que compreendem a língua não apenas como meio de comunicação, mas como elemento estruturante dos projetos estatais. Nesse sentido, as contribuições de John DeFrancis, Zhou Minglang e Jerry Norman permitem compreender a padronização linguística como parte integrante dos esforços de construção do Estado e de reorganização social no século XX. Além da historiografia específica sobre a China, estudos comparativos sobre políticas nacionais de línguas ajudam a situar esse processo em perspectiva global. Hobsbawm (1990) e Anderson (1983) mostram que, frequentemente, a promoção de uma língua oficial é um movimento deliberado de homogeneização cultural e afirmação da soberania estatal, ainda que produza resistências e tensões entre identidades regionais e minoritárias.

Para DeFrancis (1984), a institucionalização de uma língua padrão esteve diretamente associada à necessidade de superar obstáculos históricos à comunicação em um território marcado por profunda fragmentação dialetal. Mais do que uma solução técnica, a língua comum tornou-se um recurso político fundamental para a legitimação do novo Estado, ao viabilizar a administração, a escolarização em massa e a difusão de valores considerados centrais para a modernização nacional. Zhou (2003) amplia essa leitura ao demonstrar que as políticas linguísticas da República Popular da China foram formuladas dentro de um horizonte ideológico específico, no qual a língua passou a desempenhar papel ativo na formação de um cidadão alinhado aos objetivos do projeto socialista.

Norman (1988), por sua vez, contribui para essa discussão ao destacar a dimensão simbólica da língua e da escrita chinesas. Mesmo em um contexto de intensas rupturas políticas, a permanência do sistema de escrita e de certas concepções sobre unidade linguística funcionou como elo entre passado e presente, conferindo à padronização um sentido de continuidade civilizacional. Assim, a língua

¹² Do original: “Without that equality, even the first- and second-tier minority languages have little room for their use and development [...] problems that alienate minority citizens and sometimes result in their resistance against learning Chinese” (Zhou Minglang, 2004, p. 90).

padrão não se apresentou apenas como inovação moderna, mas também como herdeira de uma longa tradição histórica de centralização cultural.

Ao dialogar com essa literatura, o presente trabalho situa a experiência chinesa em um quadro mais amplo de padronizações linguísticas promovidas por Estados modernos, sem perder de vista suas especificidades históricas. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem histórico-interpretativa de base bibliográfica, articulando análise historiográfica especializada, estudos sobre política linguística e perspectiva comparada. O trabalho examina obras clássicas e contemporâneas como fontes interpretativas para compreender a padronização do Putonghua como política de construção estatal.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar historicamente a institucionalização da língua padrão no contexto da China maoísta, compreendendo suas relações com a construção do Estado, com as políticas educacionais e com os processos de mobilização política desenvolvidos entre 1949 e 1976. De modo específico, busca-se retomar os antecedentes históricos necessários à compreensão desse processo, examinar a definição normativa do Putonghua e as reformas da escrita, analisar os usos políticos da linguagem nas campanhas maoístas e elaborar um manual do professor, em formato de e-book, voltado ao ensino de História da China na educação básica. Dessa forma, a pesquisa articula investigação histórica e mediação didática, em consonância com a natureza do mestrado profissional.

Ainda que o recorte central da pesquisa se concentre na era maoísta, sua relevância ultrapassa esse período. No contexto contemporâneo, marcado pela projeção internacional da China, por sua centralidade nos BRICS e pela intensificação de intercâmbios acadêmicos e educacionais com o Brasil, a dimensão linguística reaparece como elemento importante de inserção cultural, acadêmica e diplomática. Desse modo, compreender historicamente a institucionalização do Putonghua permite também iluminar aspectos da presença chinesa no século XXI.

Essa atualidade pode ser observada de forma concreta no recente fortalecimento das parcerias educacionais entre Brasil e China. A aprovação, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), do curso de graduação em Língua e Cultura Chinesas, em Cooperação com a Universidade de Hubei, iniciativa apresentada institucionalmente como inédita no Brasil e na América Latina, bem como a ampliação de acordos entre instituições brasileiras e chinesas, evidenciam que a língua cuja institucionalização histórica constitui objeto desta pesquisa continua a ocupar lugar

relevante em iniciativas contemporâneas de formação acadêmica, circulação cultural e aproximação diplomática. Desse modo, a investigação sobre a consolidação do Putonghua na era maoísta também contribui para compreender os fundamentos históricos de sua projeção internacional no tempo presente. BRASIL (2026); JORNAL DA UNESP (2026).

Essas reflexões também fundamentam o produto educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa: um manual do professor, em formato de e-book, elaborado como instrumento de apoio ao ensino de História da China na educação básica. Concebido como guia prático de aplicação, o material oferece ao professor um roteiro estruturado de aula, acompanhado de sugestões de abordagem, uso de fontes, atividades e curadoria de recursos digitais.

Ao tomar a língua chinesa como eixo de análise, o manual propõe uma abordagem que articula linguagem, Estado e sociedade, permitindo ao docente trabalhar, em sala de aula, aspectos centrais da História da China moderna, especialmente no período entre 1911 e 1976.

Nesse sentido, a proposta dialoga com as orientações da Base Nacional Comum Curricular, ao favorecer o desenvolvimento de competências relacionadas à análise de processos históricos, à compreensão das relações entre cultura, linguagem e poder, bem como à utilização de diferentes fontes e linguagens no ensino de História.

Diferentemente de um material expositivo tradicional, o produto busca orientar diretamente a prática docente, possibilitando sua aplicação integral ou adaptada conforme o contexto da turma. Dessa forma, articula a historicização da língua padrão à construção de estratégias didáticas voltadas à compreensão das relações entre língua, poder e organização social.

Além desta introdução, o trabalho organiza-se em dois capítulos analíticos articulados entre si. O segundo capítulo, “Escrita e poder: as origens da padronização linguística na China”, examina a longa duração da relação entre escrita, centralização política e formação da elite letrada, abordando a tradição intelectual chinesa, os exames imperiais e o uso do “Guanhua” em um contexto de diversidade oral. O terceiro capítulo, “A Era Mao: língua, revolução e seus desdobramentos para o ensino de História”, analisa a centralidade da língua no contexto maoísta, considerando a redefinição do Putonghua como política de Estado, as reformas da escrita e a politização da linguagem nas campanhas do período, evidenciando seu papel nos

processos de reorganização institucional, mobilização social e construção ideológica do Estado socialista. Ao final, o capítulo incorpora a discussão do produto educacional, apresentando a transposição didática da pesquisa por meio do manual do professor, concebido como desdobramento aplicado da investigação. Essa estrutura permite conectar os antecedentes históricos do problema, sua formulação na era maoísta e suas possibilidades de abordagem no ensino de História. Com isso, a dissertação convida o leitor a compreender a língua não como elemento periférico da história chinesa, mas como uma dimensão decisiva da construção do Estado, da organização social e das possibilidades de ensino sobre a China moderna.

2 ESCRITA E PODER: AS ORIGENS DA PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NA CHINA

Neste capítulo, examina-se a formação histórica do ideal de unidade linguística na China, tomando como ponto de partida a centralidade da escrita, o prestígio da tradição letrada e as formas pelas quais o império administrou sua diversidade oral. A análise começa pela escrita, entendida como um dos principais elementos de coesão civilizacional, na medida em que o sistema logográfico permitiu a preservação de uma tradição escrita comum mesmo em meio à pluralidade das falas regionais, consolidando-se, ao longo do tempo, como símbolo de continuidade cultural, autoridade política e legitimidade estatal.

Em seguida, o capítulo aborda a cultura letrada e o sistema de exames imperiais, compreendidos como mecanismos fundamentais de legitimação do saber e de reprodução do poder, por meio dos quais o domínio da escrita clássica se converteu em critério de distinção social, seleção burocrática e acesso aos quadros administrativos do Estado. Por fim, discute-se a formação do guānhuà, a chamada “fala dos oficiais”, entendida como uma variedade de comunicação administrativa que, em meio à pluralidade dialetal do império, atuou como instrumento de centralização política. Em conjunto, essas dimensões mostram como a relação entre escrita, letramento e oralidade estruturou, ao longo da história chinesa, um ideal de unidade civilizacional e política que viria a fornecer base histórica para as políticas linguísticas da China moderna e, posteriormente, da era maoísta.

2.1 A ESCRITA COMO PILAR DA UNIDADE CIVILIZACIONAL CHINESA

Para compreender o debate sobre a origem da escrita chinesa, é necessário situar brevemente a cronologia das primeiras dinastias tradicionalmente associadas à China antiga. A dinastia Xia, cuja historicidade permanece objeto de debate, figura na tradição como a primeira dinastia chinesa, antecedendo a dinastia Shang. Com base nas evidências disponíveis, Norman (1988, p. 59) observa que não seria irrazoável supor que a escrita chinesa tenha começado no início da dinastia Shang ou mesmo um pouco antes, no final da dinastia Xia, aproximadamente no século XVII a.C. É justamente no período Shang tardio, entre os séculos XIV e XI a.C., que se concentram os registros arqueológicos mais abundantes da escrita chinesa, sobretudo

as inscrições em ossos oraculares, carapaças e vasos de bronze Norman, (1988, p. 59); DeFrancis (1984, p. 79).

A Figura 1 apresenta o território associado à dinastia Shang (c. 1600–1046 a.C.), no vale do Rio Amarelo, região onde se concentram os registros arqueológicos mais antigos da escrita chinesa, especialmente no período Shang tardio

Figura 1 – Território associado à dinastia Shang (c. 1600–1046 a.C.)



Fonte: Museo D'Arte Cinese ed Etnografico (2026).¹³

Muito antes da constituição de um Estado nacional nos moldes modernos, o registro escrito já estava associado às práticas políticas, rituais e administrativas das sociedades que se desenvolveram no território chinês. Ao longo das dinastias imperiais, a escrita deixou de ser apenas um meio de registro para assumir um papel fundamental na organização do poder, na transmissão de normas e na preservação de valores que conferiram continuidade à experiência histórica chinesa.

¹³ MUSEO D'ARTE CINESE ED ETNOGRAFICO. "Ge" (dagger, axe, sickle or knife), Shang Dynasty (1600–1046 BC). Parma, Itália: Fondazione Culturale Saveriana, 2026. Disponível em: <https://museocinese-parma.org/en/scuole/le-dinastie-della-cina/103-1600-1046-bc-shang-dynasty>. Acesso em: 19 maio 2026. Acessado em: 14 abr. 2026.

Na Figura 2, pode-se observar um osso oracular (Tun 2707) com inscrição registrando práticas de adivinhação durante a dinastia Shang tardia (séculos XIV–XI a.C.). A inscrição menciona ancestrais reais, como o avô Yi e o pai Ding, e registra rituais divinatórios realizados pelo rei em templos ancestrais, incluindo sacrifícios de javalis brancos e touros

Figura 2 – Osso oracular (Tun 2707) com inscrição registrando práticas de adivinhação durante a dinastia Shang tardia (séculos XIV–XI a.C.)



Fonte: Liu *et al.* (2021) ¹⁴

A emergência da escrita chinesa deve ser analisada à luz do grau de desenvolvimento com que ela se apresenta nas fontes arqueológicas do período Shang tardio, entre os séculos XIV e XI a.C. Como observa Jerry Norman, a escrita chinesa já aparece nesse momento como um sistema plenamente desenvolvido Norman (1988, p. 59), o que indica que sua forma mais antiga amplamente documentada não corresponde a um estágio inicial ou experimental. A documentação desse período, sobretudo as inscrições em ossos oraculares, carapaças de tartaruga

¹⁴ LIU, K. *et al.* Radiocarbon dating of oracle bones of late Shang period in ancient China. **Radiocarbon**, [S.l.], v. 63, n. 1, p. 155–175, 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/radiocarbon/article/radiocarbon-dating-of-oracle-bones-of-late-shang-period-in-ancient-china/38A7B64D6D538A3A7B96F912BBEE9592>. Acesso em: 1 abr. 2026.

e vasos de bronze, revela um conjunto gráfico coerente, estabilizado e funcional, empregado de modo sistemático em práticas rituais, políticas e administrativas. Segundo o autor, tratava-se de um sistema capaz de registrar de maneira completa e inequívoca a língua então falada (Norman, 1988, p. 59).

Figura 3 – Exemplos de caracteres de inscrições em ossos oraculares da dinastia Shang cujas origens pictográficas não são diretas ou prontamente identificáveis, mesmo quando a palavra escrita pelo caractere é conhecida

	OBI graph	modern character	modern reading	meaning
1.		人	<i>jen</i>	'person'
2.		又	<i>yu</i>	'hand' > 'hold, have' (mod. 有)
3.		自	(<i>pi</i>) •	'nose' (mod. 鼻)
4.		耳	<i>erh</i>	'ear'
5.		且	(<i>tsu</i>)	'ancestor' (mod. 祖)
6.		牛	<i>niu</i>	'ox'
7.		糸	<i>ssu</i>	'(silk) thread, line' (mod. 絲)
8.		舟	<i>chou</i>	'boat'
9.		土	<i>t'u</i>	'earth, ground'
10.		水	<i>shui</i>	'water, stream'
11.		雨	<i>yū</i>	'rain'
12.		虫	<i>ch'ung</i>	'insect'
13.		言	<i>yen</i>	'speech'
14.		首	<i>shou</i>	'head'
15.		足	<i>tsu</i>	'foot'

Fonte: Boltz (1994, p. 34).

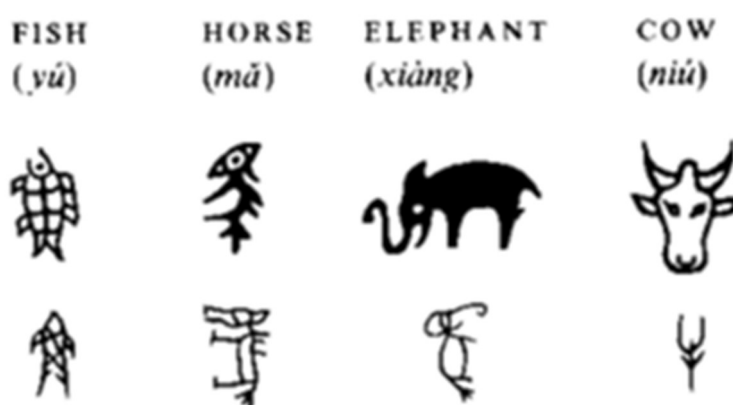
Tal constatação possui implicações historiográficas relevantes. Se a escrita já surge como um sistema completo e eficaz, sua origem não pode ser compreendida como um evento súbito. Como o próprio Norman (1988, p. 59, tradução do autor)¹⁵

¹⁵ Do original: "The maturity of this early script has suggested to many scholars that it must have passed through a fairly long period of development before reaching this stage" (Norman, 1988, p. 59).

ressalta: “A maturidade desse sistema inicial levou muitos estudiosos a sugerir que ele deve ter passado por um período relativamente longo de desenvolvimento antes de alcançar esse estágio”. A maturidade estrutural pressupõe um processo anterior de formação, experimentação e consolidação, ainda que esse processo não esteja amplamente documentado. O problema reside justamente na escassez de registros anteriores ao século XIV a.C. Norman (1988, p. 59, tradução do autor)¹⁶ mostra que “os poucos exemplos de escrita que precedem o século XIV são infelizmente demasiado escassos para permitir qualquer tipo de reconstrução desse desenvolvimento.

Mesmo reconhecendo essa limitação documental, Norman sustenta que, com base nas evidências disponíveis, “não seria irrazoável supor que a escrita chinesa tenha começado em algum momento no início da dinastia Shang ou mesmo um pouco antes, no final da dinastia Xia, aproximadamente no século XVII a.C” (Norman, 1988, p. 59, tradução do autor)¹⁷. Dessa forma, a escrita chinesa deve ser compreendida não como uma criação abrupta do período Shang tardio, mas como o resultado de um processo histórico anterior cuja longa gestação é inferida a partir do grau de sofisticação já alcançado quando passa a ser abundantemente registrada.

Figura 4 – Escrita chinesa



Fonte: Norman (1988, p. 59).

¹⁶ Do original: “the few examples of writing which precede the fourteenth century are unfortunately too sparse to allow any sort of reconstruction of this development” (Norman, 1988, p. 59).

¹⁷ Do original: “On the basis of available evidence, however, it would not be unreasonable to assume that Chinese writing began sometime in the early Shang or even somewhat earlier in the late Xia dynasty or approximately in the seventeenth century BC” (Norman, 1988, p. 59).

Dessa forma, pode-se compreender a escrita chinesa com um papel singular na construção da unidade civilizacional do império. Diferentemente dos sistemas alfabéticos, baseados na representação fonêmica da fala, o sistema gráfico chinês estrutura-se de modo predominantemente logográfico, não espelhando diretamente as realizações sonoras das línguas faladas. Essa característica permitiu que grupos letrados e instâncias administrativas de diferentes regiões compartilhassem uma mesma tradição escrita, ainda que as variedades orais locais fossem mutuamente incompreensíveis.

As interpretações de Alleton (1989), Ramsey (1987), Norman (1988) e DeFrancis (1984), embora distintas em ênfase, convergem ao mostrar que a escrita chinesa exerceu papel decisivo na produção de uma coesão civilizacional duradoura. Se, por um lado, sua estrutura gráfica favoreceu a circulação de textos, normas e valores entre regiões diversas, por outro, ela também reforçou o vínculo entre cultura letrada, administração imperial e legitimidade política. Mesmo reconhecendo os limites da ideia de uma comunicação universal proporcionada pela escrita, esses autores mostram que o sistema gráfico desempenhou papel histórico central na integração entre regiões e na consolidação de uma identidade civilizacional chinesa.

A perspectiva histórico-linguística mobilizada por Norman (1988) evidencia a notável estabilidade do sistema de escrita chinês em contraste com a constante mudança das línguas faladas. Ao destacar a relativa autonomia da escrita em relação às transformações fonológicas, o autor mostra como o sistema gráfico pôde atravessar sucessivas dinastias e contextos políticos distintos, preservando-se como meio compartilhado de comunicação letrada e como importante elemento de continuidade cultural.

A unificação cultural operada pela escrita, pelo traço e não pelo som, sustentou a formação de uma elite de letrados capaz de transitar por textos administrativos e clássicos, mesmo na ausência de uma língua oral comum. Essa elite, formada a partir dos exames imperiais e da tradição confucionista, transformou o domínio da escrita em marcador de distinção social e cultural. Como observa Harbsmeier (1993), a cultura letrada tradicional chinesa estabeleceu a supremacia do wén (文), isto é, da escrita e da erudição, sobre a fala, reforçando seu papel como via legítima de acesso ao saber e ao poder.

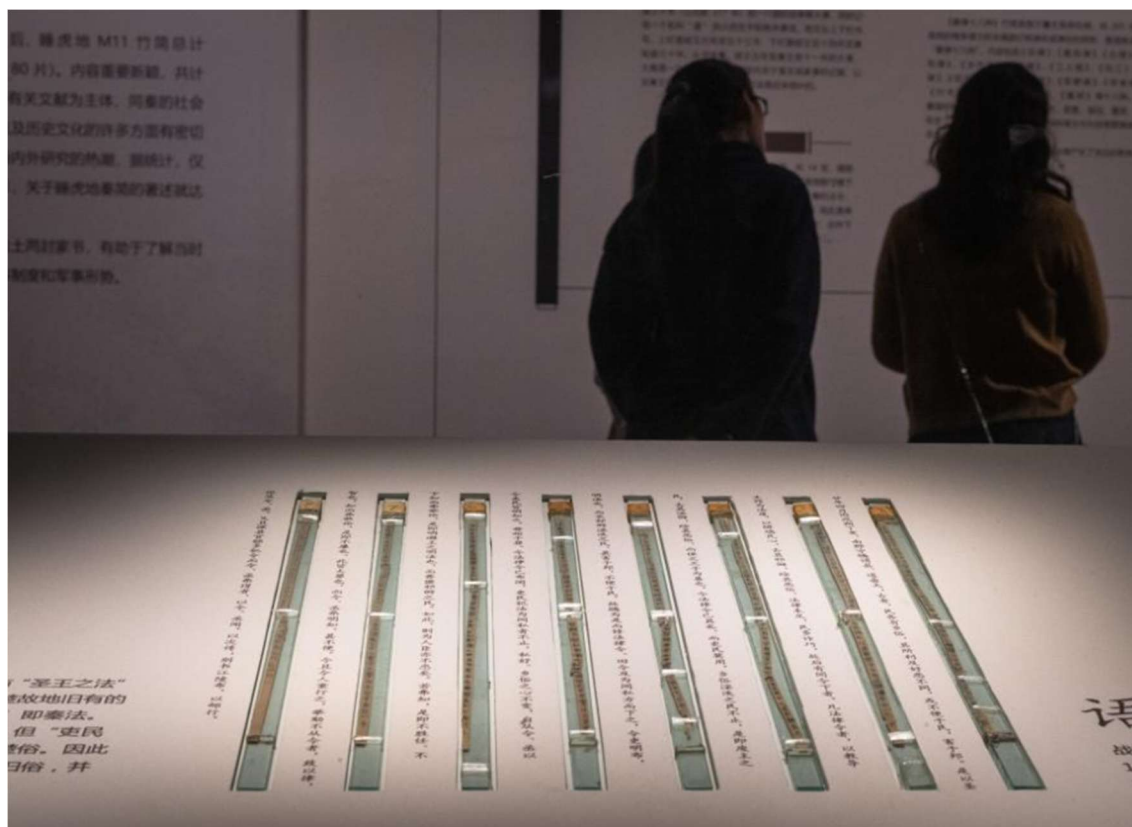
Ao longo da história imperial chinesa, a escrita oficial, assentada no chinês clássico (wényánwén)¹⁸, tornou-se um dos principais esteios da administração e da cultura política do império. Em uma formação histórica marcada por ampla diversidade oral, a circulação de documentos, editos e textos canônicos permitia ao poder central projetar sua autoridade para além das diferenças regionais de fala. Nesse sentido, a escrita não era apenas meio de registro, mas parte do próprio funcionamento do Estado.

Já no período Qin, a unificação gráfica apareceu vinculada a um projeto mais amplo de centralização; sob os Han, a estabilização de formas escritas duradouras reforçou esse papel integrador da escrita no interior da ordem imperial (Boltz, 1994; DeFrancis, 1984). As reformas ligadas à unificação gráfica durante a dinastia Qin, bem como a consolidação de formas escritas mais estáveis sob os Han, integraram um movimento mais amplo de fortalecimento do poder central, ao lado da padronização de pesos, medidas e de outras práticas administrativas (Boltz, 1994). Nessa conjuntura, a escrita ultrapassava a função de simples meio de comunicação: ela ajudava a dar forma material à autoridade imperial, permitindo registrar, ordenar e administrar um território vasto e marcado por grande diversidade linguística.

Na Figura 5, o suporte exemplifica a uniformização da grafia promovida pelo poder central para servir como instrumento de integração imperial e administração burocrática

¹⁸ (wényánwén, 文言文). constituía uma forma escrita altamente estilizada, baseada na língua dos textos canônicos da Antiguidade, que já não correspondia à fala cotidiana das populações chinesas nos períodos imperiais tardios. Aprendido por meio de longa formação escolar, esse registro escrito funcionava como língua escrita erudita comum, compartilhada pela elite letrada independentemente das variedades orais locais. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/dspace/items/a0b39fe5-231d-4ecd-a1b5-0ec78525d69f>. Acesso em: 16 maio 2026.

Figura 5 – Tiras de bambu da Dinastia Qin (século III a.C.) descobertas em Hubei



Fonte: Xinhua News (2024)¹⁹.

Esse longo processo de unificação por meio da escrita não eliminou a diversidade das formas de fala presentes no território chinês. Ao contrário, a pluralidade oral permaneceu como traço duradouro da experiência histórica chinesa. Ainda assim, essas diferenças não assumiram, em regra, a mesma capacidade de ruptura observada em outras partes do mundo. Como observa DeFrancis (1984, p. 57, tradução do autor)²⁰, apesar da presença contínua de forças centrífugas, “suas diferenças linguísticas jamais possuíram o mesmo poder disruptivo que tiveram em muitas outras regiões do mundo”. A experiência chinesa sugere, assim, que a diversidade linguística não implicou necessariamente fragmentação política, sobretudo em um contexto no qual a escrita funcionou como referência comum de administração, cultura letrada e continuidade estatal.

¹⁹ XINHUA. **Bamboo slips of Qin Dynasty on display in C China's Hubei**. Xinhua News, 1 maio 2024. Disponível em: <https://english.news.cn/20240501/d77433238b0d4f128ad3c7298cd61bc6/c.html>. Acesso em: 14 maio 2026.

²⁰ Do original “their linguistic differences have never possessed the disruptive power they have had in many other areas of the world” (DeFrancis, 1984, p. 57).

Nesse sentido, a experiência histórica chinesa indica que a diversidade linguística não implicou, necessariamente, fragmentação política. Como ressalta DeFrancis (1984, p. 57, tradução do autor)²¹, a pluralidade das formas de fala não conduziu de modo inevitável a um conflito linguístico de tal intensidade que ameaçasse os próprios fundamentos do Estado. Nessa trajetória, a escrita ocupou papel decisivo como referência comum de cultura letrada, administração e continuidade política, deslocando o eixo da unidade do plano da oralidade para o da textualidade.

Essa longa tradição de unidade fundada na escrita, mais do que na fala, teve consequências profundas na organização da vida política e cultural chinesa. Em um império marcado por ampla diversidade oral, era o domínio da escrita que permitia acesso mais direto ao universo da administração, da erudição e da autoridade. Ao longo do tempo, saber escrever e interpretar corretamente os textos consagrados deixou de ser apenas uma habilidade intelectual e passou a funcionar também como critério de distinção social. O prestígio e o poder concentravam-se, assim, nas mãos daqueles que dominavam os códigos formais da cultura letrada. Nesse sentido que se consolidaram a tradição letrada e o sistema de exames imperiais, mecanismos centrais na formação da elite administrativa do império, cuja análise será desenvolvida no próximo subcapítulo.

2.2 A TRADIÇÃO LETRADA E OS EXAMES IMPERIAIS: LETRAMENTO COMO PODER

Ao longo da história imperial chinesa, o domínio da escrita tornou-se um dos principais critérios de acesso ao prestígio social e aos postos da administração civil. Esse papel ganhou forma institucional no sistema de exames imperiais, o *kējǔ* (科举), conjunto de provas escritas organizado pelo Estado para selecionar funcionários com base no domínio da escrita clássica e dos Clássicos confucianos (Ramsey, 1987; Norman, 1988). Consolidado durante a dinastia Tang (618–907) e aperfeiçoado ao longo das dinastias Song (960–1279), Ming (1368–1644) e Qing (1644–1912), o *kējǔ*

²¹ Do original: “linguistic diversity does not inevitably lead to a primordial conflict over language of such intensity as to threaten the very foundations of the state” (DeFrancis, 1984, p. 57).

fez do letramento erudito um requisito formal para a integração na burocracia imperial (Ho Ping-Ti, 1962; Ekman, 2000).

Com este cenário, a figura do letrado passou a representar não apenas um ideal de mérito individual, mas também uma forma específica de autoridade política fundada no domínio da tradição escrita. Como demonstra Ho Ping-ti (1962), o sistema de exames civis funcionou simultaneamente como principal via de recrutamento administrativo e como mecanismo de mobilidade social restrita, favorecendo, ao longo do tempo, a consolidação e a reprodução de uma elite letrada estreitamente vinculada ao Estado.

Para além da exigência formal do domínio do wényánwén, a escrita clássica não funcionava apenas como meio de expressão, mas como critério de legitimação do saber, moldando a forma como o conhecimento era organizado, transmitido e reconhecido pelo Estado. Nesse contexto, dominar essa escrita significava demonstrar disciplina intelectual, familiaridade com a tradição canônica e adesão à ortodoxia confuciana, qualidades indispensáveis para o ingresso na administração e para a obtenção de prestígio político na China imperial (Elman, 2000)

Além da forma escrita exigida, o sistema de exames imperiais operava também ao estabelecer institucionalmente quais conteúdos intelectuais eram considerados legítimos. Como demonstra Benjamin Elman em sua análise das transformações do currículo examinatório entre os séculos VII e XIV, a consolidação dos exames civis esteve associada à construção histórica de uma ortodoxia neoconfuciana (daoxue), que passou a orientar o conhecimento exigido dos candidatos. Segundo o autor Elman (2000, p. 5, tradução do autor)²². “a ortodoxia neoconfuciana, embora associada à dinastia Song, foi culturalmente construída ao longo das dinastias Song, Yuan e Ming por meio de sucessivos processos institucionais de canonização, inclusão e exclusão do saber”. Tal formulação evidencia que o currículo dos exames não refletia uma tradição intelectual imutável, mas resultava de escolhas políticas e culturais promovidas pelo Estado, que determinavam quais correntes de pensamento seriam legitimadas e quais seriam marginalizadas. Contudo, o sistema de exames imperiais funcionava como instrumento ativo de padronização intelectual, moldando não apenas a forma escrita dos candidatos, mas

²² Do original: “the Sung origin of Tao-hsueh orthodoxy was culturally crafted in Sung, Yuan, and Ming times through a series of canon-making acts of institutional inclusion and exclusion” (Elman, 2000, p. 5).

também os conteúdos, valores e referenciais considerados aceitáveis para o exercício da autoridade política na China imperial.

A rigidez formal da escrita clássica manifestou-se historicamente nos gêneros textuais exigidos nos exames imperiais, entre os quais se destacou o baguwen (八股文)²³, conhecido como “ensaio de oito partes”. A adoção desse gênero não foi um dado natural ou atemporal, mas resultou de um processo histórico de formalização da cultura letrada, especialmente a partir da dinastia Ming (1368–1644), quando o Estado imperial passou a privilegiar formas específicas de escrita como critério de avaliação e seleção administrativa. Assim, o baguwen consolidou-se como um modelo de composição rigidamente estruturado, organizado em seções fixas e fortemente ancorado no cânone confuciano, refletindo as expectativas políticas e morais associadas à formação dos funcionários imperiais (Elman, 2000).

Mais do que avaliar conhecimentos específicos, a exigência desse tipo de escrita contribuiu para a consolidação de um modo historicamente situado de produção do saber letrado, no qual a forma do texto assumia papel central na legitimação do conhecimento. Ao longo do tempo, a centralidade de gêneros altamente formalizados como o baguwen reforçou a conformação de uma ortodoxia intelectual sancionada pelo Estado, limitando as possibilidades de interpretação e expressão e favorecendo a reprodução de valores considerados legítimos pela ordem imperial. Elman (2000). Assim, a escrita exigida nos exames não apenas selecionava candidatos, mas participava ativamente da construção histórica de uma elite administrativa relativamente homogênea em termos de formação intelectual e referências culturais.

A valorização dessa escrita formalizada articulava-se a uma hierarquização simbólica mais ampla entre escrita e oralidade na China imperial. No interior da tradição letrada, a escrita clássica foi progressivamente associada ao saber legítimo, à autoridade moral e ao exercício do poder político, enquanto a fala cotidiana permanecia vinculada a usos locais e populares da linguagem, com menor prestígio social Harbsmeier (1993). Essa distinção não apenas organizava os usos da

²³ Baguwen (八股文)). ou “ensaio de oito partes”, foi um gênero textual normativo utilizado nos exames imperiais chineses, caracterizado por uma estrutura rigidamente fixa em oito seções, forte paralelismo formal e argumentação baseada exclusivamente no cânone confuciano. Sua função principal era avaliar o domínio da escrita clássica e a conformidade intelectual e moral do candidato, mais do que a originalidade argumentativa (Elman, 2000).

linguagem, mas expressava e reforçava desigualdades históricas no acesso ao conhecimento e às posições de poder.

A centralidade da escrita literária clássica extrapolava, contudo, o âmbito específico dos exames e inscrevia-se em um horizonte cultural mais amplo. Como observa Norman (1988, p. 110, tradução do autor)²⁴: “A tradição literária clássica permanece como uma necessidade praticamente indispensável para qualquer pessoa educada na sociedade chinesa”. Tal formulação mostra que o domínio da escrita clássica constituiu, ao longo da história chinesa, um marcador fundamental de pertencimento ao universo letrado, reforçando o caráter histórico e socialmente restritivo do acesso à cultura escrita e às posições administrativas na China imperial.

O prestígio social dos letrados estava diretamente ligado à capacidade de dominar uma forma de escrita altamente especializada, cujo aprendizado exigia longos anos de estudo, recursos materiais e apoio familiar. Embora o sistema de exames imperiais fosse apresentado como um mecanismo de ascensão baseado no mérito individual, sua própria organização limitava o acesso à formação necessária para a maior parte da população. Como indicam os estudos sobre o kējǔ, o ideal meritocrático convivia, na prática, com profundas desigualdades de origem social, uma vez que apenas determinados grupos familiares conseguiam sustentar a preparação prolongada exigida pelo sistema (Ho Ping-ti, 1962; Elman, 2000). Seguindo esse processo, o domínio da escrita erudita consolidava-se historicamente como um marcador de distinção social e como elemento central da reprodução da elite administrativa.

Esse caráter seletivo da cultura letrada não se limitava a produzir distinções sociais no interior da elite imperial. Ele também ajudava a sustentar uma base comum de cultura escrita em um império marcado por profunda diversidade oral. Ao concentrar o acesso legítimo aos textos clássicos e aos cargos da burocracia, os letrados reforçavam a centralidade do wényánwén como língua da administração, da erudição e da autoridade política. Em termos históricos, isso significava que a coesão do império dependia menos da uniformidade da fala do que da partilha de uma tradição textual comum. É nesse sentido que Ramsey (1987) chama atenção para o caráter suprarregional dessa comunidade linguística chinesa, fundada não na homogeneidade das variedades orais, mas na permanência de uma escrita

²⁴ Do original: “Classical literary tradition remains a virtual necessity for any educated person in Chinese society” (Norman, 1988, p. 110).

compartilhada. Não por acaso, como observa Norman (1988, p. 110), “a tradição literária clássica permanece como uma necessidade praticamente indispensável para qualquer pessoa educada na sociedade chinesa”. Em um território cujas formas de fala podiam ser mutuamente incompreensíveis, era essa tradição escrita que fornecia à administração imperial uma base relativamente estável de continuidade cultural, comunicação burocrática e exercício da autoridade.

A função da escrita como marcador de distinção social manifestava-se também no campo educacional. As formas tradicionais de ensino, frequentemente organizadas em torno de clãs locais ou iniciativas privadas, concentravam-se na memorização dos clássicos confucianos e na preparação para os exames imperiais (Ho Ping-ti, 1962; Elman, 2000). O letramento, portanto, não se restringia à aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, mas implicava a inserção em uma tradição erudita específica e a assimilação de valores morais e políticos que sustentavam a ordem confucionista e a autoridade estatal.

Ao longo da história imperial chinesa, a proximidade entre saber letrado e administração fez com que escrita, Estado e autoridade política se reforçassem mutuamente. No interior dessa tradição, o wén (文) não remetia apenas à escrita em sentido estrito, mas ao universo da erudição e da cultura letrada, que passou a ser associado à formação moral, ao prestígio intelectual e à aptidão para o governo. Em contraste, a fala cotidiana permaneceu mais ligada às realidades locais e a usos menos prestigiados da linguagem. Nesse quadro, o domínio dos textos canônicos não representava apenas conhecimento erudito, mas também um sinal de legitimidade para ocupar posições de autoridade. Foi essa ligação histórica entre escrita, erudição e poder que, mais tarde, ajudou a tornar a reforma da escrita e a construção de uma língua padrão questões centrais nos projetos chineses de modernização e reconstrução nacional (Harbsmeier, 1993; Ramsey, 1987).

O prestígio associado ao sucesso nos exames imperiais extrapolava o âmbito individual e assumia uma dimensão pública e simbólica. A aprovação no kējǔ não apenas legitimava o candidato como membro da elite administrativa, mas projetava honra e distinção sobre sua família e sua comunidade de origem. Evidências materiais dessa valorização podem ser observadas, por exemplo, nas placas comemorativas afixadas nas residências de candidatos aprovados, frequentemente oferecidas por conterrâneos como forma de celebrar a glória social que o êxito nos exames conferia à localidade. Tais práticas reforçam o caráter performativo do sistema examinatório,

no qual o letramento e o domínio da escrita clássica funcionavam como marcadores visíveis de status e autoridade. Conforme a figura 6 do Museu das Tábuas de Exame Imperial em Beijing.

Figura 6 – Placa comemorativa afixada em residências de candidatos aprovados nos exames imperiais (kējǔ)



Fonte: Museum of Imperial Examination Tablets (2016).²⁵

Esse reconhecimento público, contudo, convivia com limites sociais bastante concretos. Justamente porque o sucesso nos exames produzia honra, distinção e visibilidade, tornava-se ainda mais evidente o peso das barreiras que separavam a maior parte da população desse caminho de ascensão. Como observa Ho Ping-ti (1962, p. 6, tradução do autor)²⁶, em sua análise da sociedade chinesa imperial, “a maioria dos homens, inclusive muitos que eram naturalmente dotados, carecia da oportunidade de educação”. A força dessa observação está em mostrar que o ideal meritocrático do kējǔ não operava em um terreno social neutro. Em termos práticos, competir nos exames exigia tempo de estudo, recursos materiais e inserção em

²⁵ NEVILLE-HADLEY, Peter. **Museum of Imperial Examination Tablets**. 2016. Disponível em: <https://medium.com/a-better-guide-to-beijing/museum-of-imperial-examination-tablets-北京勵志堂科舉匾額博物館-9e759043d5d4>. Acesso em: 3 abr. 2026.

²⁶ Do original: “most men, including many who were naturally gifted, lacked the opportunity for education” (Ho Ping-ti, 1962, p. 6).

famílias capazes de sustentar uma formação longa e exigente. Assim, o mérito era publicamente exaltado, mas funcionava dentro de uma estrutura que favorecia grupos já mais próximos da cultura letrada e do aparelho estatal.

Dessa forma, o sistema de exames imperiais contribuiu para formar uma elite administrativa cuja autoridade se apoiava, antes de tudo, no domínio da escrita clássica. Em um império atravessado por ampla diversidade linguística regional, o wényánwén ocupava um lugar singular, pois funcionava como a forma escrita própria da administração imperial, da alta cultura e da formação letrada. Como sugerem Ramsey (1987) e Norman (1988), era justamente essa tradição escrita comum que dava coesão à burocracia imperial e à produção intelectual, mesmo quando as formas de fala variavam profundamente de uma região para outra. Por isso, historicamente vinculada à tradição confucionista e à formação dos letrados, a escrita clássica permaneceu como base do sistema educacional e administrativo chinês até o início do século XX.

Essa centralidade da escrita clássica, contudo, não apagava a diversidade das formas de fala existentes no território chinês. Ao mesmo tempo em que servia à unificação administrativa e marcava a distinção social dos letrados, o wényánwén coexistia com práticas orais profundamente enraizadas nas realidades locais. É por isso que, quando os reformadores passaram a defender a adoção de uma escrita vernacular, o báihuà²⁷, o primeiro alvo da mudança foi a própria cultura escrita e o lugar social da escrita clássica. A questão de uma língua oral comum para todo o país, embora relacionada a esse movimento, seguiria um percurso próprio, que será retomado no capítulo seguinte.

²⁷ De acordo com Gil (2019), 白话 (báihuà) refere-se à forma escrita baseada nas variedades faladas do chinês, em contraste com a escrita clássica (wényánwén). Embora existisse em registros literários desde períodos anteriores, o báihuà ganha centralidade a partir do início do século XX, especialmente no contexto do Movimento da Nova Cultura, quando passa a ser defendido como meio de ampliar o acesso à leitura, à educação e à participação política, ao aproximar a escrita da linguagem cotidiana. GIL, Jeffrey. The linguistic legacy of the May 4 Movement. **Language on the Move**, 29 maio 2019. Disponível em: <https://languageonthemove.com/the-linguistic-legacy-of-the-may-4-movement/>. Acessado em: 16 maio 2026.

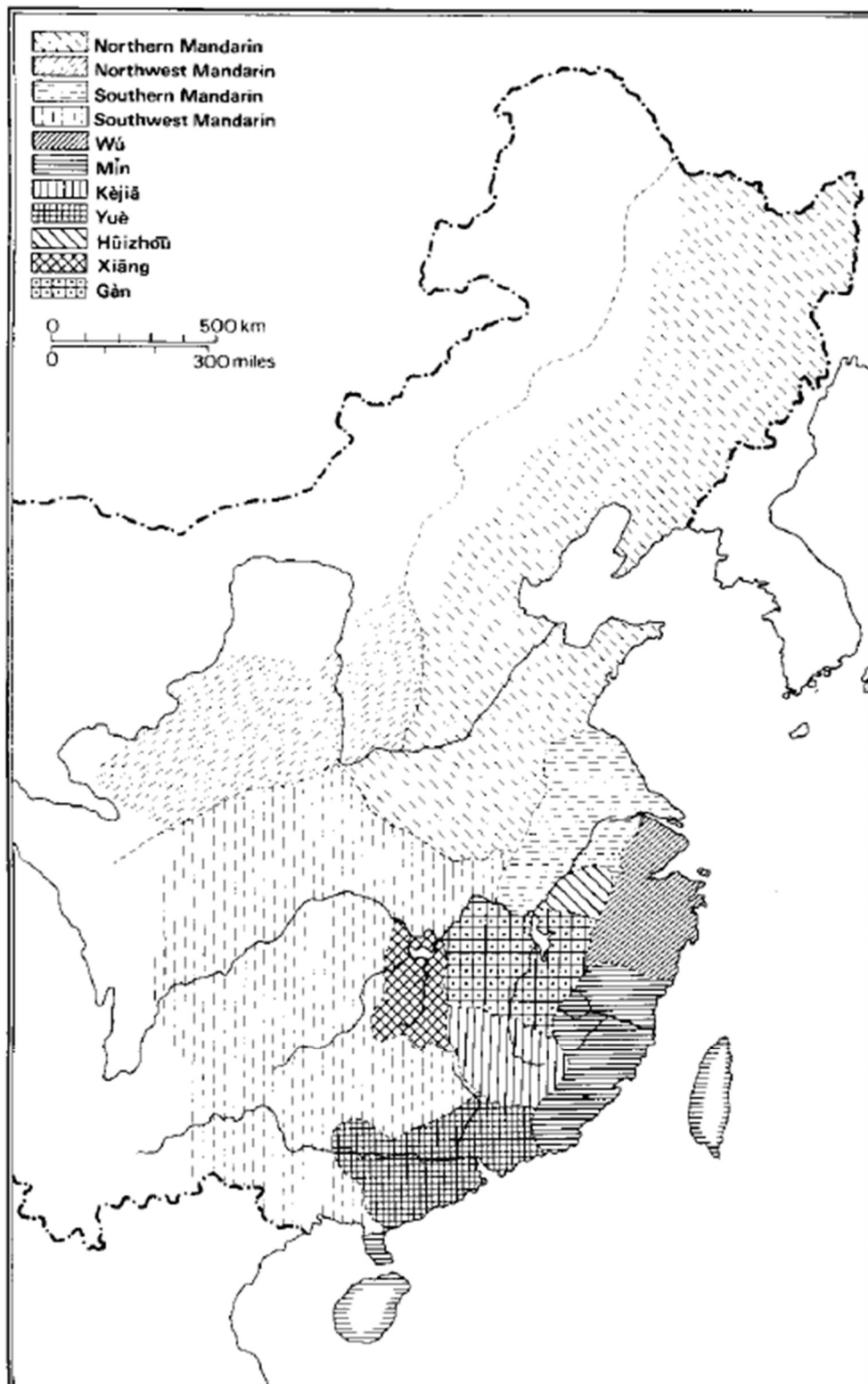
2.3 GUANHUA, CENTRALIZAÇÃO IMPERIAL E O RÓTULO EUROPEU “MANDARIM”

Enquanto a escrita chinesa cumpria o papel de elemento unificador nos planos simbólico e administrativo, a diversidade das variedades faladas persistia como um desafio concreto à comunicação oral entre as diferentes regiões do império. Como observa S. Robert Ramsey, “embora, enquanto formas de fala, os chamados dialetos ou línguas chinesas são de fato tão diferentes quanto as línguas românicas” (Ramsey, 1987, p. 17, tradução do autor)²⁸, aquilo que convencionalmente se denomina “chinês” abrangia sistemas regionais de difícil compreensão mútua. John DeFrancis (1984) e Jerry Norman (1988) igualmente ressaltam a amplitude dessas diferenças. Para o Estado imperial, entretanto, a questão não era apenas linguística, mas administrativa: a fragmentação oral colocava obstáculos práticos à circulação de funcionários, à transmissão de ordens e à própria coesão burocrática do império. Com base nisso, tornava-se necessário desenvolver formas de comunicação oral que possibilitassem a articulação do aparelho estatal em um território vasto e linguisticamente heterogêneo.

Essa heterogeneidade não se distribuía de forma uniforme pelo território, mas assumia configurações regionais específicas ao longo da China imperial. Como observa Norman (1988), fatores históricos como migrações, deslocamentos de elites e períodos de consolidação política contribuíram para reforçar determinados centros de influência linguística, especialmente nas regiões setentrionais. A distribuição desses grandes grupos linguísticos pode ser visualizada na Figura 7.

²⁸ Do original: “though as forms of speech the Chinese dialects/languages may indeed be as different as the Romance languages” (Ramsey, 1987, p. 17).

Figura 7 – Principais grupos linguísticos do chinês



Fonte: Norman (1988, p. 184).

É a partir dessa configuração desigual da diversidade oral e das exigências crescentes de administração imperial que a consolidação de uma forma de comunicação suprarregional deve ser compreendida não como resultado espontâneo

de convergência linguística, mas como resposta historicamente vinculada ao funcionamento do aparelho estatal. Tal consolidação torna-se particularmente visível no período imperial tardio, sobretudo nas dinastias Ming (1368–1644) e Qing (1644–1911), quando a centralização administrativa alcançou maior grau de sistematização e a capital estabelecida em Pequim passou a exercer influência duradoura sobre as práticas administrativas e linguísticas (Ramsey, 1987; Norman, 1988). A circulação de funcionários entre províncias, a transmissão de ordens do centro às periferias e a formação contínua de quadros burocráticos impunham limites práticos às diferenças regionais cuja compreensão mútua não era imediata. A questão, portanto, não se restringia ao plano linguístico, mas dizia respeito à própria governabilidade do império. Segundo Ramsey (1987), o *guānhuà* serviu, durante séculos, como uma espécie de língua franca administrativa, sendo empregado em comunicações oficiais e em escolas que preparavam os candidatos para o serviço público. Embora não tenha sido imposto à população em geral, passou a ocupar um espaço intermediário entre a oralidade regional e a escrita clássica, conectando o poder central aos representantes locais.

É nesse contexto que se deve situar o *guānhuà* (官话). Como observa John DeFrancis, “durante o período imperial, o governo promoveu uma forma de fala chamada Guanhua (‘fala dos oficiais’) [...] a língua da oficialidade, dos mandarins” (DeFrancis, 1984, p. 224, tradução do autor)²⁹. A formulação é importante porque deixa claro que o *guānhuà* não correspondia a uma língua nacional padronizada, nem a um projeto de uniformização cultural em sentido amplo. Tratava-se, antes, de uma prática comunicativa estimulada pelo próprio Estado para tornar possível a articulação administrativa em um império marcado por grande diversidade oral.

DeFrancis acrescenta que essa forma de fala era “baseada em grande medida na fala de pessoas instruídas na capital, Pequim” (DeFrancis, 1984, p. 224, tradução do autor)³⁰, o que evidencia o prestígio linguístico e político da capital no interior do império. Não se tratava, portanto, da fala indistinta da população, mas de uma variedade associada aos grupos letrados e ao centro do poder. O próprio autor

²⁹ Do original: “during the period of the empire the government promoted a form of speech called Guanhua (‘officials’ speech’) ... the language of officialdom, of the mandarins (whence its English rendering ‘Mandarin’)” (DeFrancis, 1984, p. 224).

³⁰ Do original: “based largely on that of educated people in the capital city of Peking” (DeFrancis, 1984, p. 224).

observa ainda que ela se desenvolveu “principalmente como um meio comum de comunicação entre oficiais com diferentes origens dialetais” (De Francis, 1984, p. 224, tradução do autor)³¹. Historicamente, isso mostra que o guānhuà cumpria uma função essencialmente administrativa: servia à comunicação entre agentes do Estado e à coordenação do aparelho imperial, sem representar, por isso, um projeto de homogeneização linguística da sociedade.

Apesar de sua importância para o funcionamento do aparelho administrativo, o guānhuà não pode ser tomado como uma língua de circulação ampla na sociedade imperial. Seu uso estava ligado, sobretudo, aos meios da burocracia letrada e aos espaços de formação voltados ao serviço público, e não ao cotidiano da população em geral. Por isso, a definição proposta por DeFrancis, ao descrevê-lo como “a língua da oficialidade” (DeFrancis, 1984, p. 224, tradução do autor)³², é particularmente esclarecedora. Ela indica que o guānhuà pertencia a um universo social bem delimitado, associado aos agentes do Estado e àqueles que pretendiam ingressar em seus quadros. Em termos históricos, isso mostra que sua relevância era sobretudo administrativa: tratava-se de uma forma de comunicação necessária ao exercício do governo, mas não de uma língua de uso comum no conjunto da sociedade imperial.

Nesse sentido, o guānhuà funciona menos como marcador de identidade coletiva e mais como competência administrativa. Aprendia-se essa forma de fala como parte do repertório necessário ao exercício da função pública, e não como substituição das variedades regionais adquiridas na infância. As línguas locais, os chamados fangyan (dialetos ou línguas locais) continuavam estruturando a sociabilidade cotidiana, os vínculos comunitários e as identidades regionais, cuja vitalidade é amplamente reconhecida por Norman (1988). A existência de uma fala administrativa supra regional não implicava, portanto, a erosão das práticas linguísticas locais, mas sua coexistência em planos distintos de uso.

Além disso, diferentemente das políticas linguísticas modernas, o guānhuà não foi objeto de codificação normativa sistemática nem de campanhas de padronização voltadas à população como um todo. Sua relativa estabilização estava associada ao prestígio da capital e à circulação dos quadros burocráticos, e não a um projeto explícito de homogeneização cultural. Essa distinção é fundamental para

³¹ Do original: “chiefly as a common means of communication among officials with different dialect backgrounds” (DeFrancis, 1984, p. 224).

³² Do original: “the language of officialdom” (DeFrancis, 1984, p. 224).

compreender o fenômeno em sua historicidade própria: tratava-se de um instrumento de integração administrativa cujo alcance social e político era distinto daquele que a noção moderna de língua nacional viria a assumir nos séculos posteriores.

A Figura 8 apresenta cena dos exames imperiais chineses (kējǔ), evidenciando o ambiente de formação da elite letrada e a presença de mandarins, oficiais do estado, responsáveis pela supervisão e aplicação do exame, no qual a escrita clássica e o guānhuà desempenhavam papel central na administração imperial

Figura 8 – Cena dos exames imperiais chineses (kējǔ)



Fonte: Lê (2018)³³

A emergência do termo “Mandarim” deve ser compreendida no contexto dos contatos estabelecidos entre europeus e o mundo asiático a partir do século XVI. Conforme demonstra Charles Ralph Boxer ao examinar a expansão portuguesa na Ásia, a conquista de Malaca em 1511 e o estabelecimento posterior de Macau inseriram os portugueses em redes diplomáticas e comerciais que exigiam interlocução direta com as autoridades do império chinês (Boxer, 1969) A interação

³³ LÊ, Thời Tân. *Độc Nho lâm Ngoại sử – Thúc nhận lại chế độ khoa cử cũ. Nghiên cứu lịch sử*, 24 jul. 2018. Disponível em: <https://nghiencuulichsu.com/2018/07/24/doc-nho-lam-ngoai-su-thuc-nhan-lai-che-do-khoa-cu-cu/>. Acessado em: 16 out. 2025.

com a burocracia da dinastia Ming envolvia não apenas trocas mercantis, mas também procedimentos formais de mediação, fiscalização e cobrança de tributos.

Nesse cenário, os agentes portugueses passaram a interagir com ministros e oficiais investidos de autoridade administrativa, responsáveis pela regulação de tributos, autorizações comerciais e mediação de disputas. É nesse ambiente institucional que o termo “mandarin” se consolida na documentação portuguesa como designação desses representantes do Estado chinês. A etimologia do vocábulo confirma essa origem funcional e externa à tradição chinesa. Conforme registra Nascentes (1966) em seu Dicionário Etimológico Resumido, “mandarin” deriva do malaio “menteri”, por sua vez relacionado ao sânscrito “mantrin”, significando conselheiro ou ministro (Nascentes, 1966). A palavra ingressa no português como designação de cargo e autoridade e apenas posteriormente passa a ser empregada, por extensão semântica, para designar a forma de comunicação associada à oficialidade imperial, movimento que favoreceu a consolidação da categoria linguística “Mandarin” no discurso europeu.

A materialidade desse uso pode ser observada em documento português do período Ming, transcrito por Charles Ralph Boxer em seu estudo sobre Macau e o comércio luso-asiático. O trecho registra que “os mesmos ingleses hão de pagar por sua conta a medição; porém, não convém em nenhum caso que se faça em nome deles petição ou mandarin para a dita medição; que se faça a dita petição em nome de V. M., ou da cidade, ou da pessoa que a V. M. lhe parecer, e o modo que se há de ter na dita medição e quem há de acompanhar o mandarin que a for fazer [...]” (Boxer, 1959, p. 266)³⁴.

O excerto integra documentação administrativa do período e evidencia que o “mandarin” é a autoridade incumbida de supervisionar procedimento formal de medição relacionado à regulação tributária. O termo aparece como designação funcional no interior da engrenagem administrativa, não como referência a uma variedade linguística.

Se, no período imperial, o guãnhuà permanecia vinculado à engrenagem administrativa do Estado e não configurava um instrumento de integração nacional

³⁴ Do original: “Os mesmos Ingleses hão de pagar por sua conta a medição, porém não convém em nenhum caso se faça em nome deles petição ou mandarin para a dita medição, que se faça a dita petição ou em nome de V. M., ou da Cidade ou da pessoa que a V. M. lhe parecer, e o modo que se hade ter na dita medição e quem hade acompanhar o mandarin que a for fazer [...]” (Boxer, 1959, p. 266).

ampla, isso se devia, em parte, ao fato de que, como observa DeFrancis (1984, p. 224, tradução do autor)³⁵, “à parte esse uso oficial, o mandarim tinha pouca aplicação no sistema educacional restrito do período imperial”. A Revolução de 1911 e a subsequente queda do regime dinástico alteraram profundamente esse quadro. O próprio autor registra que “a derrubada do sistema imperial e o estabelecimento de uma forma republicana de governo iniciaram um movimento para ampliar o alcance da língua padrão” (DeFrancis, 1984, p. 224, tradução do autor)³⁶. A ruptura, portanto, não foi apenas institucional. Com o colapso da ordem dinástica e a emergência de um projeto nacional republicano, a língua passou a integrar de forma cada vez mais explícita as estratégias de centralização política, modernização administrativa e construção de uma identidade nacional, tornando-se elemento constitutivo do novo Estado que se buscava edificar no início do século XX.

2.4 DA CRISE IMPERIAL ÀS REFORMAS LINGUÍSTICAS DA REPÚBLICA DA CHINA (1912–1949)

A crise institucional que se seguiu à queda do Império coincidiu com um momento de intensa reavaliação do lugar da China no mundo moderno. Dessa maneira, a língua e a escrita deixaram de ser vistas apenas como herança civilizacional e passaram a ser discutidas também como questões decisivas para a modernização do país e para sua inserção internacional. Como observa Jing Tsu ao recuperar uma formulação de Joseph Needham, a língua chinesa aparecia, aos olhos de muitos observadores, como uma barreira fundamental à compreensão externa da China: “a língua chinesa permanecia como a maior barreira para que os ocidentais compreendessem a mentalidade dos chineses. Ela é a primeira e a última Grande Muralha da China” .Tsu, (2000, p. XIII, tradução do autor)³⁷. Mais do que uma imagem de efeito, a comparação é reveladora do modo como a questão linguística passou a ocupar posição central nos debates sobre ciência, modernização e redefinição nacional no início do século XX.

³⁵ Do original: “apart from this official usage Mandarin had little application in the narrowly based educational system of imperial times” (DeFrancis, 1984, p. 224).

³⁶ Do original: “The overthrow of the imperial system and the establishment of a republican form of government... initiated a movement to expand the scope of the standard language” (DeFrancis, 1984, p. 224).

³⁷ Do original: “the Chinese language remained the greatest barrier for Westerners to understanding the minds of the Chinese. It is China’s first and last Great Wall” (Tsu, 2000, p. XIII).

A formulação é reveladora não apenas da dificuldade de acesso externo à tradição intelectual chinesa, mas também do modo como a própria língua passou a ser percebida, no início do século XX, como elemento central na redefinição da identidade nacional e da inserção internacional da China. A partir desse momento, a questão linguística deixa de estar circunscrita à esfera administrativa herdada do período imperial e passa a integrar os debates sobre ciência, modernização e construção do Estado nacional. Esse deslocamento possuía antecedentes ainda no final do período Qing (1644 – 1912), quando a tradução e a publicação, em chinês, de obras científicas ocidentais passaram a tensionar os limites da tradição letrada clássica e a ampliar os usos modernos da escrita.

Figura 9 – Exemplar de 《全體新論》 [Novo tratado sobre o corpo humano], publicado em 1844



Fonte: Museu de História de Xangai. (2025) ³⁸

A reconfiguração da questão linguística no início da República rapidamente assumiu forma institucional. Em dezembro de 1912, apenas um ano após o fim da dinastia Qing, o recém-criado Ministério da Educação estabeleceu a *Commission on the Unification of Pronunciation* com o objetivo de definir os parâmetros da pronúncia

³⁸ apresentado no acervo do Museu de História de Xangai, em Xangai, como obra introdutória dos conhecimentos ocidentais de fisiologia e anatomia na China moderna em fevereiro de 2025.

nacional. Como relata Jing Tsu, (2022, p. 37, tradução do autor)³⁹: “Em dezembro de 1912, apenas um ano após o fim da dinastia imperial, o Ministério da Educação criou a Comissão para a Unificação da Pronúncia com o objetivo de resolver a questão do tom nacional. Oitenta especialistas foram convocados de todas as províncias”.

A criação dessa comissão revela que a definição de uma língua nacional não era questão meramente técnica, mas política. Representantes de diferentes províncias defenderam as variantes regionais de suas áreas de origem, evidenciando que a construção de um padrão nacional implicava negociação entre identidades regionais, disputas de representação e um projeto estatal de unificação.

O debate, entretanto, não se restringia às diferenças regionais entre variantes de pronúncia. A própria concepção de nação encontrava-se em disputa. Conforme observa DeFrancis (1984), a ideia de uma China habitada por um único povo homogêneo foi contestada por setores que defendiam a caracterização do país como um Estado multinacional, composto por diferentes grupos étnicos ou nacionalidades (mínzú). Nessa perspectiva, cada um desses grupos deveria ter assegurado o direito à educação em sua própria língua. Surgiu, assim, a noção de minzuyu, entendida como “língua de nacionalidade”, em contraste com o Guoyu (língua nacional), concebido como instrumento de unificação linguística em escala estatal.

A política associada ao Guoyu buscava consolidar um padrão linguístico único em todo o território, frequentemente em detrimento das línguas faladas por tibetanos, mongóis e outras populações, bem como das variedades regionais que não se enquadravam no modelo oficial. A unificação linguística era concebida, por muitos nacionalistas, como condição necessária para a unidade política e para o progresso do Estado, refletindo a convicção de que a diversidade linguística constituía obstáculo à consolidação nacional.

Os trabalhos iniciados com a criação da Comissão em dezembro de 1912 estenderam-se ao longo de 1913, culminando na adoção formal de um padrão de pronúncia nacional. Conforme observa DeFrancis (1984, p 224, tradução do autor)⁴⁰, “Em 1913, uma Conferência para a Unificação da Pronúncia adotou o mandarim como

³⁹ Do original: “In December 1912, just a year after the end of the imperial dynasty, the Ministry of Education created the Commission on the Unification of Pronunciation to settle the issue of the national tone. Eighty specialists were summoned from all the provinces” (Tsu, 2022, p. 37).

⁴⁰ Do original: “In 1913 a Conference on Unification of Pronunciation adopted Mandarin as a standard that was not merely to be used as a means of official communication but also to be taught in all schools from the primary grades up” (DeFrancis, 1984, p. 224).

padrão que não deveria ser usado apenas como meio de comunicação oficial, mas também ensinado em todas as escolas desde os primeiros anos” – tradução do autor. A decisão transformava o debate técnico em política educacional de alcance nacional, integrada a um projeto estatal centralizador.

A base fonética adotada correspondia majoritariamente às variedades setentrionais historicamente associadas ao guānhuà e à fala da capital. Contudo, a República não apenas oficializou a prática imperial. Ao incorporá-la ao sistema escolar e vinculá-la a um projeto explícito de unificação nacional, redefiniu sua função histórica. O que antes operava como instrumento administrativo restrito converteu-se em fundamento de integração nacional.

Esse padrão passou a receber o nome de Guoyu (国语). Como registra DeFrancis (1984, p.224, tradução do autor)⁴¹: “Essa forma padrão de fala, recebeu o novo nome Guoyu). A partir desse momento, a China reconhecia formalmente uma língua nacional oficial, integrada ao projeto republicano de reorganização estatal.

No plano internacional, entretanto, o rótulo europeu “Mandarim”, originalmente empregado para designar a fala associada aos oficiais imperiais desde o período Ming (século XVI), passou a ser utilizado também para referir-se à nova língua nacional da República da China. Em outras palavras, o que no período imperial designava uma prática oral funcional da burocracia passou, no contexto republicano, a ser reinterpretado como fundamento linguístico do novo Estado nacional.

Se a definição do Guoyu respondia à necessidade de unificação da fala no interior do novo Estado republicano, a reforma da escrita colocava-se como desafio complementar. A institucionalização de uma língua nacional exigia não apenas a padronização da pronúncia, mas também a revisão do modelo gráfico herdado da tradição letrada imperial.

No final da década de 1910, a China encontrava-se profundamente envolvida nas tensões do pós-Primeira Guerra Mundial. As decisões do Tratado de Versalhes, ao manterem sob controle japonês as antigas concessões alemãs na província de Shandong, provocaram forte reação nacionalista e contribuíram para ampliar o descrédito da ordem política vigente (Simões, 2010). Em 4 de maio de 1919, estudantes reunidos em Pequim deram início a protestos que rapidamente

⁴¹ Do original: “This standard form of speech [...] was given the new name Guoyu” (DeFrancis, 1984, p. 224).

ultrapassaram o plano imediato da indignação diplomática e adquiriram dimensão intelectual e cultural mais ampla. Em sentido mais abrangente, esse processo articulou-se ao Movimento da Nova Cultura, que já vinha defendendo a crítica ao legado confuciano, a renovação da vida intelectual e a adoção de formas mais acessíveis de escrita (Simões, 2010). Como observa DeFrancis (1984, p. 243, tradução do autor)⁴²:

Uma contribuição mais importante foi a da Renascença Literária, ou Revolução Literária, que começou em 1917, com antecedentes no final da dinastia Qing, e ganhou impulso a partir de 1919, quando se fundiu ao Movimento de Quatro de Maio, uma poderosa onda de sentimento nacional chinês desencadeada por novas humilhações infligidas por potências estrangeiras e que evoluiu para uma nova busca de salvação nacional. A Renascença Literária recebeu esse nome para evocar a renascença que marcou a transição da Europa medieval para a moderna. Sua premissa central era a ideia de que o estilo clássico arcaico de escrita deveria ser substituído por um estilo vernacular chamado “baihua” (‘linguagem simples’ ou ‘linguagem vernacular’), como preliminar necessária para qualquer possível reforma da própria escrita. Na China, porém, o estilo clássico foi substituído por uma única forma vernacular baseada em grande medida no dialeto de Pequim, ao passo que, na Europa, o latim foi substituído por várias formas vernaculares escritas, como o italiano, o espanhol e o francês.

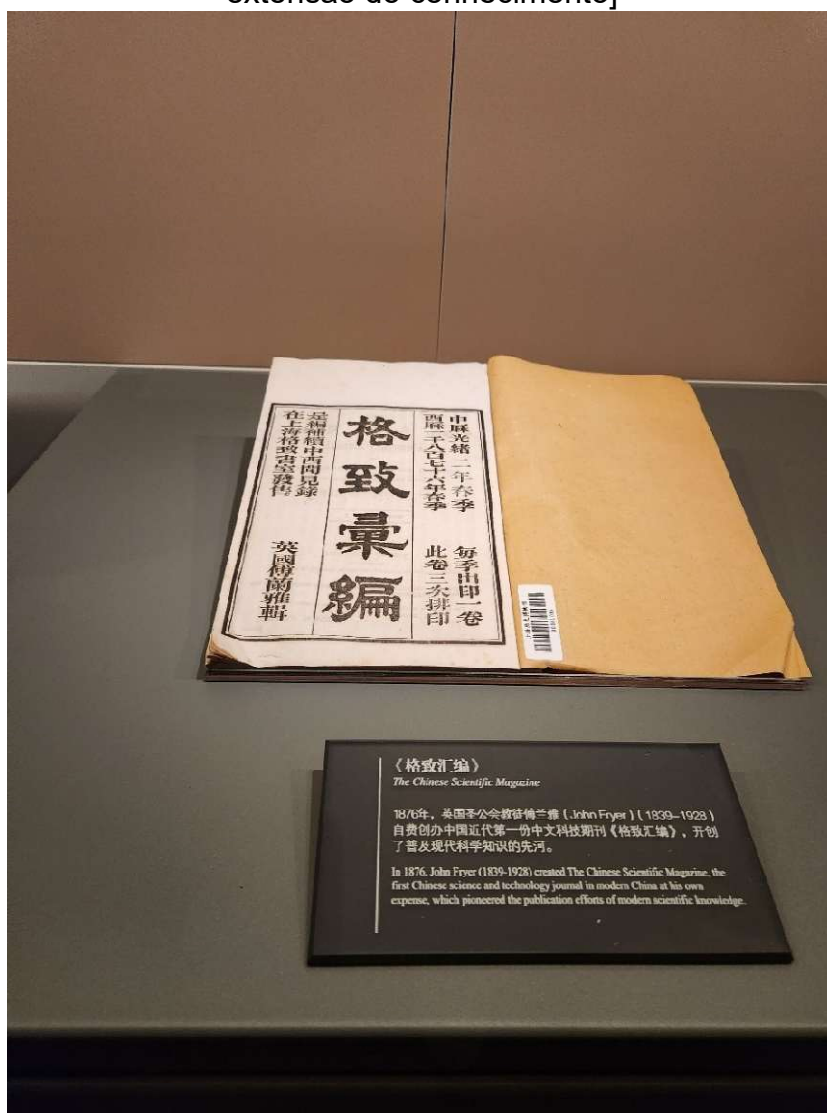
Nesse quadro, a crítica à herança imperial incidia diretamente sobre o wényánwén, visto não apenas como forma literária tradicional, mas como suporte de uma ordem letrada excludente, historicamente associada à distância entre cultura escrita, participação política e vida social. As inflexões de 1919, portanto, não surgiram do nada, mas aprofundaram debates intelectuais e impressos que já vinham se formando nos anos finais da dinastia Qing e no início da República.

Na figura 10 é apresentado um Exemplar do livro original da obra *Compilação de investigação das coisas e extensão do conhecimento*, periódico científico escrito em chinês fundado por John Fryer em 1876, apresentado no acervo do Museu de

⁴² Do original: “A more important contribution was that of the Literary Renaissance or Literary Revolution that began in 1917, with antecedents in late Ching, and gained impetus from 1919 on when it merged with the May Fourth movement, a massive upsurge of Chinese national feeling sparked by further humiliations at the hands of foreign powers that evolved into a new search for national salvation. The Literary Renaissance was so named to evoke the renaissance that marked the transition from medieval to modern Europe. It had as its chief premise the idea that the archaic classical style of writing should be replaced by a vernacular style called Baihua (“plain language” or “vernacular language”) as a necessary preliminary to any possible reform of the script itself. In China, however, the classical style was replaced by a single vernacular based largely on the Peking dialect, whereas in Europe Latin was replaced by several written vernaculars such as Italian, Spanish, and French” (De Francis, 1948, p. 243).

História de Xangai, em Xangai, como marco pioneiro da difusão do conhecimento científico moderno na China.

Figura 10 – Exemplar de 《格致彙編》 [Compilação de investigação das coisas e extensão do conhecimento]



Fonte: Museu de História de Xangai. (2025) ⁴³

A centralidade da escrita nos debates do período não se limitava à esfera literária. A defesa do “baihua”, entendido como forma escrita baseada na língua vernácula e mais próxima da oralidade contemporânea, articulava-se a preocupações mais amplas com a alfabetização e com a formação de uma cidadania moderna. Ao deslocar o centro de gravidade da escrita da erudição clássica para formas mais acessíveis de expressão, o “baihua” era concebido por muitos reformadores como

⁴³ apresentado no acervo do Museu de História de Xangai em fevereiro de 2025.

condição para ampliar a circulação do conhecimento e enfraquecer as barreiras históricas que separavam cultura letrada e população. A imprensa periódica participou ativamente desse deslocamento, convertendo a escrita em instrumento de intervenção política imediata e de mobilização pública, como evidencia a cobertura do Movimento de 4 de maio publicada em Xangai em 1919.

Figura 11 – Reportagem publicada no jornal 《民国日报》 (Republican Daily News), em 6 de maio de 1919, sobre o Movimento de 4 de maio



Fonte: Museu da Residência de Sun Yat-sen (2025)⁴⁴.

A ampliação do acesso à leitura e à escrita passou a ser vista como condição indispensável para consolidar o Estado republicano e enfrentar as estruturas sociais herdadas do período imperial. Nesse contexto, a reforma da escrita deixou de ser

⁴⁴ Apresentado no acervo do Museu de História de Xangai sobre o Movimento de 4 de maio, exposta no museu da residência de Sun Yat-sen em Xangai, em fevereiro de 2025.

apenas uma questão intelectual e passou a integrar iniciativas mais amplas de planejamento linguístico, voltadas à padronização do vocabulário, à simplificação do ensino e à aproximação entre a língua escrita e a língua falada (Zhou, 2003). No plano concreto, esse movimento também se expressou na circulação de materiais didáticos destinados ao ensino elementar, como os manuais escolares ilustrados que começaram a ocupar lugar crescente nos novos circuitos de formação e difusão do conhecimento nas primeiras décadas do século XX.

Figura 12 – Exemplar de 《澄衷蒙学堂字课图说》, manual escolar ilustrado publicado em 1901, apresentado no acervo do Museu de História de Xangai, como obra didática de ampla circulação no início do século XX



Fonte: museu da residência de Sun Yat-sen (2025)⁴⁵.

A crítica ao wenyanwen, portanto, não representava apenas rejeição estética à tradição clássica, mas questionamento estrutural de um modelo de letramento que

⁴⁵ Apresentado no Museu da residência de Sun Yat-sen em fevereiro de 2025

havia sustentado o sistema de exames imperiais e delimitado o acesso ao poder. Ao aproximar a escrita da oralidade, o “baihua” redefinía a relação entre língua e participação política, inserindo-se no projeto republicano de construção nacional.

Embora as reformas linguísticas da República da China tenham redefinido a relação entre língua, escrita e Estado, seus resultados permaneceram condicionados por instabilidades políticas e por limitações estruturais do período. A unificação da fala, a promoção do “baihua” e os debates sobre simplificação e fonetização estabeleceram as bases de uma nova concepção de política linguística, mas não produziram ainda a massificação plena do ensino nem a consolidação definitiva de um padrão linguístico uniforme em todo o território. As transformações iniciadas nesse processo seriam retomadas e aprofundadas sob outro regime político, no qual a língua passaria a integrar projeto revolucionário de mobilização social em escala inédita.

3 A ERA MAO: LÍNGUA, REVOLUÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Neste capítulo, analisa-se a construção de uma língua comum na China como parte do projeto político do Estado socialista entre 1949 e 1976. A discussão parte da definição do Putonghua, da simplificação dos caracteres e da criação do hanyu pinyin como medidas vinculadas à modernização e à alfabetização, e acompanha também os modos pelos quais a linguagem se articulou às campanhas políticas do período. Nesse percurso, examinam-se a passagem da crítica à autocrítica durante a Campanha das Cem Flores, o uso mobilizador da linguagem no Grande Salto Adiante e a centralidade do discurso revolucionário na Revolução Cultural.

Mais do que uma medida administrativa, a política linguística maoísta aparece, assim, como parte do esforço de reorganização do Estado, da sociedade e da vida pública. Ao final do capítulo, essa reflexão se desdobra no campo do ensino de História, com a apresentação do produto educacional da pesquisa: um manual do professor, pensado para a educação básica, que busca transformar esse debate em possibilidade concreta de abordagem didática em sala de aula.

Figura 13 – Mao Zedong proclama a fundação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, na Praça Tiananmen, em Pequim



Fonte: Aventuras da História (2015). ⁴⁶

⁴⁶ PREVIDELLI, Fabio.. **O que foi a Grande Fome de Mao:** o Holodomor chinês. Aventuras na História, [S.l.], 1 out. 2021.Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/grande-fome-de-mao-o-holodomor-chines.phtml>. Acesso em: 3 abr. 2026.

Conforme Figura 13, esse ato público que formalizou a instauração do novo regime político após a vitória do Partido Comunista na guerra civil chinesa.

3.1 A TRANSFORMAÇÃO DA LÍNGUA COMUM EM POLÍTICA DE ESTADO (1949 – 1955)

A compreensão da política linguística na China moderna exige precisão terminológica. Como observa DeFrancis (1984), a expressão comumente traduzida como “reforma linguística” abrange, no contexto chinês, um campo semântico amplo, podendo referir-se tanto à reforma da escrita quanto à intervenção deliberada sobre a língua falada. Para evitar essa ambiguidade, o autor distingue entre reforma da escrita e reforma da fala⁴⁷ DeFrancis (1984), ressaltando que, historicamente, a promoção de uma forma padrão de fala esteve no centro das preocupações oficiais do Estado.

A distinção proposta por DeFrancis (1984) é importante também por impedir que a política linguística da República Popular seja lida como criação súbita de uma nova língua comum. A questão de uma fala suprarregional já estava historicamente colocada na China antes de 1949. No período imperial, o guānhuà funcionara sobretudo como meio de comunicação entre funcionários oriundos de diferentes regiões, baseado em larga medida na fala culta da capital, mas com alcance social restrito e sem exigência de domínio pela população em geral. DeFrancis (1984, p. 224); Simões (2010, p. 25-26). Com a queda do império e a reorganização republicana, essa herança foi deslocada para outro patamar. Então nos primeiros anos da segunda década do século XX, a República da China passou a expandir o uso dessa forma oral padronizada para o sistema escolar e a vinculá-la a um projeto de unificação nacional, atribuindo-lhe a designação de Guoyu. DeFrancis (1984)

Essa passagem do guānhuà ao Guoyu não representou mera mudança de nome. O que antes operava principalmente como recurso administrativo de comunicação entre agentes do Estado foi redefinido, no contexto republicano, como língua nacional do novo país. Como observa DeFrancis (1984), o termo Guoyu podia ser entendido tanto como “língua nacional” quanto como “língua de Estado”, o que revela sua vinculação direta ao projeto político de construção de uma ordem nacional unificada (DeFrancis, 1984, p. 224). Simões reforça esse ponto ao mostrar que o

⁴⁷ Do original: “writing reform and “speech reform” (DeFrancis, 1984, p. 219).

regime do Guomindang ambicionava impor o Guoyu como língua única nacional, assimilando a ele tanto os falares regionais chineses quanto as línguas das minorias étnicas, por considerar a unificação linguística condição da unidade nacional e do progresso. Simões (2010, p. 26); DeFrancis (1984, p. 225).

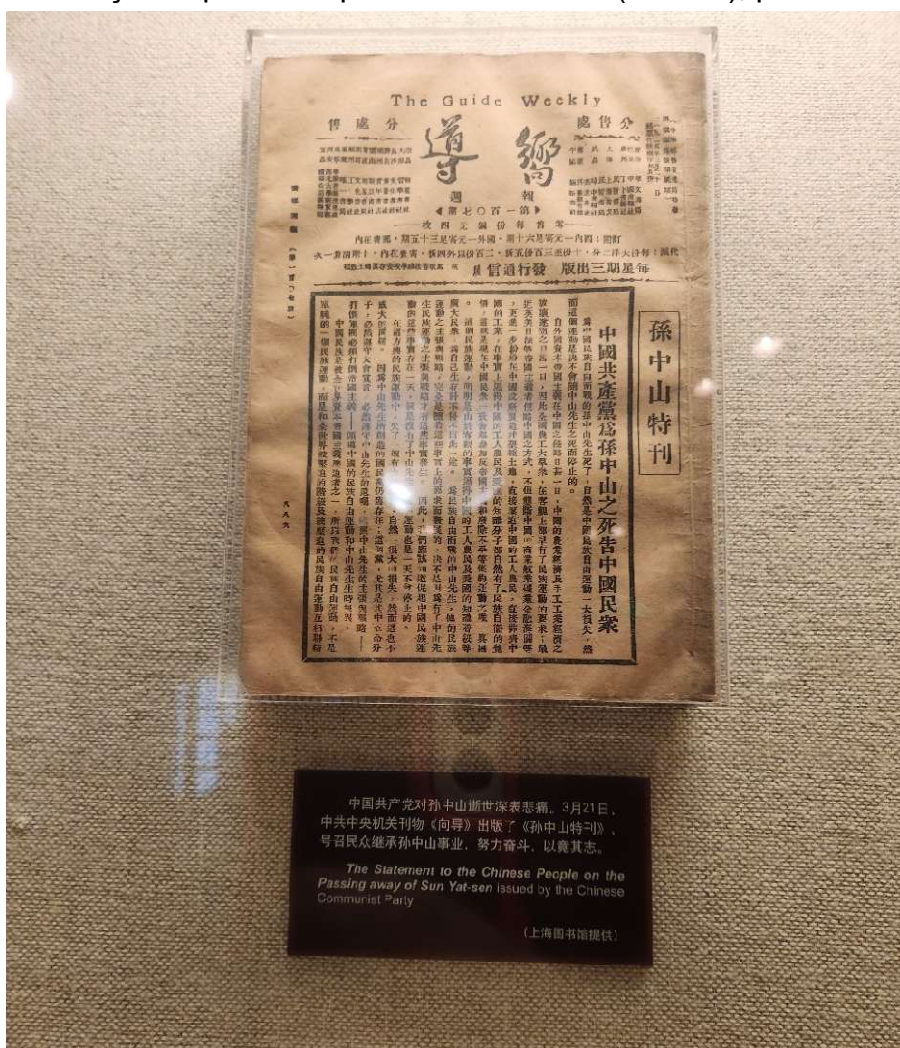
Foi precisamente essa herança que a República Popular da China recebeu em 1949. A nova administração não precisava criar do zero uma nova pauta sobre qual deveria ser a língua oficial da China, pois essa questão já se encontrava historicamente colocada. O que se colocava era a necessidade de reinscrevê-la em outro vocabulário político, em outro enquadramento institucional e em outra escala de intervenção estatal. Com a fundação da RPC e a consolidação de um poder central capaz de intervir de forma mais ampla sobre o território, a língua comum deixou de ser apenas continuidade da agenda republicana e passou a integrar um projeto socialista de reorganização nacional, alfabetização de massas e centralização administrativa.

Nessa nova moldura, o termo Guoyu passava a mostrar-se politicamente menos adequado por permanecer associado à linguagem política do regime anterior. A adoção oficial de Putonghua em 1955 pode ser compreendida, assim, menos como criação de uma língua inteiramente nova do que como a reformulação estatal de uma questão histórica preexistente, agora submetida à lógica política da nova ordem revolucionária. DeFrancis (1984, p. 224-225); Simões (2010, p. 26). Essa reelaboração da herança linguístico-institucional recebida do período republicano não se expressou apenas no plano institucional, mas também no plano simbólico e discursivo. Um indício disso pode ser observado na edição especial do periódico “O Guia”⁴⁸, publicada por ocasião da morte de Sun Yat-sen, na qual o Partido Comunista Chinês conclamava o povo a dar continuidade à sua obra. Mais do que simples registro de luto, o documento sugere um esforço de apropriação simbólica da figura de Sun, apresentada como referência legítima da continuidade revolucionária chinesa. Tal leitura se torna ainda mais plausível quando se considera o lugar amplamente reconhecido de Sun Yat-sen na história política chinesa, frequentemente associado à condição de fundador da China moderna Simões (2010)

⁴⁸ **Guia** (向导, **Xiàngdǎo**, lit. “guia” ou “condutor”) foi um semanário político fundado em Xangai, em 13 de setembro de 1922, considerado o primeiro órgão central de circulação pública do Partido Comunista Chinês. Voltado sobretudo à divulgação de linhas políticas, comentários de conjuntura e orientação ideológica, o periódico circulou até 1927 e constitui fonte importante para o estudo da propaganda e da formação discursiva do comunismo chinês em seus anos iniciais (Tsinghua University, 2026).

Na figura 14, a imagem apresenta a edição especial do periódico 《向导》 (O Guia), publicada em 1925 por ocasião da morte de Sun Yat-sen e exibida no Museu Memorial de Sun Yat-sen, em Xangai. Segundo a legenda museológica, o periódico ligado ao Partido Comunista Chinês conclamava o povo a dar continuidade à obra de Sun, evidenciando a apropriação simbólica de sua figura na construção da legitimidade revolucionária.

Figura 14 – Edição especial do periódico 《向导》 (O Guia), publicada em 1925



Museu da residência de Sun Yat-sen. (2025)⁴⁹

A redefinição das políticas linguísticas após 1949 deve ser compreendida no interior do processo mais amplo de reorganização estatal conduzido sob a liderança

⁴⁹ apresentado no Museu da residência de Sun Yat-sen em fevereiro de 2025

de Mao Zedong ⁵⁰(1893–1976). Nascido em Shaoshan, na província de Hunan, região marcada por forte identidade cultural e linguística própria, Mao cresceu falando uma língua variante do grupo Xiang, distinta das variedades do norte que serviriam de base para a futura norma padrão.

Sua trajetória política foi marcada pela participação nas lutas revolucionárias do início do século XX, pela consolidação do Partido Comunista Chinês como força dirigente durante a guerra contra o Japão e, posteriormente, pela vitória na guerra civil que resultou na fundação da República Popular da China. Conforme analisam Meisner (1999) e Fairbank e Goldman (2006), a instauração do Estado maoísta implicou não apenas mudança de governo, mas a construção de uma nova arquitetura institucional, caracterizada pela centralização partidária, pela reorganização administrativa e pela ampliação da capacidade de intervenção do Estado sobre o território e a sociedade.

Essa origem regional é particularmente significativa quando considerada à luz da diversidade linguística chinesa descrita por Ramsey (1987). A China do século XX estava longe de constituir um espaço de unidade oral: tratava-se, antes, de um território marcado por múltiplas formas de fala, nem sempre mutuamente compreensíveis. Nesse quadro, o peso demográfico e a ampla difusão territorial das formas de fala do norte, conforme apresentado na Figura 7, ajudam a compreender por que elas acabariam ocupando lugar central nas definições normativas posteriores. Mao, no entanto, provinha de uma região do centro-sul da China, situada fora da área de predominância das formas de fala que mais tarde serviriam de base à norma oral promovida pelo Estado. O dado é historicamente relevante porque mostra que a futura elevação de uma variedade específica à condição de referência nacional não derivava da origem regional das lideranças revolucionárias, mas se relacionava a problemas mais amplos de integração territorial, centralização administrativa e organização dos instrumentos de comunicação da nova República. É nesse horizonte que a questão da língua comum passa a adquirir, nos primeiros anos da República Popular, um sentido cada vez mais diretamente vinculado à construção do Estado.

⁵⁰ Neste material, adota-se preferencialmente a grafia Mao Zedong, conforme o sistema Hanyu Pinyin, utilizado como referência de romanização do chinês. Em algumas obras, traduções ou materiais didáticos em português, o mesmo nome pode aparecer grafado como Mao Tsé-tung ou Mao Tse-tung. Essas formas se referem ao mesmo dirigente chinês. A padronização por Mao Zedong foi adotada para manter a uniformidade do texto.

Figura 15 – Mao Zedong escrevendo durante o período revolucionário chinês



Fonte: *People's Daily Online* (2013)⁵¹.

Assim vemos que a consolidação da República Popular da China exigia mecanismos capazes de integrar regiões historicamente marcadas por diversidade cultural e desigualdades estruturais. Nesse contexto, a liderança de Mao combinava centralização política e mobilização ideológica, entendendo a transformação social como processo que articulava reorganização institucional e formação de nova cultura política. É nesse quadro de reconstrução nacional e fortalecimento do poder central que a questão da língua comum adquire novo enquadramento político, deixando de constituir apenas um debate intelectual herdado do período republicano para integrar uma estratégia estatal de integração administrativa e uniformização normativa.

Essa inflexão pode ser compreendida, ainda, à luz do lugar ocupado pela alfabetização nos projetos chineses de construção nacional ao longo do século XX. Como observa Ross (2005), a busca pela alfabetização articulou-se, na experiência

⁵¹ PEOPLE'S DAILY ONLINE. 毛泽东 资料图 [imagem]. 22 nov. 2013. Disponível em: <http://culture.people.com.cn/n/2013/1122/c87423-23621175-10.html>. Acesso em: 24 fev. 2026.

chinesa, aos objetivos de reforma, desenvolvimento e integração nacional, mas foi após a Revolução de 1949 que o enfrentamento do analfabetismo em massa passou a assumir feição mais claramente nacional, planejada e conduzida pelo Estado.

No interior desse processo, Ross (2005, p. 12, tradução do autor)⁵² chama a atenção para o fato de que “três grupos ligados à formulação de políticas, frequentemente em conflito entre si, participaram dessas decisões”. A observação é relevante porque mostra que, no contexto do Primeiro Plano Quinquenal, a ampliação do letramento e a organização da política linguística não obedeceram a uma única lógica administrativa, mas se constituíram a partir da interação entre projetos distintos de escolarização, alfabetização de adultos e reforma linguística, todos eles vinculados ao esforço mais amplo de construção estatal da nova China.

Desse ponto de vista, a promoção de uma língua comum não se restringia a uma escolha de ordem filológica ou meramente terminológica: ela integrava uma política mais ampla de provisão do letramento, expansão da instrução pública e fortalecimento da capacidade de comunicação administrativa em escala nacional. Em um território marcado por ampla diversidade linguística e por profundas desigualdades regionais, a definição de uma norma comum tornava-se, assim, parte constitutiva do esforço de reorganização estatal empreendido pelo novo governo.

A propaganda visual do período também evidencia que as campanhas de alfabetização não se limitavam ao ensino instrumental da leitura e da escrita, mas articulavam aprendizagem, mobilização política e novas formas de organização coletiva. Na Figura 16, observa-se um cartaz de campanha de combate ao analfabetismo, de 1954, cuja cena associa aprendizagem da escrita, cotidiano familiar e mobilização político-educativa, evidenciando a articulação entre alfabetização de massas e socialização ideológica nos primeiros anos da República Popular da China.

⁵² Do original: “Three policy groups, often in conflict with each other, were involved in these decisions” (Ross, 2005, p. 12).

Figura 16 – Cartaz de campanha de combate ao analfabetismo na China maoísta, 1954



Fonte: Chinese Posters (2007) ⁵³

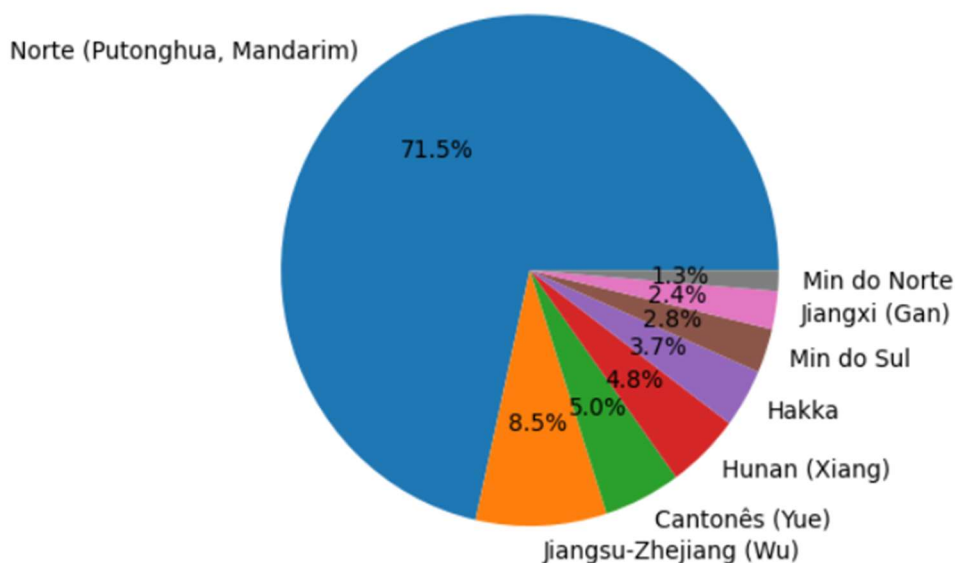
⁵³ CHINESE POSTERS. Chinese Posters Foundation. International Institute of Social History, [2026]. Disponível em: <https://chinese-posters.net>. Acesso em: 3 abr. 2026.

O processo de institucionalização da língua comum alcançou um momento decisivo em 1955, com a realização, em Pequim, da Conferência Técnica sobre a padronização do Chinês Moderno (*Technical Conference on the Standardization of Modern Chinese*), também conhecida como Conferência Nacional sobre a Reforma da Escrita. Conforme registra DeFrancis (1984, p. 58), foi nesse encontro que se estabeleceu oficialmente uma classificação das grandes divisões regionais da língua chinesa (fangyan)⁵⁴, reconhecendo-se a diversidade oral do território, mas enquadrando-a sob critérios administrativos definidos pelo novo Estado socialista. Dessa forma, ao proceder a essa classificação, o Estado não apenas reconhecia a diversidade linguística existente, mas a convertia em categorias administrativamente organizadas, submetendo variações históricas a uma lógica centralizada de regulação.

Entre essas divisões, a variedade identificada como “Northern” foi reconhecida como numericamente predominante. Segundo os dados sistematizados por DeFrancis (1984, p. 58), esse grupo correspondia a aproximadamente 71,5% dos falantes classificados na conferência, superando amplamente as demais divisões regionais. A distribuição proporcional das principais variedades pode ser visualizada na Figura X.

⁵⁴ Embora o termo chinês fangyan (方言) seja tradicionalmente traduzido como “dialeto”, muitos linguistas contemporâneos preferem o termo “variedades” ou “topoletos”. Isso ocorre porque, diferentemente da definição ocidental de dialeto, as divisões regionais chinesas (como o cantonês ou o wu) costumam ser mutuamente ininteligíveis entre si. O uso de fangyan no contexto da padronização de 1955 reflete uma classificação mais política e cultural do que estritamente linguística, subordinando a diversidade oral à unidade de um sistema de escrita comum e à norma oficial (Putonghua) (Ramsey, 1987).

Figura 17 – Distribuição percentual das principais divisões linguísticas reconhecidas na Conferência de 1955, com destaque para o grupo “Norte (Putonghua/Mandarin)”



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em De Francis (1984, p. 58).

A expressiva concentração demográfica no grupo setentrional fornecia fundamento técnico à escolha dessa variedade como base da norma oficial. Tal fundamentação demográfica operava como argumento de legitimidade técnica, permitindo apresentar a decisão normativa não como imposição arbitrária, mas como escolha racional vinculada à maioria populacional e à viabilidade administrativa. Como observa DeFrancis (1984), o termo Putonghua comportava uma dupla dimensão: em sentido amplo, podia abranger o conjunto das variedades mandarínicas; em sentido estrito, referia-se à norma oficial "em sua forma essencialmente pequinense" (*in its essentially Pekingese form*) (DeFrancis, 1984, p. 58, tradução do autor), promovida como chinês padrão moderno.

A definição normativa consolidada em 1955 estabeleceu critérios explícitos: o Putonghua deveria basear-se nos dialetos do norte, adotar a pronúncia de Pequim como referência fonética e tomar o vernáculo moderno como modelo gramatical exemplar (DeFrancis, 1984; Zhou, 2003). Essa delimitação conferiu à língua comum um estatuto técnico e institucional mais definido, distinguindo-a das demais variedades regionais reconhecidas no território chinês.

Nesse quadro, o termo Putonghua (普通话), literalmente “língua comum”, recebeu definição normativa oficial do Estado. Trata-se de um movimento

característico do planejamento linguístico de status, no qual o poder público define explicitamente qual variedade ocupará posição hierárquica privilegiada no sistema educacional, na administração e nos meios de comunicação (Cooper, 1989). Essa definição permanece como base da língua padrão atualmente vigente na República Popular da China, ainda que aperfeiçoada por regulamentações posteriores.

A escolha do termo “língua comum” reforçava simbolicamente a intenção de apresentar a norma como patrimônio compartilhado da nação, em contraste com designações anteriores como Guoyu (“língua nacional”), associadas ao período republicano. Essa redefinição terminológica vinha acompanhada, contudo, de uma formulação igualmente nova da relação entre o Putonghua e os falares regionais. Como mostra Zhou (2004, p. 52), as declarações oficiais da década de 1950 procuravam afastar a ideia de uma eliminação imediata e puramente administrativa dos chamados “dialetos”, sem, no entanto, colocá-los em condição de igualdade com a língua comum.

A transformação do Putonghua em língua comum da nova China não implicou que a diversidade linguística do país fosse tratada de forma homogênea desde o início. Ao examinar a política para as línguas minoritárias, Zhou mostra que, nos primeiros anos da República Popular, o Estado combinou a promoção de uma língua de circulação nacional com formas específicas de reconhecimento das línguas das minorias, especialmente nas áreas autônomas, na administração local e na educação. Em outras palavras, o novo regime não lidava com todas as línguas do território do mesmo modo: enquanto o Putonghua era alçado à condição de instrumento central de integração nacional, as línguas minoritárias permaneciam vinculadas a contextos de uso mais localizados, associados a grupos e territórios determinados (Zhou, 2003, p. 79–80).

Vista desse ângulo, a institucionalização da língua comum ganha contornos mais precisos. Ela não correspondeu a uma homogeneização instantânea da China, mas à construção gradual de uma hierarquia linguística compatível com o projeto de centralização do novo Estado. O Putonghua passava a ocupar a posição de língua da comunicação nacional e da administração central, ao passo que as línguas das minorias continuavam reconhecidas, embora em âmbito distinto. Como mostra Zhou (2003), a política linguística da República Popular não colocava todas as línguas no mesmo plano, o que revela uma organização hierarquizada da diversidade linguística no interior da nova ordem estatal (Zhou, 2003, p. 75–76; 79–80).

Embora a definição normativa de 1955 tenha conferido ao Putonghua um estatuto institucional claro, isso não significou a uniformização imediata da fala em todo o território chinês. Como observa DeFrancis (1984), a nova norma “não foi delimitada de forma tão rígida ou estreita quanto as tentativas anteriores de definir um padrão nacional” (DeFrancis, 1984, p. 231, tradução do autor), o que permite compreender com maior precisão o modo como ela começou a ser implantada. Mais do que eliminar de imediato a diversidade oral existente, a institucionalização do Putonghua marcou o início de um processo histórico de difusão gradual, conduzido pelo Estado e vinculado ao esforço mais amplo de reorganização política e administrativa da nova República Popular.

Ao revisar um editorial do People's Daily⁵⁵ de 1955, o autor observa que a promoção do Putonghua era apresentada não como esforço para “abolir artificialmente” os dialetos, mas para “reduzir progressivamente o escopo de seu uso” (Zhou, 2004, p. 53). Nesse enquadramento, a institucionalização do Putonghua significava afirmar uma variedade principal para a comunicação pública nacional, ao mesmo tempo em que os falares regionais passavam a ocupar posição subordinada e tendencialmente mais restrita nos domínios formais. Mais do que simples coexistência entre formas linguísticas, delineava-se uma hierarquia de usos coerente com a centralização política do governo revolucionário e com seu esforço de superar barreiras comunicativas em escala nacional.

A exigência de aproximação estrita ao padrão restringia-se, em grande medida, aos meios de comunicação nacionais, especialmente rádio e televisão, onde a pronúncia deveria aproximar-se do modelo pequinense. Como observa DeFrancis (1984), essa exigência oficial “limitava-se em grande medida às transmissões de rádio e televisão e a outros serviços públicos de alcance nacional” (DeFrancis, 1984, p. 232, tradução do autor)⁵⁶. No sistema educacional, entretanto, a difusão do Putonghua encontrava obstáculos mais visíveis: a “carência de professores competentes, plenamente capazes de dominar a língua padrão”, somada ao uso continuado das

⁵⁵ People's Daily (人民日报, Rénmín Ribào; em português, “Diário do Povo”) é o principal jornal oficial do Partido Comunista Chinês, fundado em 1948, e constitui uma das mais importantes plataformas de divulgação de diretrizes políticas, posicionamentos institucionais e formulações ideológicas do regime. PEOPLE'S DAILY ONLINE. 毛泽东 资料图 [imagem]. 22 nov. 2013. Disponível em: <http://culture.people.com.cn/n/2013/1122/c87423-23621175-10.html>. Acesso em: 24 fev. 2026.

⁵⁶ Do original: “Official insistence on a close approximation to the norm is limited largely to radio and television broadcasting and other nationwide public services” (DeFrancis, 1984, p. 232).

variedades regionais em sala de aula, fazia com que “a extensão do uso do Putonghua no ensino em áreas de falares regionais e os resultados efetivos dessa educação em todo o país fossem bastante desiguais” (DeFrancis, 1984, p. 232, tradução do autor)⁵⁷. O autor observa ainda, com base em Zhou Youguang, que os professores de língua e literatura eram oficialmente orientados a utilizar o Putonghua, embora “a maioria deles não conseguia fazê-lo bem” (DeFrancis, 1984, p. 232, tradução do autor)⁵⁸, ao passo que docentes de outras disciplinas recorriam frequentemente à fala local para explicar os conteúdos. Em consequência, muitos estudantes desenvolviam capacidade de compreensão do Putonghua sem alcançar fluência efetiva na fala. A institucionalização da norma, portanto, não suprimiu de imediato a diversidade oral, mas inaugurou um processo gradual de difusão, no qual a referência estatal ao Putonghua passou a orientar progressivamente os domínios estratégicos da comunicação pública.

Ainda que sua efetivação tenha se dado de modo progressivo e heterogêneo, a formalização do Putonghua representou, nos primeiros anos da República Popular, um passo decisivo na transformação da língua comum em eixo da administração, da escolarização e da vida pública nacional, em um processo que se aprofundaria nos anos seguintes.

3.2 INTERVENÇÕES TÉCNICAS NA ESTRUTURA LINGUÍSTICA: SIMPLIFICAÇÃO E PINYIN (1956 – 1958)

Se, em 1955, a língua comum foi formalmente definida como referência normativa do poder central, os anos seguintes seriam marcados por intervenções técnicas voltadas à reorganização de sua escrita e à padronização de sua pronúncia.

A simplificação dos caracteres não foi iniciativa exclusiva do período maoísta. Ainda sob o governo republicano, foi publicada, em 1935, uma lista oficial de caracteres simplificados (Zhou, 2004), representando a primeira tentativa estatal de intervenção sistemática na forma gráfica desde as dinastias Ming (1368–1644) e Qing (1644–1912) (Simões, 2010). A medida, contudo, enfrentou forte resistência e acabou

⁵⁷ Do original: “the dearth of competent teachers in full command of the standard language “the extent to which Putonghua is used in classroom instruction in regionalelect areas and the actual results of such education throughout the country are quite uneven” (Defrancis, 1984, p. 232).

⁵⁸ Do original: “most of them cannot do so well” (Defrancis, 1984, p. 232).

sendo suspensa, em meio a críticas que apontavam a perda de legitimidade cultural dos caracteres simplificados. Simões (2010, p. 31), ao citar Zhao e Baldauf Júnior, indica que parte da oposição se fundamentava em uma concepção de “purismo linguístico”, segundo a qual a redução dos traços comprometia a herança cultural tradicional. Outros intérpretes sugerem que a rejeição também refletiu disputas ideológicas entre o Guomindang e setores que associavam a reforma a projetos políticos concorrentes.

Diferentemente da tentativa republicana de 1935, a reforma promovida pelo governo da República Popular da China foi implementada em contexto político distinto. A centralização do poder após 1949 e a consolidação das estruturas estatais criaram condições institucionais para que a simplificação deixasse de ser proposta experimental e se tornasse política pública vinculante.

Com a fundação da República Popular da China, a reforma da escrita deixou de ser uma tentativa pontual, como ocorrera em 1935, e passou a integrar as prioridades estratégicas da liderança revolucionária. Já em 1950, Mao Zedong expôs as diretrizes gerais que orientariam o processo de transformação da escrita chinesa. Como observa Simões (2010, p. 31):

Após a fundação da RPC, Mao Zedong expôs, logo em 1950, as novas linhas de orientação e prioridades para a reforma da escrita chinesa. Mao, que havia considerado a alfabetização um caminho inevitável, decidiu adotar uma política moderada baseada na simplificação dos caracteres, em detrimento da abordagem mais radical de substituição dos caracteres por uma escrita alfabética latinizada. Mao determinou também que os caracteres simplificados deveriam ser auxiliados por um sistema ‘nacional na forma’ de símbolos.

A orientação delineada por Mao revela dois elementos centrais da política linguística do período. Em primeiro lugar, a alfabetização em massa foi assumida como prioridade estatal, vinculada à necessidade de integrar administrativamente um território marcado por ampla diversidade oral e por elevados índices de analfabetismo no momento da fundação da República Popular da China. Estimativas recorrentes na historiografia indicam que, em 1949, mais de 80% ou mesmo 90% da população adulta não dominava plenamente a leitura e a escrita, o que colocava a reforma linguística no centro das estratégias de reorganização social e administrativa do estado maoísta, conforme apontam DeFrancis (1984) e Zhou (2003).

Em segundo lugar, a opção pela simplificação, e não pela substituição integral dos caracteres por um sistema alfabético, indica uma estratégia de modernização que buscava racionalizar a escrita sem romper com sua tradição histórica e simbólica.

A possibilidade de transição para um sistema alfabético não era meramente especulativa. Em correspondência de 1955, reproduzida por DeFrancis (1984, p. ii), Mao Zedong manifestava apoio a uma “reforma básica” que poderia envolver a passagem da escrita chinesa para um sistema alfabético, evidenciando que a latinização permanecia como horizonte possível no debate da época.

Na Figura 18, trata-se da cópia da carta que Mao reconhece a conveniência da escrita pinyin, critica a complexidade dos caracteres chineses e menciona a possibilidade de uma futura reforma básica.

Figura 18 – Carta-resposta de Mao Zedong a Jiang Zhuru, antigo colega de formação e interlocutor no debate sobre língua e escrita, datada de 1º de maio de 1955



Fonte: DeFrancis (1984, p. ii)⁵⁹.

⁵⁹ Na imagem, consta: “Caro Zhuru, Recebi e li sua estimada carta de fevereiro passado. Muito obrigado. Seu estudo sobre a língua falada e a escrita apresenta pontos de vista próprios e, embora eu não concorde com eles, o debate certamente será útil. Já encaminhei sua carta ao Comitê de Reforma da Língua Chinesa para estudo. A escrita pinyin é uma forma de escrita relativamente conveniente. Os caracteres chineses são demasiado complicados e difíceis. No momento, estamos empenhados apenas numa reforma na linha da simplificação, mas, em algum dia no futuro, teremos inevitavelmente

A existência desse horizonte de latinização reforça que a reforma gráfica esteve inserida em debate mais amplo sobre os rumos da escrita chinesa no período.

A literatura recente chama atenção, ainda, para o fato de que a reforma gráfica não se consolidou por meio da prática individual de Mao Zedong. Como observa Jing Tsu (2022, p. 169), Mao “conduziria o país por essas mudanças dramáticas, mas não pelo exemplo; ele jamais se acostumaria a escrever caracteres simplificados em sua vida, nem mesmo letras romanas” (tradução do autor) Mais do que curiosidade biográfica, essa observação reforça a interpretação de que a simplificação assumiu caráter de política normativa coletiva, institucionalizada pelo Estado aplicada à estrutura da língua independentemente da prática individual de seu principal dirigente.

O desenvolvimento do Putonghua implicou intervenções diretas na materialidade gráfica e fonética da língua, tanto em sua dimensão gráfica quanto fonética. No campo dos estudos de política linguística, tais medidas podem ser compreendidas como formas de corpus planning, isto é, intervenções estatais destinadas a modificar, padronizar ou reorganizar elementos internos da língua, com vistas à sua funcionalidade social e administrativa (Cooper, 1989).

Nesse sentido, a simplificação dos caracteres, oficialmente promulgada em 1956, representou intervenção normativa sobre a dimensão gráfica da língua chinesa. Ao definir listas padronizadas de formas simplificadas e estabelecer seu uso obrigatório nos materiais escolares, na imprensa e nos documentos administrativos, o Estado reorganizou formalmente a escrita, convertendo-a em instrumento funcional para a ampliação da alfabetização e para a racionalização das práticas burocráticas.

A reforma gráfica não ficou apenas no campo de facilitar a aprendizagem individual, mas integrou projeto mais amplo de reorganização linguística. A escrita, tradicionalmente associada à continuidade cultural e à legitimidade civilizacional, passou a ser objeto de planejamento técnico voltado à eficiência comunicacional e à integração territorial.

A dimensão histórica e estatal da reforma da escrita pode ser observada no próprio Boletim do Conselho de Estado da República Popular da China, no qual, em janeiro de 1958, o texto “As tarefas atuais da reforma da escrita” aparece inserido no quadro mais amplo das medidas administrativas do governo.

de realizar uma reforma básica. Com esta resposta, envio-lhe minhas saudações. Mao Zedong, 1º de maio de 1955” (DeFrancis, 1984, p. ii).

O documento conforme a Figura 19, evidencia a inserção da reforma da escrita no interior da agenda administrativa e política do Estado chinês no contexto maoísta.

Figura 19 – Página de índice do Boletim do Conselho de Estado da República Popular da China, de 13 de janeiro de 1958

中华人民共和国 国务院公报	
1月13日 1958年第2号 (总号: 129) 1954年创刊	
目 录	
当前文字改革的任务.....	周恩来 (35)
中华人民共和国主席令.....	(44)
中华人民共和国户口登记条例.....	(45)
中华人民共和国和苏丹共和国贸易会谈公报.....	(48)
国务院关于实行棉籽短绒计划收购和统一分配的通知.....	(49)
国务院命令.....	(50)
国家建设征用土地办法.....	(50)
国务院关于抓紧时机努力做好农产品收购工作的指示 (不另行文)	(55)
国务院命令.....	(57)
国务院关于农业生产合作社股份基金的补充规定.....	(57)
文化部关于开展1958年春节农村文化娱乐活动的指示.....	(59)
国务院命令 (不另行文)	(62)

Fonte: Wikimedia Commons (2020)⁶⁰

A Figura 20 apresenta a página de abertura de “As tarefas atuais da reforma da escrita”, publicada no Boletim do Conselho de Estado da República Popular da

⁶⁰ WIKIMEDIA COMMONS. *State Council Gazette - 1958 Issue 2*. Wikimedia Commons, 2020. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AState_Council_Gazette_-_1958_-_Issue_02.pdf. Acesso em: 19 maio 2026.

China, em 13 de janeiro de 1958. A publicação do texto em órgão oficial do governo, já com emprego de caracteres simplificados, evidencia o tratamento da reforma da escrita como matéria de Estado e sua incorporação ao aparato administrativo da China maoísta.

Figura 20 – Página de abertura de “As tarefas atuais da reforma da escrita”

当前文字改革的任务

1958年1月10日在中国人民政治协商会议全国委员会举行的报告会上的报告

周恩来

(一)

当前文字改革的任务，就是：简化汉字，推广普通话，制定和推行汉语拼音方案。

第一是简化汉字。汉字简化方案是1956年1月由国务院公布的。这个方案包含三个部分：第一部分即汉字简化第一表，包含230个简字，从方案公布的时候起即已通用。第二部分即汉字简化第二表，包含285个简字，其中的95个简字已从1956年6月起开始试用。第三部分即汉字偏旁简化表，包含54个简化偏旁，已有30个根据这个表类推出来的简字从方案公布的时候起开始试用。以上三项合计，现在报刊上使用的简字一共有355个。方案公布后，两年来，简字已经在报纸、刊物、课本和一般书籍上普遍采用，受到广大群众的欢迎，大家称便，特别是对初学文字的兒童和成人的确做了一件很大的好事。河南一位老师向小学生介绍简字，说[丰收]的[豐]字今后可以简写成三横一竖的[丰]字，孩子们高兴得鼓掌欢呼。天津一个工人说，[盡、邊、辦]这三字学了半年了，总记不住，这会简化成[尽、边、办]，一下就记住了。李鳳蓮同志有个弟弟，在家乡种地，写信给李鳳蓮同志诉苦，说农民普遍感到汉字难学。农民常用的一些字，像[農民]的[農]，[穀子]的[穀]，[麵粉]的[麵]，[麥子]的[麥]，还有[雜糧]这两个字，这一类字都不好写。李鳳蓮同志给他弟弟寄了一本简化汉字的书去，他弟弟高兴极了，回信说[这些新字好学得多]，还埋怨他姐姐为什么不早些给他寄去。简体字是要比繁体字好学好写，因此包括工人、农民、小学生和教师在內的广大群众热烈欢迎简字，这是很自然的事。

至于像我们这样的知识分子，跟汉字已经打了几十年的交道，当初写了别字给老师责备甚至打手心的事在记忆中已经渐渐淡薄，因此觉得繁体简体都无所谓，对于简字不

• 35 •

Fonte: Wikimedia Commons (2020)⁶¹.

⁶¹ WIKIMEDIA COMMONS. *State Council Gazette - 1958 Issue 2*. Wikimedia Commons, 2020. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AState_Council_Gazette_-_1958_-_Issue_02.pdf. Acesso em: 19 maio 2026.

A operacionalização desse planejamento técnico assumiu também forma administrativa concreta. Embora já ultrapasse ligeiramente o recorte imediato desta seção, o desdobramento administrativo dessas reformas pode ser observado em 1959, pois encontravam-se em funcionamento comissões regionais dedicadas à criação e promoção de sistemas de escrita, distribuídas por diversas províncias da República Popular da China, conforme levantamento oficial reproduzido por Zhou (2004, p. 64). A existência desses organismos indica que o planejamento linguístico maoísta não se limitou à definição normativa, mas envolveu a constituição de instâncias técnicas especializadas integradas ao aparato estatal.

Figura 21 – Instituições de criação e promoção de sistemas de escrita na década de 1950

Nome das Instituições		Localização
1.	Instituto de Estudos de Línguas Minoritárias, Academia Chinesa de Ciências,	Pequim
2.	Região Autônoma da Mongólia Interior	Hohhot
3.	Comissão de Trabalho da Língua Daur	Hohhot
4.	Comissão de Trabalho da Língua Zhuang, Região Autônoma de <i>Guanxi Zhuang</i>	Nanning
5.	Comissão Orientadora do Trabalho de Línguas Minoritárias de Yunnan	Kunming
6.	Comissão de Pesquisa da Escrita Lisu, Prefeitura Autônoma Lisu de Nujiang, Yunnan	Bijiang
7.	Comissão Orientadora do Trabalho de Línguas Miao, Prefeitura Autônoma de Xiangxi Tujia e Miao	Jishou
8.	Comissão Orientadora do Trabalho de Línguas Minoritárias de Guizhou	Guiyang
9.	Comité de Trabalho de Nacionalidades Minoritárias Sichuan e Escrita	Chengdu
10.	Comissão de Trabalho da Língua Yi, Prefeitura Autônoma Yi de Liangshan	Zhaojue
11.	Comissão Orientadora do Trabalho de Línguas Li e Miao, Prefeitura Autônoma Li e Miao de Hainan de Hainan	Tongshi
11.	Comissão de Trabalho da Línguas Yi, Prefeitura Autônoma Yi de Liangshan Li e Ma de Hainan	Zhaojue
11.	Comissão Orientadora do Trabalho de Línguas Li e Miao, Yi, Prefeitura Autônoma Li e Miao de Hainan	Tongshi

Fonte: tabela elaborada pelo autor (2026) com base em Zhou (2004, p. 64).

Nesse contexto institucional, a simplificação pode ser compreendida menos como ruptura simbólica com a tradição do que como adaptação estrutural da forma gráfica às demandas administrativas e educacionais do novo regime.

Se a simplificação incidiu sobretudo sobre a dimensão gráfica da língua, a criação do Hanyu Pinyin em 1958 respondeu à necessidade de padronizar sua dimensão fonética, completando o conjunto de intervenções técnicas que

acompanharam a consolidação do Putonghua como língua oral comum, ao lado da simplificação dos caracteres e da criação de um sistema de romanização voltado à representação fonética dos caracteres, denominado Hanyu Pinyin, ou simplesmente Pinyin.

O Pinyin não foi concebido como substituto da escrita logográfica, mas como instrumento auxiliar à sua aprendizagem. Simões (2010), ao analisar o discurso de Zhou Enlai no momento da promulgação, destaca que o sistema deveria cumprir funções específicas: anotação fonética dos caracteres, apoio pedagógico à difusão do Putonghua e padronização da romanização em contextos internacionais.

A adoção do alfabeto latino no Hanyu Pinyin, contudo, não resultou de solução automática nem de consenso imediato. No interior do próprio processo reformador, diferentes possibilidades ainda estavam em disputa, o que revela que a padronização fonética da língua comum foi também produto de escolha política e institucional. Nesse sentido, Simões (2010, p. 34) observa que:

Em 1958, Zhou Enlai (ver Enlai, 1958) indicava que ‘as tarefas correntes para a reforma da escrita chinesa’ envolviam: a simplificação dos caracteres chineses; a popularização do Putonghua e a implementação do ‘Esquema para um Alfabeto Fonético Chinês’. Em resposta às directrizes de desenvolvimento de um sistema alfabético ‘nacional na forma’, a Comissão de Reforma da Escrita havia colocado à consideração de Mao Zedong seis esquemas alternativos: 4 baseados nos caracteres chineses, 1 no alfabeto cirílico e 1 no alfabeto latino. Mao rejeitou os esquemas baseados nos caracteres (‘nacionais na forma’) e acabou por aceitar o esquema baseado no alfabeto latino, salvaguardando que este serviria apenas para anotação dos caracteres e não constituiria um sistema de escrita independente.

A passagem é especialmente relevante porque mostra que, no contexto maoísta, a criação do Pinyin não se separava do esforço mais amplo de reorganização da língua conduzido pelo Estado. Ao mesmo tempo em que preservava os caracteres como eixo da cultura escrita, o novo sistema fonético ampliava os instrumentos de ensino, padronização e difusão do Putonghua em escala nacional. Mais do que simples solução técnica, o Pinyin integrava o mesmo movimento histórico de intervenção estatal sobre a língua que, naquele período, articulava simplificação gráfica, alfabetização e expansão da comunicação pública.

No plano fonológico, o Pinyin completava esse movimento ao fixar oficialmente a pronúncia da língua padrão e reforçar o conjunto de medidas voltadas à promoção do Putonghua. O sistema Hanyu Pinyin organiza a pronúncia do

Putonghua por meio de um conjunto padronizado de iniciais, finais e sílabas reconhecidas oficialmente, conforme exemplificado na tabela a seguir.

Figura 22 – Reprodução contemporânea do esquema oficial de 1958: Iniciais e finais do Hanyu Pinyin

汉语拼音字母表							
声母表 (23个)							
b	p	m	f	d	t	n	l
g	k	h	j	q	x	zh	ch
sh	r	z	c	s	y	w	
韵母表 (24个)							
a	o	e	i	u	ü	ai	ei
ui	ao	ou	iu	ie	üe	er	an
en	in	un	ün	ang	eng	ing	ong
整体认读音节 (16个)							
zhi	chi	shi	ri	zi	ci	si	wu
yi	yu	ye	yue	yuan	yin	yun	ying

Fonte: Nanjing Xingzhi Wanhe Network Technology CO. LTD. (2025)⁶².

A combinação entre simplificação gráfica e padronização fonológica por meio do Pinyin contribuiu para consolidar o Putonghua não apenas como variedade normativa, mas também como objeto de planejamento linguístico formalizado.

⁶² Tabela do alfabeto do Hanyu Pinyin.2025. Disponível em: <https://www.onlinedown.net/soft/10001860.htm>. Acesso em: 23 out. 2025.

Disponível em:

3.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO E OS LIMITES DA EXPRESSÃO: A CAMPANHA DAS CEM FLORES (1956 – 1957)

Enquanto as reformas estruturais da língua avançavam no plano técnico, especialmente com a simplificação dos caracteres em 1956 e com a institucionalização do sistema fonético que culminaria, em 1958, na promulgação do Hanyu Pinyin, o mesmo período foi também marcado, no campo político-intelectual, por uma experiência de abertura controlada. Entre 1956 e 1957, o Partido Comunista Chinês lançou o chamado Movimento das Cem Flores, incentivando a manifestação pública de críticas e opiniões no interior do regime (Simões, 2010).

O slogan que orientava a campanha, “que cem flores desabrochem; que cem escolas de pensamento disputem”, retomava simbolicamente a tradição das chamadas “Cem Escolas de Pensamento”, associadas ao período final da dinastia Zhou (1046–256 a.C), frequentemente evocadas como momento de pluralidade intelectual na história chinesa (Simões, 2010). No contexto da década de 1950, entretanto, essa abertura ocorria sob controle político e dentro de limites definidos pelo próprio Estado socialista, revelando que a institucionalização da norma linguística caminhava paralelamente à delimitação do campo da expressão legítima. Conforme observa Jing Tsu (2022, p. 207, tradução do autor)⁶³, tratou-se de “um período amplamente divulgado, porém de curta duração, de abertura, no qual todos os membros da sociedade foram convidados a comentar as políticas governamentais, sendo também o momento em que o Comitê do Pinyin conseguiu mobilizar pessoas de todo o país para que se sentissem parte da história em construção”.

Esse avanço, contudo, não se desenvolvia em um vazio técnico-administrativo. “Ao mesmo tempo, o progresso da reforma linguística sempre dependeu do contexto político mais amplo da RPC, o qual podia não apenas desviar recursos e distrair os participantes, mas também interferir ativamente no trabalho a ser realizado” (ZHOU, 2004, p. 24, tradução do autor)⁶⁴. Nesse sentido, o ritmo das reformas linguísticas na década de 1950 dependia diretamente do contexto político

⁶³ Do original: “a much-touted but short-lived period of openness where all members of society were invited to comment on the government’s policies, and as such was also the period when the Pinyin Committee was able to get people from all over the country to feel they were part of history in the making” (Tsu, 2022, p. 207).

⁶⁴ Do original: “At the same time, the progress of language reform was always dependent on the larger political context within the PRC, which could also not only divert resources and distract participants, but also actively interfere with the work to be done” (Zhou, 2004, p. 24).

mais amplo da República Popular, que tanto podia favorecer quanto limitar a atuação dos especialistas envolvidos no processo. Em meados daquela década, a relativa distensão intelectual que acompanhou os primeiros anos de consolidação do novo regime estimulou a participação de educadores, linguistas e outros quadros técnicos na construção da “Nova China”, criando condições momentaneamente mais favoráveis para o debate sobre a simplificação da escrita, a promoção de uma língua comum e a sistematização fonética do mandarim padrão. A abertura que se delineava, porém, permanecia subordinada aos objetivos políticos do Estado socialista e aos limites definidos pela direção partidária.

À medida que as manifestações críticas se tornaram mais incisivas, contudo, o Partido passou a interpretar o movimento como potencial ameaça à sua autoridade. Como observa Zhou (2004, p. 24), foi sobretudo entre abril e maio de 1957 que muitos artigos começaram a aparecer em periódicos como o *Guangming Ribao* e a revista *Renmin Wenxue*, trazendo críticas à burocracia, à administração inepta, ao nepotismo e à corrupção no interior do Partido. Em 1957, a orientação oficial foi significativamente alterada, culminando no encerramento da campanha e na deflagração da Campanha Anti-Direitista, que marcou a passagem de um momento de estímulo à crítica para uma fase de repressão sistemática (Schram, 1969). No espaço universitário, essa abertura controlada à manifestação escrita também se tornou visível por meio de cartazes murais de grandes caracteres, nos quais a crítica pública coexistia com os próprios sinais do avanço das reformas gráficas em curso.

Na Figura 23, é possível ver a imagem pública de críticas e opiniões no espaço universitário, o que fica visível a abertura controlada à expressão intelectual naquele contexto. Observa-se, ainda, o uso de caracteres simplificados em parte dos textos, o que remete ao avanço simultâneo das reformas gráficas no período.

Figura 23 – Cartazes murais de grandes caracteres na Universidade de Pequim durante a Campanha das Cem Flores, em 1957



Fonte: Everyday life in mao's China (2021)⁶⁵.

No âmbito desse novo movimento, milhares de professores, escritores e quadros técnicos foram rotulados como “direitistas”, submetidos a processos de investigação, afastamento institucional e sessões públicas de autocrítica (Meisner, 1999). A prática da autocrítica, antes circunscrita aos rituais internos do Partido, estendeu-se ao meio acadêmico e intelectual, transformando a linguagem em instrumento de disciplinamento político. Nesse novo contexto, a crítica deixava de ser admitida como contribuição legítima ao aperfeiçoamento do regime quando ultrapassava os limites políticos definidos pelo Partido, passando a ser reinterpretada como desvio ideológico e ameaça à ordem política definida pelo regime. Como observa Simões (2010), a Campanha das Cem Flores revelou os limites do diálogo no interior do maoísmo, evidenciando que a abertura retórica não implicava autonomia discursiva plena. Com a reversão de 1957, os cartazes murais deixaram de expressar apenas a abertura inicial à crítica e passaram a incorporar a linguagem de acusação e vigilância política que acompanhou a Campanha Anti-Direitista.

Na Figura 24 é mostrado Cartazes em murais com críticas aos “direitistas” na Universidade de Pequim, em 1957, evidenciando o endurecimento do ambiente

⁶⁵ disponível em: <https://everydaylifeinmaoistchina.org/2021/04/23/big-character-posters-during-the-hundred-flowers-campaign-at-beijing-university-in-1957/> acessado em 9 Mar 2026

político e o uso da escrita pública como instrumento de denúncia e enquadramento ideológico.

Figura 24 – Cartazes murais com críticas aos “direitistas” na Universidade de Pequim, em 1957



Fonte: Everyday life in mao's China (2021). ⁶⁶

Esse episódio marcou uma inflexão relevante para a política linguística do período. Se, por um lado, as reformas estruturais da língua, como a simplificação dos caracteres e a institucionalização do sistema fonético, continuaram a ser implementadas DeFrancis (1984) por outro, o espaço para debate crítico sobre seus rumos tornou-se progressivamente restrito. O clima político instaurado após 1957 produziu efeito inibidor sobre a atividade intelectual, redefinindo os parâmetros da fala alinhada na esfera pública. Zhou (2003); Sun (2004). A institucionalização da norma linguística consolidava-se, assim, no interior de um campo discursivo delimitado pelo Estado socialista, no qual a participação podia existir, mas apenas dentro de limites estreitamente definidos pelo Estado, em consonância com a tendência histórica de centralização linguística observada por Ramsey (1987).

⁶⁶ MEYSKENS, Covell. Big character posters during the Hundred Flowers Campaign at Beijing University in 1957. **Everyday Life in Mao's China**, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://everydaylifeinmaoistchina.org/2021/04/23/big-character-posters-during-the-hundred-flowers-campaign-at-beijing-university-in-1957/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

3.4 A EXPANSÃO DO USO POLÍTICO DA NORMA: O GRANDE SALTO ADIANTE (1958-1962)

O encerramento da Campanha das Cem Flores e a deflagração da Campanha Anti-Direitista alteraram profundamente o ambiente político da República Popular da China no final da década de 1950. A breve abertura para a crítica cedeu lugar a um contexto de repressão aos dissensos e de estreitamento dos limites da expressão pública. Foi nesse quadro que, em 1958, Mao lançou o Grande Salto Adiante, apostando na mobilização intensiva das massas como caminho para acelerar o desenvolvimento econômico do país. Como sintetiza Simões (2010), tratava-se de uma orientação que buscava impulsionar, ao mesmo tempo, a agricultura e a indústria, articulando reorganização produtiva, criação das comunas e participação coletiva em larga escala.

Nesse ambiente de mobilização crescente, a linguagem política ganhou ainda mais espaço na difusão das metas revolucionárias e na condução das campanhas promovidas pelo Estado. Já não se tratava apenas de acompanhar, por meio do discurso, as transformações em curso, mas de produzir adesão, orientar comportamentos e atribuir sentido político às novas formas de organização econômica e coletiva. A ampliação do uso político da norma respondia, assim, à necessidade de tornar essas metas mais inteligíveis, repetir fórmulas mobilizadoras e incorporar a população ao esforço de aceleração socialista.

Essa reorganização em larga escala encontrou nas comunas populares uma de suas expressões mais visíveis. Elas não representavam apenas a ampliação de unidades de produção agrícola, mas a tentativa de reorganizar o espaço rural como local de concentração do trabalho, administração local e mobilização coletiva. Em Meisner (1999), a lógica desse processo aparece ligada à criação de novas formas de organização social e à ideia de que o aproveitamento integral dos recursos locais e da força de trabalho exigia que a descentralização econômica fosse levada até as localidades (MEISNER, 1999, p. 221-222, tradução do autor)⁶⁷. Lidas à luz desse contexto, as comunas tornam-se historicamente inteligíveis como formas de organização ajustadas ao esforço maoísta de combinar desenvolvimento econômico,

⁶⁷ Do original: “the full utilization of local resources and labor power demanded that economic decentralization be carried down to the localities” (Meisner, 1999, p. 221-222).

disciplina coletiva e mobilização direta das massas no interior de suas próprias comunidades.

Foi nesse quadro organizacional mais amplo que a linguagem política passou a circular com maior alcance. Slogans, fórmulas padronizadas, metas de produção e vocabulário revolucionário difundiam-se de maneira mais uniforme, articulando propaganda, administração e mobilização coletiva. A expansão do uso político da norma durante o Grande Salto Adiante, portanto, não se deu apenas no plano do discurso, mas acompanhou a própria reorganização da produção e da vida social promovida pelo período.

Os resultados do Grande Salto Adiante, contudo, foram desastrosos. Conforme observam Simões (2010) e Meisner (1999), a lógica de metas ambiciosas, mobilização intensiva e reorganização das comunas comprometeu a agricultura, agravou a escassez e contribuiu para uma crise social de grandes proporções. A distância entre o discurso oficial de mobilização e os efeitos concretos da política econômica evidencia uma das tensões centrais do período: enquanto a propaganda exaltava entusiasmo produtivo, avanço socialista e superação de limites materiais, a sociedade chinesa enfrentava uma crise profunda. Nesse sentido, a expansão da linguagem mobilizadora do período deve ser compreendida não como evidência de êxito material, mas como parte de um contexto em que a intensificação do discurso político coexistiu com o agravamento da crise social.

É nesse ambiente de mobilização intensiva, agravamento da crise e persistência do enquadramento discursivo estatal que os cartazes do período adquirem especial valor analítico, permitem visualizar de modo mais concreto a articulação entre mobilização política, reorganização produtiva e circulação padronizada da linguagem ideológica. Mais do que simples ilustrações, essas imagens revelam como slogans, fórmulas curtas e composições visuais sintéticas convertiam diretrizes amplas do período em mensagens facilmente reconhecíveis e politicamente mobilizadoras. Além disso, o emprego da escrita simplificada em parte desses slogans reforça a pertinência dessas fontes para a análise das relações entre propaganda, política linguística e expansão do uso político da norma.

Figura 25 – Cartaz de propaganda do Grande Salto Adiante sobre o desenvolvimento simultâneo da produção industrial e agrícola (1960)



Fonte: Chinese Posters (2007)⁶⁸.

Quadro 1 – Tradução da Figura 25

Tabela da figura 25 – Slogan, Hanyu Pinyin e tradução da Figura 25	
Elemento	Conteúdo
Slogan	发展工农业生产，实现工农业并举
Hanyu Pinyin (Romanização)	fāzhǎn gōng nóngyè shēngchǎn, shíxiàn gōng nóngyè bìngjǔ
Tradução do autor	Desenvolver a produção industrial e agrícola, realizando o avanço simultâneo da indústria e da agricultura.

Fonte: elaborada pelo autor (2026), com base na Figura 25.

A Figura 25 traduz de forma sintética uma das ideias centrais do Grande Salto Adiante: a defesa do desenvolvimento simultâneo da agricultura e da indústria. A composição visual reúne elementos associados aos dois setores, enquanto o slogan

⁶⁸ CHINESE POSTERS. Chinese Posters Foundation. International Institute of Social History, [2026]. Disponível em: <https://chinese-posters.net>. Acesso em: 3 abr. 2026.

reduz essa diretriz a uma fórmula breve e afirmativa. Nesse sentido, a imagem mostra como a propaganda maoísta convertia programas amplos de reorganização produtiva em mensagens visualmente fortes e politicamente mobilizadoras.

Figura 26 – Cartaz de propaganda do Grande Salto Adiante sobre coordenação do trabalho e formação de ativistas nas comunas populares (1960)



Fonte: Chinese Posters (2007)⁶⁹.

⁶⁹ CHINESE POSTERS. Chinese Posters Foundation. International Institute of Social History, [2026]. Disponível em: <https://chineseposters.net>. Acesso em: 3 abr. 2026.

Quadro 2 – Slogan, Hanyu Pinyin e tradução da Figura 26

Tabela provisória 26 – Slogan, Hanyu Pinyin e tradução da Figura 26	
Elemento	Conteúdo
Slogan	社大骨干强，便于集中统一调配使用劳力，大量培养又红又专的建设社会主义的积极分子队伍。
Hanyu Pinyin	shè dà gǔgàn qiáng, biànyú jízhōng tǒngyī diàopèi shǐyòng láolì, dàliàng péiyǎng yòu hóng yòu zhuān de jiànshè shèhuì zhǔyì de jījī fēnzǐ duìwǔ
Tradução do autor	As comunas são grandes e seu núcleo dirigente é forte; isso facilita a concentração e a coordenação unificada do uso da força de trabalho, além de permitir a formação, em grande número, de ativistas ao mesmo tempo “vermelhos” e especializados para a construção do socialismo.

Fonte: elaborado pelo autor (2026) com base na Figura provisória 26.

Na Figura 26, o foco já não recai apenas sobre a diretriz econômica mais ampla do Grande Salto Adiante, mas sobre a dimensão organizacional das comunas populares. A presença do telefone, da mesa de trabalho e dos trabalhadores ao fundo reforça a ideia de coordenação, administração local e mobilização coletiva, enquanto o slogan associa diretamente a comuna à distribuição unificada da força de trabalho e à formação de quadros politicamente alinhados ao socialismo. A imagem sugere, assim, que a propaganda do período não se limitava a exaltar metas produtivas, mas também apresentava as comunas como espaços de direção, disciplina e organização da vida coletiva.

Figura 27 – Cartaz de propaganda do Grande Salto Adiante sobre a militarização da organização, da ação e da vida coletiva (1958)



Fonte: Chinese Posters (2007)⁷⁰.

⁷⁰ CHINESE POSTERS. Chinese Posters Foundation. International Institute of Social History, [2026]. Disponível em: <https://chinese posters.net>. Acesso em: 3 abr. 2026.

Quadro 3 – *Slogan, Hanyu Pinyin e tradução da Figura 27*

Tabela provisória 27 – Slogan, Hanyu Pinyin e tradução da Figura 27	
Elemento	Conteúdo
<i>Slogan</i>	组织军事化, 行动战斗化, 生活集体化
<i>Hanyu Pinyin</i>	zǔzhī jūnshìhuà, xíngdòng zhàndòuhuà, shēnghuó jíqítìhuà
<i>Tradução do autor</i>	Militarizar a organização, transformar a ação em combate e coletivizar a vida.

Fonte: elaborado pelo autor (2026) com base na Figura 27.

Na Figura 27, a linguagem política assume uma forma particularmente condensada e imperativa. O slogan organiza a mensagem em três fórmulas paralelas, cada uma terminada em -hua (化), o que reforça a ideia de transformação dirigida e de reorganização deliberada da vida social. A combinação entre a postura marcial do personagem central, o clarim e o vocabulário de combate sugerem que o Grande Salto Adiante não era apresentado apenas como programa econômico, mas também como campanha de mobilização total. Nesse sentido, a imagem evidencia como a propaganda do período aproximava produção, disciplina e vida coletiva sob uma linguagem fortemente militarizada.

Lidos em conjunto, esses cartazes mostram como a propaganda do Grande Salto Adiante articulava metas econômicas, organização das comunas e mobilização disciplinadora por meio de slogans curtos, visualmente fortes e politicamente orientados.

É significativo que o ano de 1958, marco inicial do Grande Salto Adiante, também tenha coincidido com a criação do Hanyu Pinyin. Como observa Jing Tsu, foi precisamente nesse mesmo ano que o novo sistema de romanização surgiu no interior de um contexto marcado, simultaneamente, pela radicalização do projeto maoísta e pelo endurecimento político posterior à Campanha das Cem Flores (Tsu, 2022, p. 209). Embora essa simultaneidade não autorize, por si só, uma relação mecânica entre os dois processos, ela é reveladora do fato de que a política linguística e a intensificação da mobilização revolucionária se desenvolveram no interior de um mesmo horizonte histórico de reorganização nacional sob direção do Estado.

Adiante, o Pinyin também foi incorporado à lógica das campanhas aceleradas de alfabetização, marcadas por metas ambiciosas e por forte pressão para demonstrar resultados. Nesse sentido, DeFrancis (1984) observa que uma dessas campanhas chegou a receber reconhecimento oficial por supostamente ter obtido êxito em

“eliminar o analfabetismo entre jovens adultos em dois meses” (DeFrancis, 1984, p. 212, tradução do autor)⁷¹. O próprio autor, contudo, problematiza esse tipo de resultado ao registrar a fragilidade dos dados mobilizados para comprovar tais êxitos, sugerindo que a exibição estatística do sucesso integrava o ambiente político do período. Assim, mais do que um simples recurso técnico auxiliar, o Pinyin apareceu, naquele contexto, como instrumento inserido nas campanhas de mobilização de massas, articulando política linguística, alfabetização acelerada e legitimação do projeto revolucionário (DeFrancis, 1984, p. 212).

A historiografia ressalta, contudo, que o Grande Salto Adiante não pode ser compreendido apenas como programa de modernização econômica. Como observa Meisner (1999, p. 204, tradução do autor)⁷², “o objetivo de desenvolver as forças produtivas materiais da China estava inseparavelmente entrelaçado à busca de metas sociais e ao desenvolvimento de uma consciência comunista entre as massas”. Sob esse ângulo, a mobilização política não desempenhava função acessória, mas integrava o próprio núcleo do projeto maoísta, o que ajuda a compreender por que a linguagem de mobilização adquiriu papel central na difusão de metas, na orientação coletiva e na legitimação simbólica do Grande Salto Adiante.

A radicalização ideológica do período também se manifestou nas formulações teóricas que acompanhavam o Grande Salto Adiante. Como observa Meisner (1999, p. 206, tradução do autor)⁷³, a noção de “revolução permanente” “apareceu com destaque na literatura teórica do período do Grande Salto e acabaria sendo formalmente canonizada como parte do ‘Pensamento Mao Zedong’”. Isso ajuda a perceber que a mobilização das massas, no contexto do Grande Salto, não era vista apenas como medida prática para aumentar a produção, mas como parte de um processo mais amplo de transformação simultânea da economia, da organização social e da consciência política. Nesse quadro, a linguagem doutrinária assumia importância ainda maior, pois era por meio dela que o regime difundia metas, incentivava o engajamento coletivo e apresentava o Grande Salto como etapa decisiva da construção socialista.

⁷¹ Do original: “eliminating illiteracy among young adults in two months” (DeFrancis, 1984, p. 212).

⁷² Do original: “the goal of developing China’s material productive forces was inextricably intertwined with pursuit of communist social goals and the development of a popular communist consciousness” (DeFrancis, 1984, p. 204).

⁷³ Do original: “the concept appeared prominently in the theoretical literature of the Great Leap period, and eventually was to be formally canonized as part of ‘Mao Tse-tung Thought’” (Meisner, 1999, p. 206).

No ambiente de radicalização política inaugurado pelo Grande Salto Adiante, também se alteraram as prioridades da reforma da escrita. Até então, o Pinyin ainda podia ser pensado como parte de um projeto mais amplo de transformação gráfica. DeFrancis (1984) observa que, quando o sistema foi concebido, chegou a ser apresentado como Hanyu Pinyin Wenzhi Fang'an, ou seja, como um “plano de escrita fonética chinesa”, mas que, antes de sua promulgação oficial em 1958, o termo wenzhi (“escrita”) foi suprimido. O autor acrescenta que, antes desse momento, havia a intenção de desenvolver o Hanyu Pinyin em direção a uma forma mais autônoma de escrita; com a campanha do Grande Salto Adiante, porém, esse projeto foi abandonado, ao mesmo tempo em que a Comissão de Reforma da Língua Chinesa sofreu forte redução conforme observa (DeFrancis, 1984). Isso indica que a radicalização do período não atingiu apenas a esfera econômica e política, mas também redefiniu os próprios limites da reforma linguística. Esse deslocamento ajuda a compreender por que, no tópico seguinte, as relações entre língua, cultura e poder assumiriam contornos ainda mais radicais no contexto da Revolução Cultural.

3.5 RADICALIZAÇÃO SIMBÓLICA E ORTODOXIA DISCURSIVA: A REVOLUÇÃO CULTURAL (1966-1976)

O início dos anos 1960 na China, mais precisamente entre 1961 e 1965, correspondeu a uma fase de reajustamento e consolidação, marcada pelo recuo parcial das políticas maoístas mais radicais e pela tentativa de recompor a economia após os desdobramentos do Grande Salto Adiante Simões (2010, p. 11). Como observa Simões (2010, p. 11), esse período favoreceu a agricultura e a indústria ligeira, redefiniu prioridades de investimento, estabeleceu metas de crescimento mais realistas e reduziu substancialmente o tamanho e as funções socioeconômicas das comunas populares. Tal reorientação contribuiu para a recuperação econômica relativa do país, mas não significou o desaparecimento da radicalização ideológica. Ainda assim, foi posto em prática o Movimento de Educação Socialista [社会主义教育运动, Shèhuìzhǔyì Jiàoyù Yùndòng], voltado a reavivar o espírito da revolução e a combater manifestações de revisionismo, antecipando o recrudescimento político que

desembocaria, de 1966 a 1976, na Grande Revolução Cultural Proletária [无产阶级文化大革命, Wúchǎn Jiējí Wénhuà Dà Gémìng].

Para Mao e seus seguidores, os fracassos anteriores não decorriam apenas de dificuldades econômicas ou administrativas, mas também da debilidade ideológica daqueles que encarnavam o comunismo chinês. Apesar da recuperação relativa obtida após o fracasso do Grande Salto Adiante, Mao passou a considerar que a China se afastava de sua própria visão de revolução e voltou sua atenção para a necessidade de purgar a estrutura de poder. Nesse quadro, a Grande Revolução Cultural Proletária apresentou-se como uma nova ofensiva política, dirigida não apenas contra adversários internos do Partido, mas também contra tudo aquilo que pudesse ser identificado como desvio ideológico no campo da educação, da cultura e da produção simbólica (Simões, 2010, p. 11-12).

Às vésperas da Revolução Cultural, a leitura de Pye (1991) contribui para explicitar como a ofensiva maoísta passou a atingir diretamente os espaços de produção e circulação do saber, da cultura e da informação. Ao tratar do avanço dessa pressão política sobre o meio acadêmico, educacional, jornalístico, artístico e literário, o autor evidencia que a radicalização em curso não se limitava às disputas internas do Partido, mas alcançava precisamente os setores responsáveis pela mediação da palavra pública e pela formação intelectual:

Em abril de 1966, Zhou Enlai associou-se às exigências de Mao por uma luta feroz e prolongada para varrer a “ideologia burguesa” dos campos acadêmico, educacional e jornalístico, bem como da arte, da literatura e de outros campos da cultura. Em maio, Deng Tuo, membro do Secretariado Central do Partido em Pequim, foi denunciado com virulência, e mais tarde o mesmo ocorreu com Liao Mosha, outro alto funcionário em Pequim. Tornou-se claro que Peng Zhen não poderia defender seus subordinados. Em junho, os dirigentes da maioria das grandes universidades e de outras instituições acadêmicas foram expurgados (Pye, 1991, p. 297, tradução do autor)⁷⁴.

⁷⁴ Do original: “On the surface, the conflict was confined to questions of cultural and propaganda affairs, but behind the scenes fundamental struggles were taking place. In April 1966, Zhou Enlai associated himself with Mao’s demands for a fierce and protracted struggle to wipe out “bourgeois ideology in the academic, educational, and journalistic field, in art, literature, and all other fields of culture.” In May, Deng Tuo, a member of the Central Secretariat of the Party in Beijing, was viciously denounced, and later so was Liao Mosha, another high official in Beijing. It became clear that Peng Zhen could not defend his subordinates. By June the heads of most of the major universities and other academic institutions were purged” (Pye, 1991, p. 297).

Essa escalada ideológica incidia diretamente sobre universidades, intelectuais e demais espaços de produção simbólica, mas também avançava sobre o próprio centro dos aparelhos partidários e de comunicação.

A ofensiva desencadeada por Mao em 1966 ultrapassou rapidamente os limites de uma disputa cultural em sentido estrito. Nesse sentido, a leitura de Meisner (1999) é especialmente útil, pois evidencia que a Revolução Cultural assumiu muito cedo a forma de uma luta aberta pelo controle do Partido e dos aparelhos de propaganda, cultura e comunicação:

A Revolução Cultural estava, assim, rapidamente se tornando política, e o primeiro dos líderes partidários de alta hierarquia a cair foi Peng Zhen⁷⁵. No início de junho, foi revelado que Peng Zhen e seus seguidores haviam sido afastados de seus cargos oficiais e que o comitê do partido em Pequim e o governo municipal haviam sido reorganizados em torno de maoístas leais, chefiados por Li Xuefeng. Em seguida, ocorreu uma ampla purga dos órgãos centrais de propaganda e cultura na capital; as vítimas mais notáveis foram Lu Dingyi, chefe do departamento de propaganda do partido (que também controlava o influente *People's Daily*), e Zhou Yang, antigo czar literário e cultural da China. Sob a direção do recém-nomeado Grupo da Revolução Cultural (chefeado por Chen Boda⁷⁶, Jiang Qing⁷⁷ e Kang Sheng⁷⁸), os maoístas passaram então a controlar Pequim e os principais órgãos centrais de comunicação (Meisner, 1999, p. 311, tradução do autor)⁷⁹.

⁷⁵ **Peng Zhen** importante dirigente do Partido Comunista Chinês, foi secretário do partido e prefeito de Pequim até o início da Revolução Cultural (Marxists.org 2026).

⁷⁶ **Chen Boda** — foi um dirigente e teórico do Partido Comunista Chinês. Durante a Revolução Cultural, ocupou posição de destaque ao ser nomeado chefe do Grupo Central da Revolução Cultural, criado pelo Comitê Central em maio de 1966. CHINA COMMUNIST PARTY NEWS NETWORK Disponível em: <https://cpc.people.com.cn/GB/64162/64167/4509876.html>. Acesso em: 16 maio 2026.

⁷⁷ **Jiang Qing** — esposa de Mao Zedong e figura central da ala radical da Revolução Cultural, exerceu forte influência sobre a política cultural chinesa, especialmente no controle das artes, do teatro, da ópera e da produção simbólica do período. Sua presença no Grupo da Revolução Cultural ajuda a explicar o grau de politização assumido pela cultura sob o maoísmo tardio. Após a morte de Mao, foi presa e julgada como integrante do chamado “Bando dos Quatro”. CHINA COMMUNIST PARTY NEWS NETWORK Disponível em: <https://cpc.people.com.cn/GB/64162/64167/4509876.html> Acesso em: 16 maio 2026. Acessado em: 16 maio 2026.

⁷⁸ **Kang Sheng** — foi um dirigente do Partido Comunista Chinês, nascido em 1898, na província de Shandong. Filiou-se ao Partido em 1925 e ocupou diferentes cargos de direção ao longo de sua trajetória política, incluindo funções no Comitê Central e na organização partidária. Durante o período maoísta, destacou-se como uma figura ligada à segurança, ao controle político e às disputas internas do Partido. Disponível em: <https://cpc.people.com.cn/daohang/n/2013/0225/c357210-20593402.html>. Acesso em: 16 maio 2026.).

⁷⁹ Do original: “The Cultural Revolution was thus quickly turning political, and the first of the high-ranking party leaders to fall was P'eng Chen. Early in June it was revealed that P'eng and his followers had been dismissed from their official posts and that the Peking party committee and municipal government had been reorganized around loyal Maoists, headed by Li Hsüeh-feng. A wholesale purge of the central organs of propaganda and culture in the capital immediately followed; the most notable victims were Lu Ting-yi, head of the party's propaganda department (who also controlled the authoritative *People's Daily*), and Chou Yang, China's long-time literary and cultural czar. Under the direction of the newly appointed Cultural Revolution Group (headed by Ch'en Po-ta, Chiang Ch'ing, and K'ang Sheng), Maoists now controlled Peking and the principal central organs of communication” (Meisner, 1999, p. 311).

A partir daí, a radicalização também passou a reorganizar o espaço escolar e a atingir diretamente professores, administradores e autoridades educacionais. Como observa Pye (1991, p. 299) as massas foram convocadas a eliminar os chamados “monstros e fantasmas” presentes em suas organizações e, no âmbito das escolas, os comitês partidários passaram a atacar professores e administradores, ao mesmo tempo que estudantes eram mobilizados para denunciar todos aqueles investidos de autoridade, inclusive os próprios agentes partidários que inicialmente os haviam convocado. Ao mencionar ainda a acusação de que certas autoridades buscavam “preservar a ordem acadêmica”, o autor evidencia que a deslegitimação da autoridade escolar e intelectual se tornava parte constitutiva da ofensiva revolucionária.

Simões (2010, p. 12) assinala ainda que essa ofensiva se expressou também na mobilização de milhões de jovens estudantes no movimento dos Guardas Vermelhos [红卫兵, Hóngwèibīng], recrutados para atuar contra aquilo que ficou conhecido como as chamadas “Quatro Velharias” [四旧, Sì Jiù], isto é, velhas ideias, cultura, costumes e hábitos. Dessa forma, intelectuais passaram a ser perseguidos como personificações dessas “Velharias”, o que evidencia que a ofensiva revolucionária não se dirigia apenas a estruturas partidárias e institucionais, mas também aos agentes e referências simbólicas identificados com a ordem cultural a ser destruída.

Pye (1991) observa que a mobilização da juventude durante a Revolução Cultural também deve ser compreendida no interior das disputas políticas que atravessavam o próprio Partido. Mesmo após as primeiras purgas, Mao ainda não havia conseguido deslocar plenamente as forças ligadas a Liu Shaoqi⁸⁰ e Deng Xiaoping⁸¹ das burocracias partidárias. Nesse contexto, o líder passou a buscar apoio

⁸⁰ **Liu Shaoqi** — foi um importante dirigente do Partido Comunista Chinês e da República Popular da China, tendo ocupado cargos como vice-presidente do Comitê Central do Partido, presidente da República Popular da China e presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional. Durante a Revolução Cultural, foi perseguido politicamente, morreu em 1969 e teve sua reputação restaurada oficialmente em 1980. 中国共产党新闻. 刘少奇业绩室首页 Disponível em: <https://cpc.people.com.cn/GB/143527/147174/index.htm>. Acessado em 16 Maio 2026

⁸¹ **Deng Xiaoping** — foi um dos principais dirigentes do Partido Comunista Chinês no século XX. Após o período da Revolução Cultural, tornou-se figura central da reorganização política e econômica da República Popular da China, sendo associado ao processo de Reforma e Abertura e à formulação do socialismo com características chinesas. 中国共产党新闻. 邓小平 disponível em: <https://cpc.people.com.cn/GB/69112/69113/410539/410540/index.html>. Acesso em: 16 maio 2026).

em aliados improváveis, sobretudo estudantes e jovens, transformando-os em instrumento de ataque às estruturas estabelecidas do Partido:

No entanto, na maior parte do país, Mao não havia conseguido desalojar as forças de Liu e Deng das burocracias do Partido. A remoção de Peng Zhen iniciou o processo de expurgos no alto escalão do Partido, mas Mao também precisava agir contra a grande massa de profissionais do Partido. Para fazer isso, ele buscou aliados extremamente improváveis, os jovens e os estudantes em idade escolar. Seu tema inicial era o de que o ministério da propaganda precisava garantir que a próxima geração fosse imbuída de um ardor revolucionário proletário para que a China pudesse evitar o revisionismo. À medida que a luta pelo poder se intensificava, ele passou a ver a juventude como uma fonte de poder para atacar os oficiais do Partido que estavam entrincheirados (Pye, 1991, p. 298, tradução do autor)⁸².

A passagem é significativa porque permite compreender que essa fase não se limitava a uma crítica cultural ou moral, mas se convertia em uma ofensiva voltada à redefinição da autoridade política e simbólica. Ao atingir diretamente os veículos de propaganda, cultura e comunicação, o movimento também se expandia aos canais legítimos de circulação da linguagem pública. Nesse quadro, a linguagem revolucionária deixava de operar apenas como instrumento de mobilização para assumir, de forma ainda mais marcada, a função de distinguir a fala legítima da fala suspeita, reforçando a ortodoxia discursiva na esfera pública.

Esse processo incidiu diretamente sobre a linguagem pública. Durante a Revolução Cultural, a fala pública passou a ser atravessada por fórmulas políticas reiteradas, slogans condensados e citações de forte valor normativo, de modo que a própria expressão verbal se convertia em índice de alinhamento ideológico.

A esse respeito, a análise de John DeFrancis (1984) é particularmente elucidativa ao indicar que o processo de padronização e difusão da língua na China contemporânea esteve profundamente marcado pela interação entre linguagem, escrita e poder político. Segundo o autor, a influência da escrita sobre a fala é especialmente forte no caso chinês, sobretudo em um contexto em que um governo central poderoso exerce influência direta sobre diferentes dimensões da vida linguística. Nesse cenário, a própria construção do chinês padrão moderno passou a

⁸² Do original: "Yet in most of the country Mao had been unable to dislodge the forces of Liu and Deng from the Party bureaucracies. The removal of Peng Zhen had started the process of purges at the top level of the Party, but Mao also had to move against the great bulk of Party professionals. To do this he sought out extremely unlikely allies—the young people and the students of high school age. His theme had been initially that the propaganda ministry had to ensure that the next generation would be imbued with proletarian revolutionary ardor so that China could avoid revisionism. As the power struggle intensified, he saw youth as a source of power for attacking the entrenched Party officials" (Pye, 1991, p. 298).

refletir não apenas processos linguísticos internos, mas também formas de intervenção política e institucional que afetaram os modos de expressão pública.

Uma dessas características é a politização da fala chinesa. O bombardeio constante, particularmente pelo rádio, de slogans políticos criou um tipo de fala clichê ('seguidores do caminho capitalista', 'subjativistas', 'ultraesquerdistas') que tem sido frequentemente notada por visitantes estrangeiros que buscam mais do que uma indicação superficial do que as pessoas estão pensando. Slogans concisos são frequentemente criados com base no estilo literário austero (DeFrancis, 1984, p. 236)⁸³.

A observação é particularmente relevante porque evidencia que, naquele contexto, a linguagem política não se limitava à transmissão de conteúdos ideológicos, mas passava a moldar os próprios padrões de expressão. A difusão contínua de slogans e fórmulas condensadas contribuía para consolidar formas de fala marcadas pela repetição e pela padronização discursiva, nas quais determinadas expressões funcionavam como signos imediatos de alinhamento político. Nesse sentido, a linguagem revolucionária não operava apenas como instrumento de mobilização, mas também como mecanismo de regulação simbólica da palavra pública.

Essa dinâmica também se manifestava em práticas públicas de acusação e humilhação durante a Revolução Cultural. Como observa DeFrancis (1984), a fala pública na China contemporânea foi marcada pela politização e pela difusão constante de slogans políticos, que produziram uma linguagem clichê e fortemente condensada (DeFrancis (1984)). Essa lógica também se manifestava em práticas públicas de acusação e humilhação durante a Revolução Cultural. Em sessões de crítica, indivíduos eram expostos diante da coletividade com cartazes que os identificavam por meio de fórmulas políticas breves e estigmatizantes. Expressões como *hēibāng fēnzǐ* (黑帮分子), literalmente “elemento de facção negra”, não funcionavam apenas como insultos circunstanciais, mas como classificações ideológicas públicas, capazes de reduzir o acusado à condição de inimigo político. Nesse sentido, a linguagem revolucionária não apenas difundia valores e slogans, mas também operava como mecanismo de nomeação, exclusão e enquadramento simbólico.

Na Figura 28 podemos observar a sessão pública de crítica durante a Revolução Cultural, na qual acusados aparecem identificados por cartazes com

⁸³ Do original: “One of these features is the politicizing of Chinese speech. The constant bombardment, particularly by radio, of political slogans has created a kind of cliché speaking (“capitalist roaders,” “subjectivists,” “ultra leftists”) that has often been remarked upon by foreign visitors seeking more than a surface indication of what people are thinking. Pithy slogans are frequently created on the basis of the terse literary style” (DeFrancis, 1984, p. 236).

fórmulas políticas estigmatizantes. No cartaz em primeiro plano, lê-se 黑帮分子 (hēibāng fēnzǐ), “elemento de facção negra”, expressão que exemplifica o uso da linguagem como mecanismo de classificação pública e exclusão ideológica. Episódios dessa natureza também eram dirigidos contra professores e intelectuais no contexto da radicalização revolucionária.

Figura 28 – Sessão pública de crítica durante a Revolução Cultural



Fonte: O Globo (1966).⁸⁴

Em chave analítica mais ampla, a reflexão de Klemperer (2009)⁸⁵ também ajuda a iluminar esse processo. Ao examinar a linguagem do Terceiro Reich, o autor mostrou como regimes de forte mobilização ideológica não atuam apenas por meio de grandes discursos ou formulações doutrinárias explícitas, mas também pela repetição insistente de palavras, expressões e fórmulas que acabam por moldar hábitos de linguagem e percepção. Guardadas as diferenças entre contextos históricos distintos, essa observação é útil para pensar a Revolução Cultural, na medida em que a saturação da fala pública por slogans, citações e fórmulas políticas reforçava não apenas a propaganda revolucionária, mas também a interiorização de uma ortodoxia discursiva.

⁸⁴ AGÊNCIA O GLOBO. A Revolução Cultural na China. **Acervo O Globo**, 2023. Fotogaleria. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/a-revolucao-cultural-na-china-10212569>. Acesso em: 15 mar. 2026.

⁸⁵ Em *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*, Klemperer analisa como determinadas palavras, fórmulas e usos reiterados passam a moldar hábitos de linguagem e percepção, para além dos grandes discursos programáticos.

Desse modo, a radicalização discursiva da Revolução Cultural não incidiu apenas sobre os modos de fala e os repertórios de expressão pública, mas também sobre o próprio campo da política linguística. Como observa Zhou Minglang (2003, p. 26-27), o período afetou diretamente as condições institucionais da reforma da língua e da escrita, uma vez que universidades foram fechadas ou tiveram suas atividades severamente reduzidas, enquanto professores, pesquisadores e outros intelectuais eram pressionados a restringir suas atividades e criticados por serem mais “especialistas” do que “vermelhos”. Ao mesmo tempo, a promoção da simplificação dos caracteres e do Putonghua continuou a ser defendida por meio de textos de propaganda que citavam reiteradamente Mao Zedong e Zhou Enlai, ao passo que formas gráficas e usos associados ao passado eram denunciados como “feudais” e “burgueses”. Com isso, a Revolução Cultural não apenas politizou a linguagem pública em sentido amplo, mas também tensionou o próprio projeto da língua comum, submetendo parte da reforma linguística a um enquadramento ideológico mais rígido.

A ritualização da linguagem revolucionária também encontrou suportes materiais específicos de condensação e difusão. Entre eles destacou-se o volume de citações de Mao Zedong intitulado 《毛主席语录》 [Máo Zhǔxí Yǔlù], amplamente conhecido no Brasil como Livro Vermelho. Publicado originalmente em 1964, o pequeno volume tornou-se central durante a Revolução Cultural, circulando em larga escala e sendo frequentemente carregado e exibido publicamente como expressão de lealdade política e adesão à palavra do líder. Encyclopaedia Britannica, (2026).

Nessa época, diferentes compilações da palavra de Mao reunindo citações, discursos ou textos literários, passaram a circular amplamente em formato portátil, tornando-se objetos reconhecíveis no cotidiano político e simbólico do período. Mais do que simples publicações, esses volumes contribuíam para fixar e reiterar uma linguagem investida de forte autoridade ideológica, na qual a citação da palavra do líder assumia papel central na legitimação discursiva e na expressão pública de alinhamento político.

Na figura 29 é possível observar um exemplar de 《毛主席诗词》 [Máo Zhǔxí Shīcí], “Poemas do Presidente Mao” (tradução do autor) que exemplifica a circulação material de compilações da palavra de Mao no contexto simbólico e político da Revolução Cultural.

Figura 29 – Exemplar de 《毛主席诗词》 [Máo Zhǔxí Shīcí], “Poemas do Presidente Mao” (tradução do autor)



Fonte: acervo do autor (1970).

Em síntese, o percurso analisado nesta dissertação mostra que a institucionalização da língua padrão na China maoísta integrou um processo histórico mais amplo de reorganização do Estado e de definição da autoridade legítima. Como observa Simões (2010, p. 65-67), ao retomar o quadro analítico de Cooper (1989), o planejamento linguístico não atua apenas sobre formas de falar e escrever, mas procura influenciar comportamentos, podendo também servir à manutenção do poder por grupos influentes. Nesse sentido, a promoção do Putonghua, a simplificação dos caracteres, a padronização fonética e a inserção da língua comum na escola, na administração e nos meios de comunicação não constituíram medidas isoladas, mas partes de um mesmo movimento de centralização política e reorganização social na República Popular da China. Assim, a análise histórica da política linguística chinesa permite compreender que língua, escrita e poder não configuraram esferas separadas, mas dimensões articuladas da experiência maoísta, o que reforça, para o ensino de História, a relevância de tratar a língua como objeto histórico e como via de acesso às relações entre Estado, cultura, educação e autoridade.

Figura 30 – Cartaz de propaganda da Revolução Cultural com o slogan: “A luz solar do pensamento de Mao Zedong ilumina o caminho da Grande Revolução Cultural Proletária”)



Fonte: Chinese Posters (2007) ⁸⁶

Na Figura 30, a propaganda visual da Revolução Cultural mobiliza uma linguagem simbólica marcada pela metáfora solar associada ao pensamento de Mao Zedong. O próprio slogan afirma que “a luz solar do pensamento de Mao Zedong ilumina o caminho da Grande Revolução Cultural Proletária” (毛泽东思想的阳光照亮无产阶级文化大革命的道路). A composição visual reforça essa imagem ao apresentar Mao em posição elevada, irradiando luminosidade sobre as massas mobilizadas. Dessa forma, o cartaz constrói o pensamento de Mao como fonte de orientação política e ideológica para a Revolução Cultural.

⁸⁶ CHINESE POSTERS. Chinese Posters Foundation. International Institute of Social History, [2026]. Disponível em: <https://chinese posters.net>. Acesso em: 3 abr. 2026.

Figura 31 – Cartaz de propaganda da Revolução Cultural com o slogan: “Viva o Presidente Mao, o sol vermelho no coração dos povos revolucionários do mundo!”



Fonte: Chinese Posters (2007)⁸⁷.

Na Figura 31, a metáfora solar reaparece de forma ainda mais personalista. O slogan proclama: “Viva o Presidente Mao, o sol vermelho no coração dos povos revolucionários do mundo!” (世界革命人民心中的红太阳毛主席万岁). Nesse caso, a ênfase desloca-se do pensamento de Mao para a figura do próprio líder, apresentado como centro afetivo, simbólico e ideológico da revolução. Assim, enquanto a Figura 30 destaca o pensamento de Mao como luz orientadora da Revolução Cultural, a Figura 31 reforça sua imagem como símbolo máximo da fidelidade revolucionária e da mobilização política.

Desse modo, a Revolução Cultural aprofundou a associação entre linguagem, poder e legitimidade política na China maoísta. Como observa Pye (1991, p. 290), aqueles comprometidos com sabedoria e conhecimento passaram a ser denunciados

⁸⁷ CHINESE POSTERS. Chinese Posters Foundation. International Institute of Social History, [2026]. Disponível em: <https://chineseposters.net>. Acesso em: 3 abr. 2026.

como traidores por agentes movidos mais pela paixão política do que pela razoabilidade. Nesse ambiente, a palavra pública deixava de ser apenas meio de expressão ou debate para tornar-se, de forma cada vez mais rígida, um campo de comprovação da fidelidade ideológica. A radicalização do período atingia, assim, não apenas instituições e indivíduos, mas também os próprios critérios de legitimação da fala, da escrita e da autoridade simbólica.

3.6 A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA: O MANUAL DO PROFESSOR COMO DESDOBRAMENTO DA PESQUISA

A discussão desenvolvida ao longo deste capítulo evidenciou como a linguagem, na China maoísta, foi mobilizada como instrumento de construção política, de organização social e de centralização simbólica. A partir desse percurso, torna-se necessário avançar um passo além da análise historiográfica, voltando-se para suas implicações no campo do Ensino de História. Nesse sentido, a presente seção tem como objetivo explicitar como os elementos discutidos até aqui podem ser traduzidos em proposta didática, articulando língua, poder e Estado em contexto escolar. Trata-se, portanto, de deslocar a reflexão do plano analítico para o plano da prática pedagógica, sem perder de vista os fundamentos teóricos que sustentam a investigação.

3.6.1 Ensino de História, BNCC e legitimidade da abordagem

O ensino de História, conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular, é concebido como um processo voltado à compreensão das relações sociais, das dinâmicas de poder e das diferentes formas pelas quais os grupos humanos produzem sentidos sobre o mundo. Nesse quadro, a disciplina não se limita à exposição de conteúdos, mas se orienta pela construção de um olhar interpretativo, capaz de articular passado e presente e de mobilizar diferentes linguagens e formas de registro (BNCC, 2017, p. 397).

A BNCC destaca que o conhecimento histórico deve possibilitar ao estudante reconhecer a diversidade das experiências humanas, ampliando sua compreensão para além de seu contexto imediato. Esse movimento parte do sujeito, passa pelo reconhecimento do outro e se expande em direção a diferentes povos e sociedades, inseridos em múltiplos tempos e espaços (BNCC, 2017, p. 398). Tal orientação indica que o ensino de História deve promover o contato com realidades distintas, favorecendo a construção de uma leitura mais ampla e complexa do mundo.

No que se refere à organização dos conteúdos, o documento também explicita a necessidade de construir uma visão global da história, contemplando relações entre diferentes regiões, incluindo América, África, Europa e Ásia (BNCC, 2017, p. 416-417). Essa indicação, ainda que não se traduza em uma centralidade da Ásia no currículo, estabelece um princípio importante: o de que o ensino de História deve ultrapassar recortes restritos e considerar a pluralidade das experiências históricas.

Ao mesmo tempo, observa-se que a presença da Ásia na BNCC ocorre de forma pontual e, em muitos casos, subordinada a recortes mais amplos, como o estudo do imperialismo ou das transformações do mundo contemporâneo. A China, especificamente, aparece de maneira direta apenas em momentos determinados, como no tratamento da Revolução Chinesa no 9º ano. Essa presença limitada não impede, contudo, sua abordagem em sala de aula; ao contrário, evidencia um espaço interpretativo que pode ser explorado pelo professor.

Nesse sentido, a proposta desenvolvida nesta pesquisa se insere de forma coerente no campo do Ensino de História ao mobilizar categorias centrais indicadas pela BNCC, como poder, cultura, linguagem e identidade, tomando a experiência chinesa como objeto de análise. Ao tratar a língua como fenômeno histórico e político, o estudo dialoga com a perspectiva do documento, que reconhece as diferentes

linguagens como formas pelas quais os indivíduos constroem e expressam suas experiências no mundo (BNCC, 2017, p. 397).

3.6.2 A centralidade da Ásia e da China na formação histórica contemporânea

A inclusão da Ásia no ensino de História deve ser compreendida à luz das próprias orientações da BNCC, que apontam para a necessidade de construir uma visão mais abrangente das experiências humanas. Ao reconhecer que os processos históricos se desenvolvem em diferentes espaços e que as sociedades se constituem a partir de múltiplas interações, o documento abre caminho para a incorporação de contextos historicamente menos explorados no ensino escolar.

Nesse cenário, a presença da Ásia no currículo, ainda que não estruturante, indica uma mudança importante de perspectiva. Ao incluir esse espaço nas articulações globais da história e ao associá-lo a temas como imperialismo, nacionalismo e transformações contemporâneas, a BNCC sinaliza a necessidade de ampliar o repertório histórico dos estudantes (BNCC, 2017, p. 417-418).

Entretanto, a forma como a Ásia aparece no documento também revela limites. Em grande medida, sua inserção ocorre vinculada a processos definidos a partir de outras experiências, especialmente europeias, o que pode dificultar a compreensão de dinâmicas próprias dessas sociedades. É justamente nesse ponto que se abre uma possibilidade pedagógica relevante.

A abordagem da China, especialmente no contexto do século XX, permite tensionar essas limitações ao trazer para o centro da análise uma experiência histórica que não se organiza a partir dos mesmos referenciais que estruturaram a modernidade europeia. A construção do Estado socialista, a mobilização política das massas e o papel da linguagem como instrumento de organização social oferecem ao professor um conjunto de elementos que dialogam diretamente com os temas previstos na BNCC, mas a partir de uma perspectiva distinta.

Ao trabalhar a padronização linguística na China maoísta, torna-se possível explorar a linguagem como dimensão histórica, evidenciando seu papel na produção de sentidos, na construção de identidades e na consolidação de projetos políticos. Essa abordagem permite que o estudante compreenda que processos como unificação, controle e mobilização não são exclusivos de um único espaço histórico, ampliando sua capacidade de análise.

Dessa forma, o estudo da China não apenas se alinha às orientações da BNCC, mas contribui para aprofundá-las. Ao ocupar um espaço que o documento não desenvolve plenamente, a proposta aqui apresentada amplia as possibilidades do ensino de História, reforçando a importância de uma formação que considere a diversidade e a complexidade das experiências humanas.

Nesse ponto, a justificativa da proposta não se sustenta apenas na presença, ainda que limitada, da Ásia na BNCC, mas também em uma compreensão mais ampla sobre a função do Ensino de História. Schmidt (2017), ao discutir as contribuições de Jörn Rüsen para a Didática da História, destaca que a aprendizagem histórica não pode ser reduzida à recepção de conteúdos, pois envolve a formação da consciência histórica e a capacidade de atribuir sentido às experiências temporais. A autora observa que a Didática da História deve ser compreendida como campo específico de reflexão sobre os processos de ensino e aprendizagem, articulando a ciência histórica, a vida prática e a formação dos sujeitos. Schmidt (2017, p. 61-64). Essa perspectiva contribui para compreender o manual do professor como um instrumento de mediação entre o conhecimento historiográfico e a prática escolar, e não apenas como uma adaptação simplificada de conteúdos acadêmicos.

Essa discussão também se aproxima da reflexão de Cerri (1999), para quem os objetivos do ensino de História precisam ser pensados historicamente, considerando os sentidos atribuídos à disciplina em diferentes contextos. O autor afirma que a História ensinada contribui para que os sujeitos possam “pensar historicamente”, incorporando à reflexão elementos que ultrapassam o imediato e envolvem diferentes durações temporais. Além disso, destaca que o ensino de História ajuda os indivíduos a se reconhecerem como sujeitos, como parte de coletividades, compreendendo possibilidades e limites de ação histórica Cerri (1999, p. 141-142). Nesse sentido, trabalhar a China maoísta em sala de aula não significa apenas acrescentar um conteúdo pouco usual ao currículo, mas oferecer aos estudantes uma experiência de análise histórica capaz de relacionar linguagem, poder, Estado, identidade e mobilização política.

A ampliação desse repertório histórico também dialoga com Pereira e Seffner (2018), especialmente quando os autores defendem a necessidade de abrir os currículos de História para experiências que problematizem marcadores tradicionais e eurocentrados de representação do tempo. Embora o foco dos autores recaia sobre passados vivos, temas sensíveis e questões socialmente vivas, sua reflexão é

importante para pensar a escolha de objetos históricos capazes de deslocar o estudante de narrativas escolares mais convencionais. Para os autores, o ensino de História deve permitir o contato com experiências que ajudem o aluno a compreender o presente, construir referências e pensar a diferença na forma da alteridade. Pereira; Seffner (2018, p. 16-17; p. 21-22). A abordagem da China, nesse contexto, contribui para tensionar a centralidade de recortes eurocentrados e para ampliar as possibilidades de compreensão histórica dos estudantes, sem tratar a experiência chinesa como ilustração periférica de processos europeus.

3.6.3 O produto educacional: o manual do professor como instrumento de mediação didática

A pesquisa desenvolvida ao longo desta dissertação não se encerra na análise historiográfica da língua na China maoísta. Em consonância com a natureza do mestrado profissional, seus resultados desdobram-se em uma proposta aplicada ao ensino de História na educação básica, materializada na elaboração de um produto educacional voltado à prática docente.

Esse produto consiste em um manual do professor, organizado em formato de e-book, concebido como um guia de utilização direta em sala de aula. Seu público-alvo são docentes da educação básica que desejam trabalhar conteúdos relacionados à História da China, articulando-os com a problemática da linguagem como dimensão histórica e política.

A proposta do manual parte do pressuposto de que a língua pode ser tratada como objeto de análise histórica, permitindo ao professor abordar temas como Estado, poder, identidade e mobilização política a partir de uma perspectiva que dialoga com os conteúdos previstos no currículo escolar. Nesse sentido, o material não se limita a oferecer informações, mas busca orientar o professor na construção de situações de ensino.

O recorte temporal adotado no manual compreende o período de 1911 a 1976, abrangendo desde o colapso do sistema imperial até o final da era maoísta. Essa delimitação permite situar o processo de construção de uma língua comum no interior das transformações políticas, sociais e culturais da China contemporânea, oferecendo ao professor uma base histórica organizada e diretamente articulada à proposta de aula.

Do ponto de vista de sua natureza, o material foi concebido como instrumento de mediação didática. Isso significa que ele não opera apenas no nível da exposição de conteúdos, mas orienta a ação docente, indicando caminhos possíveis para a condução da aula, a formulação de perguntas, a utilização de imagens e a proposição de atividades. Como indicado no planejamento do produto, cada seção do manual responde, de forma explícita ou implícita, à questão: “o que o professor faz com isso em sala?”

As orientações didáticas apresentadas no manual resultam de experiências já mobilizadas pelo autor em sua prática docente, especialmente no trabalho com conteúdo de História da China em contexto escolar. Nesse sentido, o produto educacional não se apresenta como uma proposta abstrata ou desvinculada da realidade da sala de aula, mas como a sistematização de estratégias, explicações, recursos visuais, perguntas orientadoras e encaminhamentos didáticos previamente experimentados, reelaborados e organizados em formato acessível a outros professores. Essa característica reforça o vínculo entre pesquisa acadêmica e prática profissional, aspecto central dos mestrados profissionais, ao transformar a experiência docente e a investigação historiográfica em material de apoio para o ensino de História. Essa característica confere ao material um caráter operacional, permitindo que ele seja utilizado de forma direta ou adaptado conforme o contexto da turma, o tempo disponível e os objetivos específicos do professor. Dessa forma, o manual não se apresenta como um modelo rígido, mas como um recurso flexível, que pode ser apropriado de diferentes maneiras no cotidiano escolar.

Além disso, sua estrutura foi pensada para articular três dimensões fundamentais: base histórica, orientação didática e aplicabilidade em sala de aula. Essa organização reflete o próprio movimento da pesquisa, que parte da análise historiográfica para chegar à prática pedagógica, traduzindo um debate acadêmico em uma proposta concreta de ensino.

Nesse sentido, o manual do professor constitui o desdobramento direto da investigação realizada, operando como ponte entre a reflexão teórica e a prática docente. Ele materializa, no campo do Ensino de História, a possibilidade de trabalhar a relação entre língua, poder e Estado de forma acessível, estruturada e pedagogicamente orientada.

3.6.4 Estrutura do manual e modo de utilização em sala de aula

A partir da caracterização geral apresentada na seção anterior, interessa, neste momento, destacar alguns trechos do próprio manual, de modo a evidenciar sua estrutura e seu modo de utilização em sala de aula. A apresentação dessas partes do material permite observar, de forma mais concreta, como a proposta foi organizada e como suas seções orientam a abordagem dos conteúdos, a mobilização de fontes e a formulação de atividades no contexto do ensino de História.

Figura 32 – Capa do e-book *Manual do Professor*



Fonte: elaborado pelo autor (2026).

A capa do manual apresenta a identidade visual do produto educacional e delimita seu recorte temático: a História da China moderna entre 1911 e 1976, articulada aos eixos língua, poder e Estado. Ao indicar tratar-se de uma proposta

didática para o ensino de História, a página inicial situa o material como instrumento voltado à prática docente, em consonância com a natureza aplicada do mestrado profissional.

Figura 33 – Notas para o uso desse material



Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Na página 4, o manual apresenta ao professor uma orientação inicial de uso do material, explicitando seu recorte temático, sua finalidade pedagógica e sua forma flexível de aplicação. Ao afirmar que o conteúdo foi pensado para ajudar o docente a trabalhar a História da China a partir das transformações ocorridas entre 1911 e 1976, o texto delimita com clareza o eixo histórico da proposta. Ao mesmo tempo, ao indicar que o mandarim, a escrita e a ideia de unificação devem servir como chaves para compreender processos mais amplos, como a formação do Estado, os projetos de modernização e a mobilização política, a página evidencia que a linguagem não

aparece como tema isolado, mas como via de acesso à análise histórica. Desse modo, essa seção introdutória cumpre função importante no interior do manual, pois situa o professor quanto aos objetivos do material e quanto ao modo como ele pode ser apropriado em sala de aula, inclusive de maneira adaptável, conforme o perfil da turma, o tempo disponível e os encaminhamentos escolhidos pelo docente.

Figura 34 – Panorama histórico da China entre 1911 e 1976 no e-book

China em transformação (1911-1976): um panorama histórico

Entre 1911 e 1976, a China passou por mudanças profundas que transformaram completamente sua organização política e social.

Em 1911, a queda da dinastia Qing encerrou mais de dois mil anos de regime imperial. No lugar do império, foi instaurada a República da China, marcada por instabilidade política, disputas internas e dificuldades para consolidar um governo central forte. Nas décadas seguintes, o país enfrentou guerras, divisões regionais e a invasão japonesa, o que agravou ainda mais o cenário de fragmentação. Nesse contexto, diferentes projetos políticos disputavam o controle do país e buscavam caminhos para sua reorganização.

Em 1949, após a vitória do Partido Comunista Chinês na guerra civil, foi proclamada a República Popular da China. A partir desse momento, iniciou-se um processo de centralização do poder e de reorganização da sociedade sob a liderança de Mao Zedong. Durante esse período, campanhas como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural mobilizaram a população em larga escala e tiveram impacto direto na vida social, política e cultural do país.

Ao longo dessas transformações, a busca por unidade nacional esteve no centro das ações do Estado. Nesse processo, a língua e a escrita também passaram a ter um papel importante, especialmente no contexto educacional e na comunicação entre diferentes regiões.

Assim, compreender a China entre 1911 e 1976 significa observar como o país passou de um império fragmentado para um Estado centralizado, em meio a conflitos, projetos políticos distintos e intensos processos de mobilização social.

Fonte: Elaborada pelo autor com auxílio de inteligência artificial, por meio do ChatGPT, 2026.

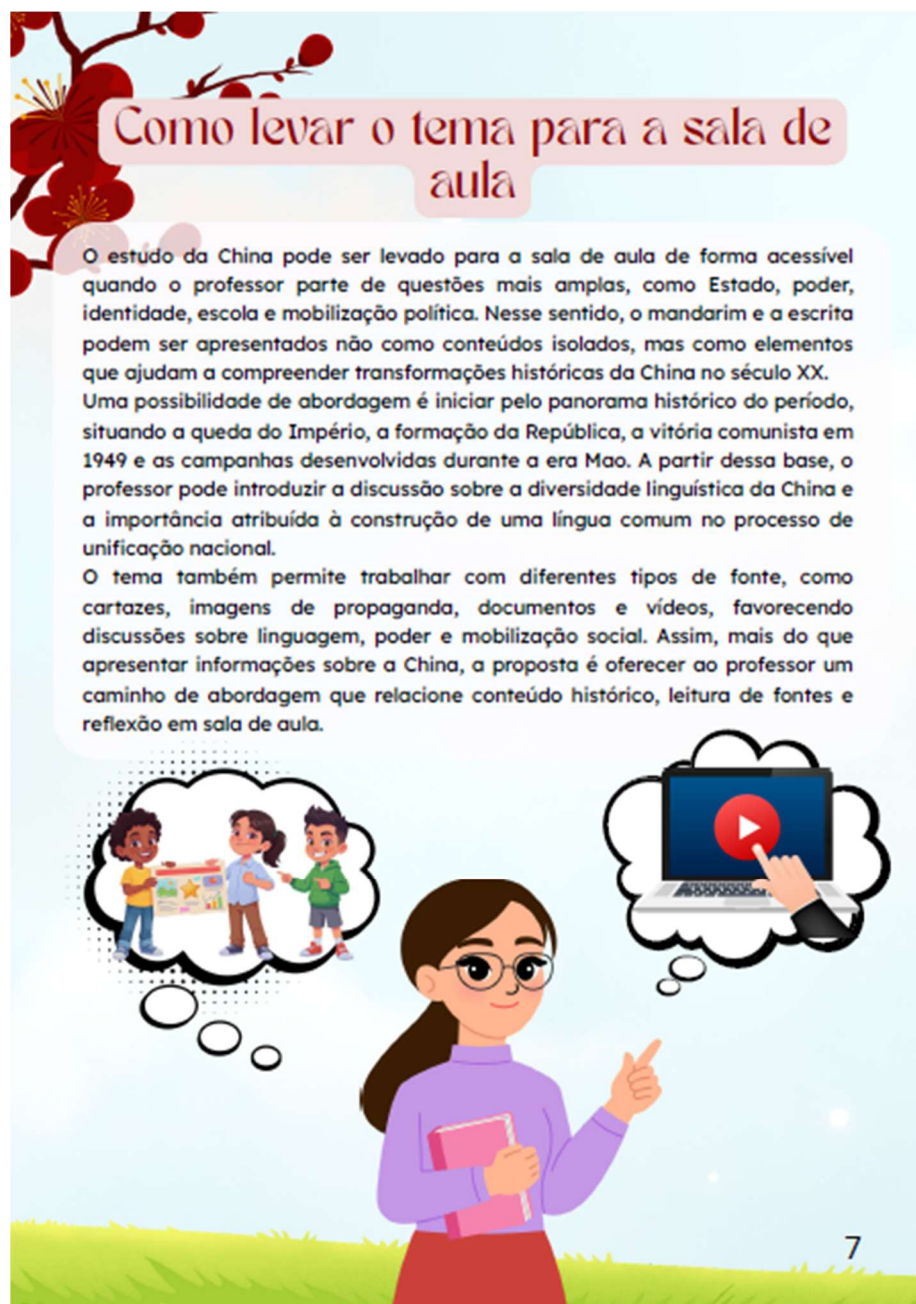
Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Figura 35 – O mandarim e a unificação linguística como chave de leitura histórica no e-book



Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Figura 36 – Como aplicar o tema em sala



Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Nas páginas 5, 6 e 7, o manual estrutura, de forma progressiva, o percurso didático proposto, articulando três níveis fundamentais de abordagem. Na página 5, apresenta-se um panorama histórico das transformações ocorridas entre 1911 e 1976, situando o processo de reorganização política e social da China, com ênfase na centralização do poder e nas dinâmicas de mobilização coletiva. Na sequência, a página 6 introduz o mandarim e a unificação como chave de leitura histórica, deslocando a linguagem de uma dimensão instrumental para uma dimensão analítica, ao evidenciar sua relação com a integração territorial, a circulação de ideias e a

construção do Estado. Por fim, na página 7, o material orienta diretamente a prática docente, indicando caminhos para a abordagem em sala de aula a partir da articulação entre conteúdo histórico, leitura de fontes e participação dos estudantes.

Tomadas em conjunto, essas seções evidenciam que o manual não opera por justaposição de conteúdos, mas por meio de uma organização que conduz o professor da contextualização histórica à problematização da linguagem e, posteriormente, à aplicação didática. Dessa forma, o material traduz, em termos pedagógicos, a compreensão de que a língua constitui uma dimensão histórica fundamental, permitindo trabalhar, no ensino de História, as relações entre Estado, poder e mobilização política.

Figura 37 – Sugestões de encaminhamento didático



Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Figura 38 – Sugestão de atividade

Sugestões de encaminhamento e atividades

1

COMEÇAR POR UMA IMAGEM DE PROPAGANDA

O professor pode iniciar a aula projetando um cartaz de alfabetização ou de mobilização política da China maoísta, sem explicação prévia.



Fonte: Chinese Posters (2007)

EM VEZ DE APRESENTAR PRIMEIRO O CONTEÚDO, COMEÇA-SE PELA OBSERVAÇÃO.

- O que aparece na imagem?
- Quem está sendo valorizado?
- Que tipo de comportamento está sendo incentivado?
- Que ideia de sociedade a imagem transmite?



9

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

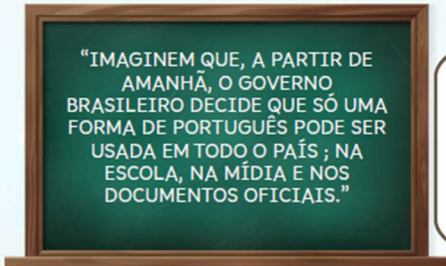
Figura 39 – Sugestão de encaminhamento e possibilidades de abordagem

Sugestões de encaminhamento e atividades

2

COMEÇAR POR UMA SITUAÇÃO-PROBLEMA (COMPARAÇÃO COM O BRASIL)

O professor propõe a seguinte situação:



OBJETIVO DA ATIVIDADE:

- Criar identificação imediata com a experiência brasileira;
- Tornar concreta a ideia de padronização linguística;
- Mostrar que língua envolve poder, inclusão e exclusão.

- Isso seria fácil de aplicar?
- Todos falam português da mesma forma?
- Quem perderia espaço com essa decisão?
- Isso ajudaria ou prejudicaria o país?

Após ouvir os alunos, o professor introduz:

Isso aconteceu na China, que é o segundo maior país do mundo, e a segunda maior população do mundo, com centenas de formas de fala diferentes.





10

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Nas páginas 8, 9 e 10, o manual explicita de forma mais direta seus encaminhamentos didáticos, apresentando um conjunto de propostas que orientam a condução da aula a partir da mobilização ativa dos alunos. Inicialmente, o material indica que as atividades não devem ser compreendidas como uma sequência rígida, mas como possibilidades adaptáveis ao contexto da turma, o que reforça seu caráter flexível e operacional. Em seguida, ao propor o início da aula pela observação de uma imagem de propaganda, sem explicação prévia, o manual desloca o foco da exposição para a leitura de fontes, estruturando a análise a partir de perguntas que orientam a identificação de valores, comportamentos e representações sociais. Na continuidade,

a proposição de uma situação-problema baseada na realidade brasileira introduz uma estratégia de aproximação que permite ao aluno refletir sobre a padronização linguística em termos concretos, evidenciando suas implicações sociais e políticas.

Tomadas em conjunto, essas atividades revelam que o manual não se limita a apresentar conteúdos, mas organiza práticas de ensino que mobilizam observação, problematização e produção de sentidos, permitindo trabalhar a linguagem como dimensão histórica. Dessa forma, o material traduz, em chave didática, os processos analisados ao longo deste capítulo, especialmente no que se refere à relação entre língua, poder e mobilização política.

Figura 40 – Sugestão de atividade

Sugestões de encaminhamento e atividades

3 COMEÇAR POR UM MAPA DA CHINA

O professor apresenta o mapa da China e pergunta aos estudantes:



Fonte: GuiaGeo (2026).

A China parece um país pequeno ou grande?
 Um território tão extenso costuma ser culturalmente homogêneo?
 Vocês acham que todas as pessoas na China sempre falam da mesma forma?
 Por que um governo se preocuparia com isso?

Fonte: Elaborada pelo autor com auxílio de inteligência artificial, por meio do ChatGPT, (2026).

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Figura 41 – Sugestão de encaminhamento

Sugestões de encaminhamento e atividades

4

CHINA EM TRANSFORMAÇÃO

O professor, antes de exibir os primeiros 3-4 minutos do vídeo abaixo, orienta aos estudantes que prestem atenção em três coisas:



Fonte: Canal Nerdologia (2026).

- Que problema a China está enfrentando?
- Quem está disputando o poder?
- Que mudança começa a acontecer?

Nerdologia – As revoluções e a guerra civil chinesa

<https://www.youtube.com/watch?v=...>

Durante / após o vídeo, os alunos anotam respostas curtas no caderno:

- Um problema mostrado foi: _____
- Um grupo importante foi: _____
- Uma mudança importante foi: _____

Em duplas, elaboram um pequeno parágrafo, respondendo:



A CHINA DO INÍCIO DO SÉCULO XX ESTAVA APENAS MUDANDO DE GOVERNO OU PASSANDO POR UMA TRANSFORMAÇÃO MAIS PROFUNDA? JUSTIFIQUE COM BASE NO VÍDEO E APRESENTE PARA A TURMA.

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Figura 42 – Sugestão de encaminhamento e atividade

Sugestões de encaminhamento e atividades

5

CÍRCULO DE LEITURA HISTÓRICA + PRODUÇÃO DE PALAVRA DE ORDEM COMENTADA

Para essa atividade, será necessário um cartaz da Revolução Cultural, uma imagem de Guardas Vermelhos ou uma pequena citação de propaganda do período e cartolina.

O professor projeta a imagem ou apresenta a fonte e organiza a turma em círculo.

Em vez de começar explicando, pede que os alunos observem e comentem oralmente:

- O que aparece com mais destaque
- Quem ocupa o centro da cena
- Que valores ou comportamentos estão sendo exaltados
- Que ideia de sociedade essa imagem parece defender



Fonte: Chinese Posters (2007)



Fonte: Chinese Posters (2007)



Fonte: Chinese Posters (2007)

A partir das falas da turma, o professor conduz a discussão para:

- culto à liderança de Mao
- mobilização da juventude
- propaganda política
- tentativa de moldar comportamentos e pensamentos
- papel da linguagem e das imagens na Revolução Cultural

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Figura 43 – Sugestão de encaminhamento e atividade

Em grupos, os alunos produzem um pequeno cartaz político da época, contendo

- um slogan criado pelo grupo
- uma frase de explicação, abaixo do slogan, dizendo que tipo de valor, comportamento ou projeto de sociedade aquele cartaz pretende defender

Os grupos apresentam seus cartazes para a turma, e o professor comenta como slogans, imagens e palavras de ordem não serviam apenas para comunicar, mas para mobilizar, disciplinar e construir uma determinada visão de China.



14

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Nas páginas 11, 12, 13 e 14, o manual aprofunda seus encaminhamentos didáticos ao estruturar atividades que orientam diretamente a condução da aula e a participação dos alunos. Inicialmente, ao propor o uso do mapa da China como ponto de partida, o material introduz a dimensão espacial como elemento de problematização, conduzindo os estudantes a refletirem sobre extensão territorial, diversidade cultural e desafios de integração, aspectos fundamentais para a compreensão da necessidade histórica de uma língua comum. Em seguida, a utilização de recursos audiovisuais, como o vídeo sobre as transformações do início do século XX, organiza a aprendizagem a partir da identificação de problemas, atores e mudanças, promovendo a construção de sínteses pelos próprios alunos.

Na continuidade, a proposta de leitura coletiva de imagens da Revolução Cultural, associada à produção de palavras de ordem comentadas, evidencia de forma ainda mais clara a centralidade da linguagem e da propaganda no período. Ao orientar a observação, a discussão e a produção de slogans, o manual desloca o aluno da posição de receptor para a de agente na construção de sentidos, permitindo que ele compreenda, na prática, como a linguagem política opera na mobilização, na construção de valores e na legitimação da autoridade.

Tomadas em conjunto, essas atividades revelam que o manual organiza a aula como um processo progressivo, no qual diferentes tipos de fonte, como mapas, vídeos e imagens, são mobilizados para construir a compreensão histórica. Dessa forma, o material traduz, em termos didáticos, os processos analisados ao longo deste capítulo, especialmente no que se refere à articulação entre linguagem, poder e mobilização política na China maoísta.

Figura 44 – Quadro de sistematização dos conteúdos e possibilidades de abordagem didática

Sugestões de encaminhamento e atividades

OUTROS CAMINHOS PARA ABORDAR A HISTÓRIA DA CHINA (1911-1976)

O professor pode explorar	Possibilidades	Pontos que o tema pode alcançar
o "mandarim" como ponto de partida	mostrar que esse nome não basta para explicar a história linguística da China e apresentar as diferentes designações que aparecem entre 1911 e 1976	as mudanças políticas e os projetos de unificação do período
a construção de uma língua comum	discutir com a turma por que isso se tornou importante em um país tão extenso e diverso	a formação do Estado e a busca por unidade nacional
a escola na China do século XX	relacionar ensino, padronização linguística e construção de uma nova ordem social	educação, poder e reorganização política
as campanhas de alfabetização	usar imagens e exemplos para mostrar que alfabetizar também era mobilizar	a China maoista e seu projeto de transformação social
os cartazes e slogans políticos	observar como palavras e imagens eram usadas para orientar comportamentos e reforçar valores	propaganda, revolução e mobilização ideológica
a diversidade das formas de fala	contrastar essa pluralidade com os esforços estatais de unificação	a tensão entre diversidade histórica e centralização

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. (2026)



Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Figura 46 – Materiais de apoio: sugestões de visuais para utilização em aula

Imagens e cartazes

Chinese Posters Foundation

<https://chinese posters.net>

ACERVO ESSENCIAL DE CARTAZES DA CHINA MAOÍSTA, INCLUINDO CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO, GRANDE SALTO ADIANTE E REVOLUÇÃO CULTURAL. PERMITE TRABALHAR PROPAGANDA, MOBILIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE VALORES POLÍTICOS.

CHINESEPOSTERS.NET

Chinese Posters

Highlighted posters

People's Daily (acervo de imagens)

<http://en.people.cn>

SITE OFICIAL DA CHINA. REÚNE IMAGENS E MATERIAIS OFICIAIS QUE AJUDAM A EXPLORAR A CONSTRUÇÃO DA LIDERANÇA E A COMUNICAÇÃO POLÍTICA NA CHINA CONTEMPORÂNEA. SEMPRE ATUALIZADO SOBRE A RPC DA CHINA (POSSUI VERSÃO EM LÍNGUA INGLESA)

PEOPLE'S DAILY ONLINE

Xi Jinping

Xi chairs CPC leadership meeting to review regulations on work of local Party committees

Textos de Apoio

Everyday Life in Mao's China

<https://everydaylifeinmaoistchina.org>

REÚNE TEXTOS E ANÁLISES SOBRE O COTIDIANO, PROPAGANDA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA, ÚTEIS PARA APROFUNDAR A COMPREENSÃO DA CHINA MAOÍSTA.

Everyday Life in Mao's China

by Cecelia Meyers

HOME ABOUT IMAGE MAKERS WRITINGS CV

Figura 47 – Materiais de apoio: sugestões de visuais para utilização em aula

MDBG (dicionário e decomposição de caracteres)

<https://www.mdbg.net>

PERMITE EXPLORAR A COMPOSIÇÃO DOS CARACTERES CHINESES, AJUDANDO A APRESENTAR A ESCRITA COMO ELEMENTO HISTÓRICO E CULTURAL. TAMBÉM PODE SER USADO EM OFICINAS SOBRE A ESCRITA REFORMADA NO SÉCULO XX E EM COMPARAÇÕES COM A GRAFIA TRADICIONAL AINDA UTILIZADA EM TAIWAN. ELE POSSUI ANIMAÇÃO E O CARACTER CHINES É ESCRITO AUTOMATICAMENTE.

Ensinar História (China)

<https://ensinarhistoria.com.br>

OFERECE TEXTOS EM LINGUAGEM ACESSÍVEL SOBRE TEMAS COMO REVOLUÇÃO CHINESA, GRANDE SALTO ADIANTE E FORMAÇÃO DA CHINA CONTEMPORÂNEA.

Nas páginas 16, 17 e 18, o manual apresenta materiais de apoio selecionados para auxiliar o trabalho docente, reunindo vídeos, acervos de imagens e textos de apoio voltados à História da China no século XX. Essa seção evidencia a preocupação em orientar o uso de fontes diversificadas, permitindo ao professor ampliar a abordagem dos conteúdos por meio de diferentes linguagens e suportes. Dessa forma, o material reforça seu caráter operacional ao indicar recursos que contribuem para o aprofundamento das discussões sobre linguagem, propaganda, mobilização política e construção histórica no contexto chinês.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender a institucionalização da língua padrão na China maoísta como parte de um processo histórico mais amplo de construção do Estado, reorganização social e centralização política. Desde o início, porém, o objetivo deste trabalho não foi analisar a língua chinesa em si mesma, como faria um estudo propriamente linguístico, mas utilizá-la como uma via de acesso à compreensão da história da China no século XX. Em outras palavras, a língua foi aqui tomada como uma chave de leitura histórica, capaz de revelar projetos de poder, formas de organização estatal, estratégias de mobilização social e disputas em torno da unidade nacional.

Ao longo do trabalho, procurou-se mostrar que a relação entre língua, escrita e poder possui raízes profundas na experiência histórica chinesa. Por isso, antes de chegar à era Mao, foi necessário retomar elementos de longa duração, como a centralidade da escrita, o peso da tradição letrada e o papel dos exames imperiais na formação de uma elite vinculada ao Estado. Esse percurso permitiu evidenciar que, na China, a linguagem nunca ocupou um lugar secundário na vida política e administrativa. Ao contrário, ela esteve historicamente ligada à produção de autoridade, à organização do saber e à própria ideia de unidade civilizacional.

Nesse sentido, a análise da era maoísta mostrou que a promoção do Putonghua como língua comum, a simplificação dos caracteres e a criação do hanyu pinyin não podem ser entendidas apenas como medidas técnicas ou educacionais. Elas fizeram parte de um momento histórico em que o novo regime buscava consolidar sua autoridade, ampliar sua capacidade de integração territorial e fortalecer mecanismos de comunicação com a população. A língua, portanto, aparece neste trabalho não como tema isolado, mas como parte do próprio processo de construção da China socialista.

Do mesmo modo, as campanhas políticas do período evidenciaram que a linguagem ocupou um lugar importante na mobilização das massas e na difusão da ideologia revolucionária. Slogans, fórmulas políticas, palavras de ordem e formas ritualizadas de expressão não apenas acompanhavam os acontecimentos históricos, mas participavam deles ativamente. A linguagem ajudava a organizar o imaginário político, a definir comportamentos esperados e a dar forma simbólica à autoridade do

regime. Observá-la, portanto, permite compreender de maneira mais ampla a própria dinâmica histórica da China maoísta.

É justamente por isso que a pesquisa reafirma seu lugar no campo da História. O que se procurou demonstrar não foi apenas como uma língua padrão foi institucionalizada, mas o que esse processo revela sobre a formação do Estado, sobre os projetos de unificação nacional e sobre as formas de intervenção política na sociedade chinesa. A língua chinesa, nesse caso, funciona como um ponto de observação privilegiado para entender transformações históricas mais amplas. Ela permite iluminar a relação entre poder e cultura, entre política e educação, entre centralização estatal e diversidade social.

Essa perspectiva também ajuda a justificar a relevância do tema para o ensino de História. Ao trabalhar a língua como elemento histórico, torna-se possível apresentar a China aos estudantes para além de imagens superficiais ou explicações simplificadas. A discussão proposta permite abordar a formação da China moderna a partir de questões concretas, como Estado, escola, identidade, poder e mobilização política. Assim, a língua não aparece como um conteúdo à parte, mas como um recurso para compreender melhor a trajetória histórica chinesa.

É nesse ponto que o produto educacional ganha sentido dentro da proposta do mestrado profissional. O manual do professor foi pensado justamente para transformar essa reflexão em possibilidade prática de ensino, oferecendo caminhos para abordar a História da China na educação básica a partir da relação entre língua, poder e Estado. Dessa forma, o produto não se apresenta como algo separado da dissertação, mas como seu desdobramento direto, levando para a sala de aula a principal aposta do trabalho: a de que a língua pode ser usada como mediação para entender processos históricos mais amplos. Isso aparece no próprio produto, quando ele propõe trabalhar o mandarim, a escrita e a unificação como uma chave de leitura histórica para compreender as transformações da China entre 1911 e 1976.

PREVIDELLI, Fabio. O que foi a Grande Fome de Mao: o Holodomor chinês. *Aventuras na História*, [S.l.], 1 out. 2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/grande-fome-de-mao-o-holodomor-chines.phtml>. Acesso em: 3 abr. 2026.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA O GLOBO. A Revolução Cultural na China. **Acervo O Globo**, 2023. Fotogaleria. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/a-revolucao-cultural-na-china-10212569>. Acesso em: 15 mar. 2026.

ALLETON, Viviane. **Escrita chinesa**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2010.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1983.

BOLTZ, William G. **The origin and early development of the Chinese writing system**. New Haven: American Oriental Society, 1994.

BOXER, C. R. **The Portuguese Seaborne Empire: 1415–1825**. New York: Alfred A. Knopf, 1969.

BOXER, C. R. **The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555–1640**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1959.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil e China intensificam parceria e mobilidade acadêmica**. Brasília: MEC, 12 fev. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/brasil-e-china-intensificam-parceria-e-mobilidade-academica>. Acesso em: 19 fev. 2026.

CERRI, Luis Fernando. Os objetivos do ensino de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 5, p. 137-146, out. 1999.

CHEN, Ping. **Modern Chinese**: history and sociolinguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

CHINESE POSTERS. [Chinese Posters Foundation. International Institute of Social History. [2026]. Disponível em: <https://chinese posters.net>. Acesso em: 3 abr. 2026.

中国共产党新闻网 [China Communist Party News Network]. c2026. Disponível em: <https://cpc.people.com.cn/>. Acesso em: 16 maio 2026.

COOPER, Robert L. **Language planning and social change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DEFRANCIS, John. **The Chinese language**: fact and fantasy. Honolulu: University of Hawaii Press, 1984.

DOMINGUES, Joelza Ester. Proclamada a República Popular da China. **Blog**

Ensinar História, 2015. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/proclamada-a-republica-popular-da-china/>. Acesso em: 16 out. 2025.

DOMINGUES, Joelza Ester. “O Grande Salto Adiante”, o programa de Mao Tsé-Tung, na China. **Blog Ensinar História**, 22 set. 2019. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/grande-salto-adiante-programa-de-mao-tse-tung-china/>. Acesso em: 16 out. 2025.

ELMAN, Benjamin A. **A cultural history of civil examinations in late imperial China**. Berkeley: University of California Press, 2000.

ENO, Robert. **Introduction to Literary Chinese**: Part I. Indiana University ScholarWorks, 2012. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/dspace/items/a0b39fe5-231d-4ecd-a1b5-0ec78525d69f>. Acesso em: 16 maio 2026.

FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China: a new history**. 2. ed. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006.

FUJIAN PROVINCIAL PEOPLE’S GOVERNMENT. Quanzhou. 2025. Disponível em: https://www.fujian.gov.cn/english/thisisfujian/regions/202605/t20260511_7146627.htm. Acesso em: 2 abr. 2026.

GIL, Jeffrey. The linguistic legacy of the May 4 Movement. **Language on the Move**, 29 maio 2019. Disponível em: <https://languageonthemove.com/the-linguistic-legacy-of-the-may-4-movement/>. Acessado em: 16 maio 2026.

HARBSMEIER, Christoph. **Language and Logic**. In: NEEDHAM, Joseph (ed.). Science and Civilisation in China. Vol. 7, Part 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. **Nations and nationalism since 1780**: programme, myth, reality. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914–1991**. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HO, Ping-ti. **The ladder of success in imperial China**: aspects of social mobility, 1368–1911. New York: Columbia University Press, 1962.

JORNAL DA UNESP. Conselho Universitário da Unesp aprova curso de graduação em língua e cultura chinesas, inédito no Brasil. **Jornal da Unesp**, 11 fev. 2026. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2026/02/11/conselho-universitario-da-unesp-aprova-curso-de-graduacao-em-lingua-e-cultura-chinas-inedito-no-brasil/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LEWIS, Geoffrey L. **The Turkish language reform: a catastrophic success**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

LIU, K. *et al.* Radiocarbon dating of oracle bones of late Shang period in ancient China. **Radiocarbon**, [S.l.], v. 63, n. 1, p. 155–175, 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/radiocarbon/article/radiocarbon-dating-of-oracle-bones-of-late-shang-period-in-ancient-china/38A7B64D6D538A3A7B96F912BBEE9592>. Acesso em: 1 abr. 2026.

MARXISTS INTERNET ARCHIVE. Index of the letter P. *In*: **Encyclopedia of Marxism: Glossary of People**. [2026]. Disponível em: <https://www.marxists.org/glossary/people/p/e.htm#peng-zhen>. Acesso em: 18 maio 2026. Disponível em: <https://www.marxists.org/glossary/people/p/e.htm#peng-zhen>. Acesso em: 3 abr. 2026.

MEISNER, Maurice. **Mao's China and after: a history of the People's Republic**. 3. ed. New York: Free Press, 1999.

MEYSKENS, Covell. Big character posters during the Hundred Flowers Campaign at Beijing University in 1957. **Everyday Life in Mao's China**, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://everydaylifeinmaoistchina.org/2021/04/23/big-character-posters-during-the-hundred-flowers-campaign-at-beijing-university-in-1957/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

MENG, Xin; QIAN, Nancy; YARED, Pierre. The institutional causes of China's Great Famine, 1959–1961. **Review of Economic Studies**, [S.l.], v. 82, p. 1568-1611, 2015.

MUSEO D'ARTE CINESE ED ETNOGRAFICO. **1600–1046 BC: Shang Dynasty**. Parma, Itália: Fondazione Culturale Saveriana, 2026 c2026. Disponível em: <https://museocinese-parma.org/en/scuole/le-dinastie-della-cina/103-1600-1046-bc-shang-dynasty>. Acesso em: 1 abr. 2026.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.

NANJING XINGZHI WANHE NETWORK TECHNOLOGY CO. LTD. 汉语拼音字母表 [Tabela do alfabeto do Hanyu Pinyin]. 华军软件园, 2025. Disponível em: <https://www.onlinedown.net/soft/10001860.htm>. Acesso em: 23 out. 2025.

NEVILLE-HADLEY, Peter. **Museum of Imperial Examination Tablets**. 2016. Disponível em: <https://medium.com/a-better-guide-to-beijing/museum-of-imperial-examination-tablets-北京励志堂科举匾额博物馆-9e759043d5d4>. Acesso em: 3 abr. 2026.

NORMAN, Jerry. **Chinese**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. 毛泽东 资料图 [imagem]. 22 nov. 2013. Disponível em: <http://culture.people.com.cn/n/2013/1122/c87423-23621175-10.html>. Acesso em: 24 fev. 2026.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, [S.l.], v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018.

PREVIDELLI, Fabio.. **O que foi a Grande Fome de Mao**: o Holodomor chinês. Aventuras na História, [S.l.], 1 out. 2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/grande-fome-de-mao-o-holodomor-chines.phtml>. Acesso em: 3 abr. 2026.

PYE, Lucian W. **China: an introduction**. 4. ed. New York: HarperCollins Publishers, 1991.

RAMSEY, S. Robert. **The languages of China**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.

ROSS, Heidi. **China country study**. Background paper prepared for the Education for All Global Monitoring Report 2006: Literacy for Life. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146108>. Acesso em: 19 Maio 2026

SCHRAM, Stuart R. **The political thought of Mao Tse-tung**. New York: Praeger, 1969.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História. Intelligere: **Revista de História Intelectual**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 60-76, out. 2017. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em: 13 maio 2026.

SIMÕES, João Pedro Lopes. **Política e planeamento linguísticos da RPC na era das reformas**. 2010. 482 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Chineses) — Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro 2010.

THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Constitution of the People's Republic of China**. *English.gov.cn*, 2019. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/lawsregulations/201911/20/content_WS5ed8856ec6d0b3f0e9499913.html. Acesso em: 2 abr. 2026.

TSINGHUA UNIVERSITY. **The Guide: The earliest organ of the CPC Central Committee**. Tianjin High-end Equipment Research Institute, Tsinghua University, [2026].. Disponível em: https://en.tsinghua-tj.org/Research_detail/70.html. Acesso em: 3 abr. 2026.

TSU, Jing. **Kingdom of characters**: the language revolution that made China modern. New York: Riverhead Books, 2022.

WIKIMEDIA COMMONS. 中华人民共和国国务院公报 [**Boletim do Conselho de Estado da República Popular da China**], n. 2, 1958. Reprodução digital do documento State Council Gazette: 1958, Issue 02. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AState_Council_Gazette_-_1958_-_Issue_02.pdf.

XINHUA. **Bamboo slips of Qin Dynasty on display in C China's Hubei**. Xinhua News, 1 maio 2024. Disponível em: <https://english.news.cn/20240501/d77433238b0d4f128ad3c7298cd61bc6/c.html>. Acesso em: 14 maio 2026.

ZHOU, Minglang. **Multilingualism in China**: the politics of writing reforms for minority languages, 1949-2002*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

ZHOU, Minglang; SUN, Hongkai. **Language policy in the People's Republic of China**: theory and practice since 1949. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004.

ZHOU, Youguang. **The Historical Evolution of Chinese Languages and Scripts**. Columbus: National East Asian Language Resource Center, Ohio State University, 2003.